

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

Reconstrução de uma memória insular

Proposta de reabilitação da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa, Ilha de São Miguel, Açores

Henrique Correia da Silva Melo

M
2026



Henrique Correia da Silva Melo. Reconstrução de uma memória insular
Proposta de reabilitação da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa, Ilha de São Miguel, Açores



M.FAUP 2026

Reconstrução de uma memória insular

Proposta de reabilitação da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa, Ilha de São Miguel, Açores

Henrique Correia da Silva Melo

FACULDADE DE ARQUITETURA



A prova pública de defesa da presente dissertação decorreu no dia 15 de julho de 2026, na Sala Plana da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

O júri atribuiu a classificação final de 20 (vinte) valores.

Reconstrução de uma memória insular

Proposta de reabilitação da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa,
Ilha de São Miguel, Açores

Henrique Correia da Silva Melo

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura,
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientação:

Professora Doutora Alexandra Castro

Co-orientação:

Professora Doutora Clara Pimenta do Vale

Nota prévia:

A presente dissertação está redigida de acordo com o Novo Acordo Ortográfico.

Todas as citações encontram-se assinaladas entre aspas. As citações apresentadas em bloco foram mantidas no idioma original, enquanto as citações integradas no corpo do texto foram alvo de tradução livre.

As fotografias, desenhos e demais elementos iconográficos foram tratados e dimensionados sempre que necessário, podendo apresentar variações relativamente às imagens originais.

O *layout* do documento foi concebido para formato impresso, em dupla página.

Agradecimentos

À Professora Alexandra Castro e à Professora Clara Pimenta do Vale, pelo rigor e disponibilidade demonstrados ao longo de todo este processo.

Ao Marcelo Borges, pela generosidade com que partilhou o seu conhecimento sobre a Fábrica do Álcool. À Direção Regional do Património, por facultar o acesso ao local sempre que necessário.

A todos os meus amigos que fizeram do Porto casa.

À Teresa e à Catarina, por tudo o que vivemos no 255, à Matilde, por me acompanhar até ao fim do mundo, à Joana, pela bonita cumplicidade, à Sara e à Rita M., pelo humor, à Mara, pela loucura, ao Filippo, ao Mota, ao Gabi e à Rita P., pelas memórias no 142 e à Marta, por ter partilhado comigo esta reta final.

Aos meus pais, por tudo o que me deram e por me proporcionarem tantas oportunidades. À minha irmã, pelo apoio incondicional em cada etapa. Ao Paulinho e à Anabela, pelos jantares. À Paulinha e ao Carlos, por fazerem tanto.

A todos os restantes que, de alguma forma, contribuíram para este percurso,

Obrigado.

Abstract

A ruin, a project: between a persisting past and an adapting future

This dissertation proposes the rehabilitation of the former Alcohol Factory of Lagoa, an industrial complex from the late XIX century that endures as a testimony to the economic, social, and collective identity of São Miguel island.

Given the advanced state of abandonment and deterioration of the former industrial complex, the research develops a critical reflection on different approaches to industrial heritage, seeking to define strategies capable of reactivating a space now considered obsolete and derelict. The aim is therefore to develop a line of thought that culminates in a conscious and well-founded architectural gesture, capable of transforming the ruin into a living organism.

The methodological approach is structured around the convergence of place, theory, and design, understanding historical legacy and memory as elements that transcend the mere record of the past and become the foundations of architectural intervention. This articulation gives rise to a multifunctional proposal that, by taking advantage of the factory's monumental scale, establishes a socially relevant intervention fully integrated into the city's contemporary dynamics.

The project aspires to restore to Lagoa the centrality of a place once vital to the archipelago, and of an industry that, in the past, represented a beacon of progress and hope for an isolated people. Reflecting on the future of the former factory proves to be an essential exercise in material regeneration, demonstrating that architecture can act as a tool of mediation between a past that persists and a future that adapts.

Resumo

Uma ruína, um projeto: entre um passado que persiste e um futuro que se adapta.

A presente dissertação propõe a reabilitação da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa, um conjunto industrial do final do século XIX que permanece como testemunho da identidade económica, social e coletiva da Ilha de São Miguel.

Perante o avançado estado de abandono e degradação do antigo complexo fabril, a investigação desenvolve uma reflexão crítica sobre as diferentes abordagens ao património industrial, procurando definir estratégias capazes de reativar um espaço hoje considerado obsoleto e devoluto. Objetiva-se, assim, elaborar um pensamento que culmine num gesto arquitetónico consciente e devidamente fundamentado, capaz de transformar a ruína num organismo vivo.

A abordagem metodológica estrutura-se na convergência entre lugar, teoria e projeto, entendendo o legado histórico e a memória como elementos que transcendem o mero registo do passado para se afirmarem como fundamentos da intervenção arquitetónica. É desta articulação que resulta uma proposta multifuncional que, ao tirar partido da escala monumental da fábrica, consolida uma intervenção socialmente relevante e plenamente integrada na dinâmica contemporânea da cidade.

Ambiciona-se restituir à Lagoa a centralidade de um lugar outrora vital para o arquipélago, de uma indústria que, no passado, representou um farol de progresso e esperança para um povo isolado. Refletir sobre o futuro da antiga fábrica revela-se um exercício imprescindível de regeneração material, demonstrando que a arquitetura pode atuar como uma ferramenta de mediação entre um passado que persiste e um futuro que se adapta.

Índice

I.

Agradecimentos	3
Abstract	4
Resumo	5

Nota introdutória	9
-------------------	---

1. O LUGAR. Identidade e paisagem	13
--	-----------

1.1 O Arquipélago	15
-------------------	----

1.2 A Ilha	19
------------	----

1.3 A Fábrica	29
---------------	----

2. O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL. Legado e preservação	51
---	-----------

2.1 Do abandono à valorização	53
-------------------------------	----

2.2 A memória como matéria projetual	63
--------------------------------------	----

2.3 Casos de referência	67
-------------------------	----

3. O PROJETO. Reconstrução de uma memória insular	71
--	-----------

3.1 Estratégias de intervenção	73
--------------------------------	----

3.2 A concretização da ideia	83
------------------------------	----

3.3. A proposta	91
-----------------	----

Considerações finais	123
----------------------	-----

Fontes e referências bibliográficas	125
-------------------------------------	-----

Créditos de imagens	129
---------------------	-----

II.

Anexos

1. Documentação histórica	3
1.1 Fotografias e peças desenhadas	5
2. O existente	17
2.1 Registo fotográfico da envolvente	19
2.2. Registo fotográfico da fábrica	27
2.3. Desenhos de levantamento	39
3. O projeto	51
3.1. Mapa de áreas	53
3.2. Desenhos de vermelhos e amarelos	55

Nota introdutória

A escolha do tema para a presente dissertação resultou não apenas de um raciocínio teórico ou de uma leitura objetiva do contexto, mas também da convergência entre o fascínio pelo lugar e a intenção de o transformar através do exercício de projeto.

Esta simbiose entre motivações pessoais e vontade de intervir no território fundamenta toda a investigação em torno da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa, na Ilha de São Miguel. Esta unidade industrial inscreve-se num período crítico da história dos Açores, marcado por ciclos de pobreza e recessão que se prolongaram ao longo de várias décadas, agravados pela condição de isolamento geográfico da região. O percurso desta estrutura fabril suscita uma profunda admiração pelo engenho do povo açoriano, que conseguiu erguer uma indústria a partir da escassez de recursos locais. Importa, por isso, reconhecer o contributo dos operários e da comunidade lagoense, cujo esforço foi determinante para o impacto transformador que a fábrica representou para a ilha. Atualmente, o complexo fabril apresenta-se como uma ruína carregada de simbolismo. É neste contexto que emerge o meu fascínio, enquanto micalense, em requalificar este lugar, tanto pelo seu potencial arquitetónico, como social.

Ergue-se, assim, o desafio de conceber um projeto capaz de, simultaneamente, dignificar a história e valorizar o património. Impõe-se a necessidade de criar uma proposta que perpetue e celebre o que muitos lagoenses designam como a “primeira forma de liberdade dos Açores”. Para tal, a dissertação estrutura-se em três momentos.

O primeiro capítulo – O LUGAR. Identidade e Paisagem – estabelece a contextualização geográfica e histórica necessária à compreensão da Fábrica do Álcool. A análise parte da escala do arquipélago e da Ilha de São Miguel para ancorar a fábrica no seu contexto singular, decifrando as múltiplas camadas territoriais e as dinâmicas económicas que permitiram a génese desta indústria. Ademais, é apresentada, com base nos recursos históricos disponíveis, a evolução morfológica do conjunto e da sua envolvente, traçando um arco temporal que percorre mais de um século de história. Para além da descrição evolutiva do edificado, este capítulo analisa a sua relação com o território e a forma como a escala industrial se intersetou com o quotidiano e com a transformação da sociedade lagoense.

O segundo capítulo – O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL. Legado e preservação – debruça-se sobre a estrutura industrial enquanto herança cultural e potencial objeto de reabilitação. Evidencia-se como, ao longo do tempo, este património transitou da condição de obsoleto e entrave ao desenvolvimento para um elemento reconhecido pelo seu valor histórico. Com a evolução do olhar arquitetónico, estes edifícios passaram a ser compreendidos como oportunidades de regeneração, nas quais a memória, em vez de um elemento meramente nostálgico, constitui a própria matéria de intervenção. Neste sentido, procura-se demonstrar que a relação de simbiose entre as preexistências físicas e a memória coletiva deve constituir uma base para o projeto, orientando a sua definição a partir das vivências e significados que estruturam a identidade do lugar. Analisam-se, ainda, dois casos de estudo com metodologias e práticas projetuais distintas que ilustram diferentes caminhos para a recuperação de espaços industriais desativados.

Por último, no terceiro capítulo – O PROJETO. Reconstrução de uma memória insular – a investigação converge para o exercício de projeto. São definidas um conjunto de estratégias de intervenção capazes de orientar uma prática de reabilitação informada, numa tentativa de responder às questões inerentes ao início do processo de desenho. Consolida-se, portanto, um guia operativo que traduz as premissas teóricas em soluções arquitetónicas concretas, fundamentando a postura adotada perante o desafio de intervir na ruína industrial. A partir da construção deste aparato metodológico, aliado à sensibilidade territorial decorrente da proximidade com o contexto, é

apresentado um programa funcional e socialmente relevante, uma resposta ponderada às carências da atualidade. Desta estratégia emerge a proposta, desenvolvida desde a lógica de implantação até às soluções construtivas, assegurando uma leitura contínua entre a estratégia urbana e o pormenor arquitetónico. Por conseguinte, ensaia-se uma articulação entre a monumentalidade do objeto e o gesto quotidiano, garantindo que o espaço, embora imponente, se torne habitável e próximo da escala humana.

Ao percorrer este caminho — do território à teoria e da teoria ao gesto — o projeto afirma-se como uma síntese entre a história, a necessidade funcional e a inovação. Embora a vontade inicial de projetar impulsionasse a procura imediata por soluções, este processo de reflexão revelou-se fundamental, tornando evidente que o desenho deve ser precedido por um conhecimento aprofundado. Foi indispensável compreender a origem e evolução da fábrica e, simultaneamente, reconhecer a complexidade inerente à intervenção no património industrial, identificando tanto as suas potencialidades como os riscos e condicionantes associados.

Este arco de investigação permite entender o que foi a Fábrica do Álcool no seu auge produtivo, o que é hoje na sua condição de ruína e, finalmente, o que pode vir a ser. O património não deve ser encarado como um fim estático, mas como um elemento em contínuo devir.



[01.]

[01.] Ilha de São Miguel, costa norte.

1. O LUGAR. Identidade e paisagem

“Ilhas de azul, nascidas da violência, a história da sua origem está escrita em pedra. Nos fundos oceânicos um arquipélago submerso conta histórias de ilhas que afundaram e de montanhas que ainda o não são; numas e noutras a vida pulula, emprestando nova dimensão ao horizonte sem fim que mistura mar e céu.”¹

1. Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores, p. 13.



[02.] Mapa dos Açores. De oriente para ocidente: Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Corvo e Flores

1.1 O Arquipélago

O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas, divididas geograficamente e administrativamente numa “teia de 3 malhas — os três grupos ou pequenas constelações de ilhas próximas”²: o Grupo Oriental (Santa Maria e São Miguel), o Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e o Grupo Ocidental (Flores e Corvo).

Situado em pleno Oceano Atlântico Norte, os Açores constituem o arquipélago mais setentrional da Macaronésia, a cerca de 1600 km do continente europeu e a 4500 km da América do Norte. Este isolamento geográfico contribui para a singularidade biológica e cultural da região. De origem vulcânica, as nove ilhas são resultado da atividade tectónica associada à junção tripla das placas Norte-Americana, Euroasiática e Africana.

A paisagem insular apresenta uma morfologia acentuada e um cenário de grande diversidade geomorfológica, marcada por cones vulcânicos, caldeiras, crateras e extensas fajãs. Ademais, o clima oceânico suave, aliado à solitude territorial, permite o desenvolvimento de uma vegetação rica e diversa que define a identidade natural e visual do arquipélago.

*“Ilhas de Azul e Verde porque, nascidas uma vez do oceano pelo fogo indómito dos vulcões, dele nascem de novo pelo poder criador do seu bafo. A água deixa o azul do oceano e, voltando à terra, torna-a verde. [...] E uma vez ali acumulada, espelha o céu em lagos de azul e verde, transformando assim o sonho de uma Atlântida.”*³

Rumo aos seis séculos de ocupação humana, os Açores assumem um papel significativo na História de Portugal e do Atlântico. No entanto, tanto as datas de descoberta do arquipélago, como as do seu povoamento, apresentam algumas divergências, em virtude da insuficiência documental e da imprecisão inerente às fontes históricas.

O autor terceirense Vitorino Nemésio (1901-1978) refere que Santa Maria, a primeira ilha a ser descoberta, em 1424, pelo navegador Diogo Silves⁴, iniciou o seu processo de povoamento em 1431, através de uma expedição liderada pelo navegador Gonçalo Velho Cabral. António Martins (1946), contudo, aponta uma data distinta, situando a chegada a Santa Maria para iniciar a fixação humana a 15 de agosto do ano de 1432 “quando, do alto da gávea, ressoou o grito mais desejado de qualquer marinheiro: terra.”⁵

2. Nemésio, V. (1983). *Corsário das Ilhas*. (2ª ed.). Livraria Bertrand, SARL, p. 53.

3. Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores, p. 199.

4. Nemésio, 1983, p. 54.

5. Martins, 1998, p. 125.

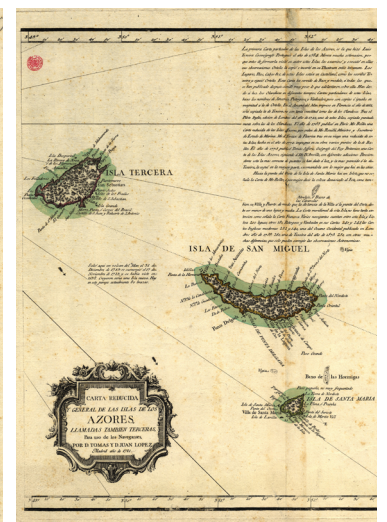
[03.]



[04.]



[05.]



[03.] Chegada dos primeiros povoadores a São Miguel. Pintura em azulejo. Presidência do Governo Regional dos Açores, Palácio de Sant'Ana.

[04.] e [05.] O arquipélago dos Açores. "Carta reducida y general de las islas de los Azores. Llamadas tambien de terceras." Madrid. 1781.

Apesar de existirem cronologias diferenciadas, sabe-se que São Miguel foi a segunda ilha a ser descoberta. Segundo Nemésio, não obstante a proximidade e visibilidade entre Santa Maria e São Miguel, a chegada e ocupação desta última só se concretizou em 1439, após um período de cerca de “catorze anos de indecisão e de torpor”⁶. Inicialmente, os responsáveis pela expansão marítima preferiam estabelecer-se e testar o povoamento em ilhas de menor dimensão antes de avançar para as maiores. Assim, à medida que as condições para o cultivo e exploração dos recursos se mostravam mais favoráveis, ocorreu um progressivo deslocamento da importância da terra mariense para a micaelense⁷. Tal mudança gerou um consequente desinteresse por Santa Maria, tanto pelo tamanho, como pelos solos férteis que caracterizam a “ilha verde”⁸.

O processo de ocupação decorria, geralmente, em três etapas distintas. Numa fase inicial, realizava-se o reconhecimento do território, seguindo-se um segundo momento, de introdução tanto de pequenas explorações agrícolas, como de animais de criação, com o objetivo de preparar e avaliar a capacidade produtiva dos solos para a última etapa: o povoamento⁹.

Desde a sua descoberta até à atualidade, a posição privilegiada do arquipélago entre os dois continentes desempenhou um papel fundamental e, tal como refere António Martins, estas ilhas “viram a sua importância política e económica mover-se entre as caravelas do Caminho das Índias e os vapores e hidroaviões do florescimento industrial, na encruzilhada dos cabos submarinos, no nó das guerras mundiais e no controlo das rotas aéreas”¹⁰.

Os Açores constituem, assim, um território claramente singular, cuja identidade resulta da interação entre um meio natural moldado pelo vulcanismo e uma história marcada pela insularidade. Esta simbiose entre o lugar e a experiência humana é sintetizada por Vitorino Nemésio num conceito que define a circunstância geográfica e cultural do arquipélago: a “açorianidade”¹¹.

6. Nemésio, V. (1983). *Corsário das Ilhas*. (2ª ed.). Livraria Bertrand, SARL, p. 54.

7. Tostões, A. et al. (2000). *Arquitectura Popular dos Açores*. Ordem dos Arquitectos, p. 88.

8. Este epíteto, popularmente utilizado para designar São Miguel, advém da sua exuberante e rica vegetação, que confere às suas paisagens múltiplos tons de verde. Esta denominação simbólica foi atribuída pelo escritor português Raul Brandão (1867-1930) na sua obra: *As Ilhas Desconhecidas*, que relata a sua viagem aos Açores, em 1924. O autor atribuiu uma cor a cada uma das ilhas, destacando-lhes as singularidades cromáticas e paisagísticas.

9. Tostões et al., 2000, p. 18.

10. Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores, p. 123.

11. O termo “açorianidade” foi escrito, pela primeira vez, em 1932, num artigo da Revista *“Insula”*, por Vitorino Nemésio. Trata-se de um neologismo que visa expressar a identidade única dos Açores, não só ao nível das suas características históricas e geográficas, como também numa dimensão mais afetiva e cultural, associada ao sentimento de pertença ao arquipélago e de todas as experiências que envolve ser açoriano.

[06.] Vila Franca do Campo. Localizada na “plataforma central” da Ilha de São Miguel.

[07.] Farol do Arnel, Nordeste, Ilha de São Miguel.

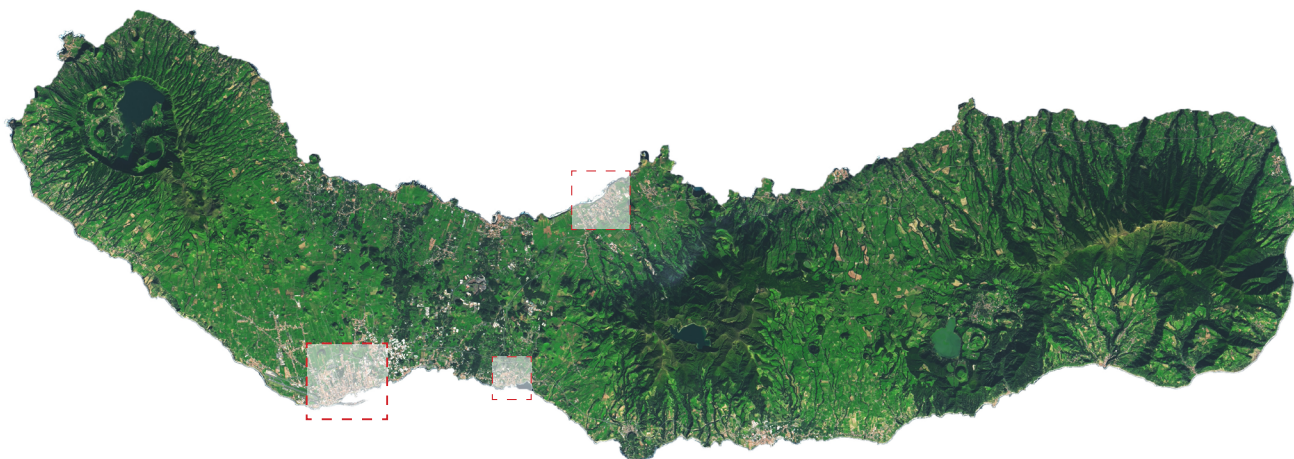
[08.] Ilha de São Miguel. Em destaque, da esquerda para a direita, as cidades de Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande.



[06.]



[07.]



[08.]

1.2 A Ilha

*“Podem e devem, com efeito, aspirar com razão e sem receio a esta poderosa fonte de desenvolvimento local aquelas terras, que como a famosa ilha de São Miguel, encerram tantas maravilhas panorâmicas e tamanha riqueza hidrológica, gozando ainda de uma situação geográfica privilegiada, a meio caminho no imenso Atlântico, entre o Novo e o Velho Mundo.”*¹²

A paisagem de São Miguel é marcada pela sua topografia diversificada e relevo acidentado, os quais influenciaram a estruturação dos primeiros povoamentos e, conseqüentemente, a configuração dos atuais centros urbanos. De ocidente para oriente, a ilha apresenta uma forma alongada estruturada por dois maciços montanhosos ligados, entre si, por uma “plataforma central relativamente plana onde se situam os melhores terrenos e as maiores povoações”¹³.

Esta área pouco acidentada combina boas condições agrícolas e de pastagem, devido à lisura dos terrenos, com linhas costeiras, sobretudo na orla sul, baixas e protegidas, favoráveis à atividade piscatória. É aqui que se situam as três cidades micaelenses: Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa.

No restante território, o terreno apresenta-se mais irregular e montanhoso, com grandes falésias que dificultam a relação com o oceano, o que torna as povoações mais “fragmentadas e condicionadas a um certo isolamento, tanto a norte, devido às arribas [...] como a sul, quando implantadas em relevo mais vigoroso”¹⁴. Esta diversidade de paisagem moldou, não só, a distribuição populacional, mas também a economia, a agricultura e a relação histórica das comunidades com o território e com o mar.

São Miguel, embora se destaque como a maior e mais populosa das ilhas, partilha com as demais a condição de isolamento. Desde os primórdios do seu povoamento, a insularidade impôs especificidades e limitações incontornáveis, manifestas sobretudo na dificuldade de acesso a bens e recursos exógenos¹⁵. Esta condição constitui, “obviamente, uma das dominantes fundamentais do povo açoriano que vive o contraste permanente entre o isolamento inevitável e a possibilidade de contacto com o Mundo através do mar que o rodeia”¹⁶.

12. Direção Regional da Cultura dos Açores. (2012). *Atas do Colóquio. Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*. Presidência do Governo Regional dos Açores e Direção Regional da Cultura, p. 169.

13. Tostões, A. et al. (2000). *Arquitetura Popular dos Açores*. Ordem dos Arquitectos, p. 85.

14. Tostões et al., 2000, pp. 86 e 87.

15. A insularidade define uma marginalização geográfica intrínseca à RAA (Região Autónoma dos Açores), que determinou, até ao último quartel do século XX, constrangimentos socioeconómicos que moldaram a identidade e a história do arquipélago. Estas limitações originaram um quadro de relativa insuficiência e limitação do desenvolvimento, cenário largamente revertido a partir da conquista da Autonomia Política (1976) e da adesão de Portugal à União Europeia (1986).

16. Tostões et al., 2000, p. 20.



[09.]



[10.]



[11.]



[12.]



[13.]



[14.]

[09.] Poço da Ribera do Ferreiro. Ilha das Flores.

[10.] Termas da Ferraria. Ilha de São Miguel.

[11.] Rocha dos Bordões. Ilha das Flores.

[12.] Miradouro de Santa Iria. Ilha de São Miguel.

[13.] Lagoa das Sete Cidades. Ilha de São Miguel.

[14.] Cratera da montanha do Pico. Ilha do Pico.

O autor micalense Francisco Arruda Furtado (1854-1887) aborda as consequências desta restrição geográfica, ao descrever as ilhas como um “estádio de civilização atrasado, rotineiro, e votado ao abandono [...] em consequência do isolamento e da ‘falta de cruzamentos generosos’”¹⁷. Na sua análise, este autor descreve os açorianos como um povo sem instrução, com um déficit “na sua constituição mental com respeito ao resto do povo português”¹⁸. Para Furtado, ao longo dos quatro séculos de existência, a população insular foi sujeita a uma completa exploração, a qual pode ser traduzida nas condições precárias vividas tanto pelos primeiros povoadores, confrontados com um meio isolado e com poucos recursos, como pelas gerações seguintes, as quais herdaram esta realidade de pobreza e solidão. “Mais do que evolução, a insularidade teria produzido, segundo Arruda Furtado, uma involução cultural.”¹⁹.

Do ponto de vista do autor terceirense Luís da Silva Ribeiro (1882-1995), esta condição de isolamento do arquipélago “povoado pelos valorosos portugueses de quinhentos (os portugueses que ‘deram novos mundos ao mundo’)”²⁰, constitui um “factor de intensificação da portugalidade”²¹. Esta leitura, diferente da de Arruda Furtado, atesta que, apesar da distância, a cultura portuguesa manifestou-se fortemente desde o início do povoamento, consolidando-se como um traço identitário central na formação sociocultural do arquipélago²². Nesta perspetiva, “em vez de sermos menos Portugal, seríamos, pelo contrário, mais Portugal [...] e os Açores são vistos como uma espécie de quintessência de Portugal”²³.

Nemésio apresenta um ponto de vista análogo, ao caracterizar as ilhas como “um Portugal requintado porque receberam dêle a forma e o pensamento quando Portugal na verdade era uma fôrça em marcha”²⁴. Adicionalmente, aprofunda a questão do isolamento, numa perspetiva associada ao predomínio absoluto e até exorbitante que a paisagem natural exerce sobre a população, evidenciando uma relação ambivalente entre o açoriano e o seu território, manifestada na “presença opressiva e constante dos campos baixos e húmidos”²⁵. Para o autor terceirense, nos Açores “volta-se um pouco as costas à mãe Natureza e às suas solidões”²⁶, o que traduz a relação de resistência face à imponente paisagem natural. A paisagem que protege é, também, a que isola.

17. Furtado, F. A. (1884). *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micalense*, p. 18, citado em Leal, J. (1997). *Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia (1880-1940)*, Etnográfica, p. 195.

18. Leal, 1997, p. 195.

19. Albergaria, I. S. (2013). *Na Forja da “Arquitectura Regional”. Entre o determinismo geográfico e as desinências nacionalistas: o caso açoriano*. Universidade dos Açores, p. 4.

20. Direção Regional da Cultura dos Açores. (2012). *Atas do Colóquio. Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*. Presidência do Governo Regional dos Açores e Direção Regional da Cultura, pp. 181 e 182.

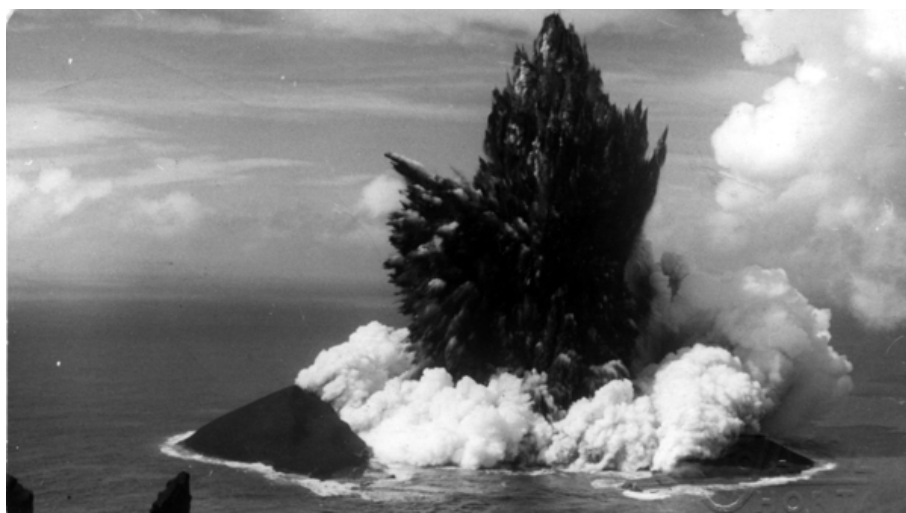
21. Direção Regional da Cultura dos Açores, 2012, pp. 181 e 182.

22. Diversos estudos destacam a multifacetada influência cultural presente nos Açores, oriunda de distintas regiões de Portugal Continental, com especial destaque para o Minho, Beira, Algarve e Alentejo. Num opúsculo de 1884 intitulado “*Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micalense*”, Arruda Furtado aponta, ainda, a possível contribuição de colonos da Bretanha francesa na formação da identidade micalense; in Albergaria, I. S. (2013). *Na Forja da “Arquitectura Regional”. Entre o determinismo geográfico e as desinências nacionalistas: o caso açoriano*. Universidade dos Açores, p. 4.

23. Direção Regional da Cultura dos Açores, 2012, pp. 181 e 182.

24. Nemésio, V. (1929). *O Açoriano e os Açores*. Renascença Portuguesa, P. 18.

25. Nemésio, 1983, pp. 247 e 248.



[15.]

[15.] Erupção do Vulcão dos Capelinhos, 1957. Ilha do Faial.

[16.] Romeiros, Ilha de São Miguel.

"A fúria dos vulcões e o sacudir dos terremotos moldaram-lhes as devoções, e o vaivém das ondas embalou-lhes as promessas. E ainda hoje as promessas são cumpridas. De bordão na mão e xaile aos ombros, visitando templos e ermidas em suplicante monotonia, romeiros em penitência pelos pecados da vida continuam uma tradição nascida talvez da erupção [Lagoa do Fogo, Ilha de São Miguel] de 1563 e mantida viva pelo frequente tremer da terra micalense." *in* Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores. P. 181.

[17.] Quadro "Os Emigrantes", Domingos Rebelo, 1926. É representada uma família emigrante açoriana em Ponta Delgada, prestes a embarcar para os Estados Unidos. Retrata o intenso fenómeno da emigração que marcou os Açores no início do século XX.



[16.]



[17.]

“Oh, solidão das ilhas!... Conquista da terra por firmeza no pouco que se tem e por tino e recuo a tempo no muito que se deseja...”²⁷

Esta questão do predomínio do meio é agravada pela forte volatilidade climática e geológica, que condicionou uma vivência vulnerável face às forças marítimas e vulcânicas. Esta constante “convivência com o medo dos cataclismos e com a angústia das tempestades”²⁸ manifestou uma profunda religiosidade. Desde os primórdios do povoamento, período em que a atividade vulcânica se mostrava mais intensa, a Igreja afirmou-se enquanto protetora das comunidades, ordenando o espaço habitado e influenciando a conformação da paisagem.

Diante das múltiplas adversidades, muitos açorianos optaram por abandonar as ilhas em busca de melhores condições de vida. É neste contexto que surge o emigrante, “figura-chave neste universo [Açores]”²⁹, “quase tão antigo como o povoamento do arquipélago”³⁰. A partir do século XVII, a emigração assumiu um papel essencial para a Região, tornando-se um “factor fundamental da vida do arquipélago e sempre significativo em São Miguel”³¹. No entanto, esta saída de um número considerável de habitantes traduziu-se numa fase de estagnação e de abandono das ilhas, com repercussões significativas na composição demográfica³².

“É verdade!: se for à Califórnia, [...] traga, sobretudo, sinais dos nossos [açorianos] que lá andam há muito menos tempo a ordenhar vacas, e que por acaso ainda se lembrem (os de setenta a oitenta anos) dos garotos dos ilhéus de 1908 a 1914, entre os quais fui.”³³

Embora a emigração se tenha afirmado como uma resposta estrutural apenas a partir do século XVII, a dependência direta da terra constituiu, desde o povoamento, o pilar da sobrevivência insular. Como refere António Martins: “Desde o início ficaram os colonos impressionados com a fecundidade do solo, e disso tiraram partido não apenas para a sua subsistência, mas também para o comércio”³⁴.

Ao longo dos quase seis séculos de ocupação humana, São Miguel foi palco de sucessivos ciclos de culturas agrícolas que moldaram o território. A sua ascensão e declínio dependia da fertilidade do solo e da procura externa, o que levou a um constante processo de desaparecimento e substituição³⁵.

27. Nemésio, V. (1983). *Corsário das Ilhas*. (2ª ed.). Livraria Bertrand, SARL, p. 71.

28. Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores, p. 181.

29. Tostões et al., A. (2000). *Arquitetura Popular nos Açores*. Ordem dos Arquitetos, p. 20.

30. Tostões et al., 2000, p. 20.

31. Tostões et al., 2000, p. 88.

32. A Direção Regional das Comunidades aponta que, entre os fluxos migratórios historicamente mais significativos, sobressai, em primeiro lugar, o Brasil. Inicialmente, no séc. XVII, a emigração direcionou-se para os estados do Sul e, mais tarde, entre os séc. XIX e XX, para os centros urbanos emergentes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Seguiu-se o Uruguai, com particular intensidade no séc. XVIII. A partir de meados do século XIX, iniciou-se outra saída considerável de micalenses para as Bermudas, bem como para aquele que viria a constituir-se como o principal polo de atração migratória até à atualidade - os Estados Unidos. Já em meados do séc. XX, consolidou-se o fluxo sistemático para o Canadá. Na contemporaneidade, os fluxos concentram-se sobretudo para as “Américas” (termo popularmente utilizado no vocabulário micalense para designar os Estados Unidos e Canadá) e a emigração continua a constituir um elemento estruturante para a identidade açoriana.

33. Nemésio, 1983, p. 273.

34. Martins, 1998, p. 154.

35. Tostões et al., 2000, p. 108.



[18.]

[18.] Mirante da época da laranja.
Caloura, concelho da Lagoa, São
Miguel.



[19.]

[19.] Mirante da época da laranja.
Quinta da laranja, concelho da Lagoa,
São Miguel.

Entre as culturas preponderantes, são de destacar, no séc. XV, a cana do açúcar e o trigo, até surgirem as “primeiras desilusões do emprego da monocultura”³⁶. O posterior surgimento da cultura do pastel, que vigorou até à sua decadência, no séc. XVII, foi sucedido pelo desenvolvimento progressivo das culturas do milho e da vinha³⁷. Todavia, entre sensivelmente 1750 a 1880³⁸, o arquipélago testemunhou um período de grande prosperidade, fomentado pela produção e comercialização da laranja, que ficou conhecido por “economia da laranja” ou “ciclo da laranja”.

Apesar de já ter sido introduzida no final do séc. XVI para consumo local, a produção de laranja acabou por se tornar, pela sua qualidade e variedade, numa importante cultura de exportação, tanto para Portugal continental, como para Inglaterra³⁹. Em São Miguel, o apogeu desta produção decorreu entre 1840 e 1875⁴⁰, período em que, de acordo com Fátima Sequeira Dias (1958-2013), “a ideia desta ilha se associava ao paladar das sumarentas laranjas; [...] em 1883, [...] as laranjas micalenses eram as melhores do mundo”⁴¹.

Este ciclo contribuiu para a primeira tentativa de integração económica do arquipélago, tanto a nível interno como com outros mercados, o que levou a um consequente enriquecimento dos “micalenses, em particular, e da população açoriana, em geral, durante mais de cem anos”⁴². Contudo, este crescimento não beneficiou de modo uniforme todas as ilhas, verificando-se um maior desenvolvimento na *ilha verde*. Segundo Fátima Dias, “paralelamente aos exemplos de opulência e de prosperidade de alguns, muitos continuavam a encontrar-se na necessidade de embarcar, para o Brasil”⁴³.

A prosperidade trazida pela laranja não se refletiu apenas na economia; também deixou marcas físicas na paisagem e na arquitetura vernacular açoriana. As vastas plantações levaram à construção de novas estruturas adaptadas às necessidades agrícolas. Na arquitetura popular dos Açores, a resposta a desafios topográficos, climáticos e produtivos sempre foi uma prioridade, através do uso de materiais autóctones. Assim, neste período, o basalto continuou a ser o material predominante para a edificação de muros e elementos estruturais, os quais protegiam as plantações e dividiam terrenos⁴⁴. Paralelamente, surgiram os mirantes, infraestruturas em pontos estratégicos de vigia das plantações, que serviam de observação, não só dos terrenos, como também das embarcações que transportavam a laranja para exportação⁴⁵.

36. Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores, p. 154.

37. Martins, 1998, p. 154.

38. Dias, F. S. (1995). *A importância da “economia da laranja” nos arquipélagos dos Açores durante o século XIX*. p. 197, in (1995) *Arquipélago-História* vol. I, n. 2, Universidade dos Açores. P. 189–240.

39. Martins, 1998, p. 155.

40. Miranda, S. (1999). *O ciclo da Laranja e os gentlemen farmers da Ilha de S. Miguel (1780-1880)*. (2ª ed.). Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 50.

41. Dias, 1995, pp. 190.

42. Dias, 1995, p. 189.

43. Dias, 1995, p. 189.

44. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 127.

45. Martins, 1998, p. 155.

[20.]



[21.]



[22.]



[20.] Fábrica do Álcool da Lagoa, Ilha de São Miguel.

[21.] Fábrica do Açúcar de Santa Clara, Ilha de São Miguel (inicialmente Fábrica do Álcool de Santa Clara).

[22.] Fábrica do Álcool da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. Atualmente *Arquipélago, Centro de Artes Contemporâneas*, reabilitado pelo grupo de arquitetos Menos é Mais e João Mendes Ribeiro.

Tal como as culturas anteriores, este período entrou numa fase de decadência, com o surgimento de uma praga, na segunda metade do séc. XIX, que “dizimou os laranjais e provocou o colapso do comércio existente.”⁴⁶. A dificuldade no controlo desta enfermidade, que se espalhou por todos os pomares, aliada a uma queda significativa nos preços da laranja no mercado britânico⁴⁷ levou ao colapso desta cultura.

Como resposta à perda da até então principal fonte de riqueza, a região procurou soluções e a cultura da batata-doce surgiu como alternativa⁴⁸. A elevada procura de álcool no mercado continental, sobretudo destinado à produção vinícola, impulsionou a criação de cinco unidades fabris nos Açores, que utilizavam a batata-doce para a extração do álcool através de um processo de fermentação e destilação⁴⁹.

É neste contexto que foi fundada, em 1882, a Fábrica do Álcool da Lagoa, a terceira no arquipélago dedicada ao álcool e a primeira em São Miguel. Esta indústria representou um marco histórico de grande importância, desempenhando um papel essencial na transformação económico-social, não só da cidade, mas de toda a Região.

*“Propõe-se esta fábrica produzir líquidos alcoólicos servindo-se de matéria prima a batata-doce e os cereais quer nacionais ou estrangeiros e toda a substância susceptível de fornecer álcool.”*⁵⁰

Dois anos depois, foi inaugurada a fábrica de Santa Clara e, posteriormente, a da Ribeira Grande, em 1890, constituindo esta a última das cinco unidades criadas nos Açores para a produção de álcool. Três dessas unidades cessaram atividade ainda no final do século XIX, ao passo que a de Santa Clara foi reconvertida para o fabrico de açúcar. A Fábrica da Lagoa foi a única que nunca alterou a sua génese, mantendo a produção de álcool até 1996. A manutenção da sua função original, ao contrário das outras unidades, reforça o seu valor patrimonial enquanto testemunho de mais de um século de produção.

O arquipélago, até então dependente dos recursos locais, conheceu uma mudança determinante. O processo de industrialização foi o motor do crescimento regional e da afirmação de uma autonomia económica progressiva, viabilizando a inserção dos Açores em circuitos comerciais mais abrangentes.

46. Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores, p. 155.

47. Dias, F. S. (1995). *A importância da “economia da laranja” nos arquipélagos dos Açores durante o século XIX*, P. 217, in (1995) *Arquipélago-História* vol. I, n. 2, Universidade dos Açores, pp. 189–240.

48. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 284.

49. É particularmente significativo constatar que, no início do século XX, os métodos açorianos de produção de álcool atraíram o interesse internacional, como se comprova através desta correspondência, oriunda de São Paulo, que procurava conhecer e replicar as técnicas utilizadas no arquipélago: “Director de uma importante Destilaria deste Estado de S. Paulo, comecei desde alguns anos experiencias sobre a cultivação da batata doce como matéria primeira para a fabricação do álcool. As plantações que actualmente tenho são importantes, porem bem longe de produzir os resultados que me consta obtem-se nessas Ilhas” in Direção da Sociedade Anónima de Destiladores Brasileiros. (São Paulo, 24 de novembro de 1904). *Carta a Direção da Sociedade Anónima de Destiladores Brasileiros. Assunto relativo a fabrico de alcól a partir de batata doce* [carta a Chaves, J.A.; Diretor do Museu e Observatório de Ponta Delgada]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

50. Bensaúde & Companhia de Ponta Delgada. (1882, 22 de março–20 de maio). *Processo de concessão de licença para a fundação de uma fábrica de destilação de líquidos alcoólicos, que se pretende estabelecer neste concelho em São Pedro, Lagoa* [documento técnico de 1882 sobre o pedido de licença da firma Bensaúde & C.ª para instalar uma fábrica de destilação alcoólica na Lagoa]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

[23.]



[24.]



[25.]



[23.] A cidade da Lagoa.

[24.] Porto dos Carneiros, Lagoa. É possível observar a chaminé da Fábrica do Álcool (ao centro), cuja altura de 41 metros confere-lhe um papel de destaque no perfil da Lagoa. É também nesta zona que se situa a Finançor, a principal unidade industrial da ilha, cujos silos, pela sua dimensão, afirmam-se como outro marco dominante na paisagem (à esquerda).

[25.] Fábrica do Álcool da Lagoa, 2022. À direita (poente) a Avenida António de Medeiros e Almeida e em baixo (sul) a Rua da Fábrica

1.3 A Fábrica

Situada no centro da Lagoa, em frente ao mar, a antiga Fábrica do Álcool ocupa uma posição privilegiada na costa sul da “plataforma central”. A génese desta cidade remonta ao início do processo de colonização, no século XV, período em que a ocupação territorial se desenvolveu, maioritariamente, em zonas costeiras⁵¹.

Ao contrário da costa norte, marcada por falésias abruptas que dificultam a relação entre terra e mar, a vertente sul, por oferecer uma maior acessibilidade, com baías suscetíveis de abrigar um porto, permitiu a consolidação de aglomerados populacionais em estreita articulação com a frente costeira⁵². Neste contexto, a Lagoa manteve, desde a sua formação, uma forte ligação à atividade piscatória, à qual se somou, no final do século XIX, um acentuado desenvolvimento industrial que “conferiu à Lagoa o estatuto de “Vila Operária” e ‘Vila mais industrial de São Miguel’”⁵³. Esta realidade reflete-se na própria estrutura urbana da cidade, constituída pelas freguesias de Santa Cruz e de Nossa Senhora do Rosário, que apresentam organizações distintas: enquanto Santa Cruz, a nascente, conserva uma “malha linear simples e marcada expressão rural”⁵⁴, a freguesia do Rosário, a poente e na qual o objeto de estudo está situado, caracteriza-se como uma “zona fabril e portuária”⁵⁵.

A elevação da Lagoa à categoria de cidade ocorreu apenas a 22 de março de 2012, por deliberação do Governo dos Açores⁵⁶. Atualmente, a cidade possui, aproximadamente, 9 000 habitantes⁵⁷. Tal como no restante arquipélago, a Lagoa tem registado, nos últimos anos, um crescimento expressivo da atividade turística. Perante este cenário, coloca-se o desafio de reforçar a sua atratividade, quer através da criação de novas infraestruturas públicas, quer pela reabilitação e adaptação de edifícios devolutos, cuja valorização contribui, simultaneamente, para responder a necessidades locais e diversificar a oferta turística.

51. “Logo no início do reinado de D. João III, a Lagoa é elevada a Vila e sede de concelho, a 11 de abril de 1522, sendo, portanto, o último concelho micaelense criado [...]”, in Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 24.

52. Tostões, A. et al. (2000). *Arquitetura Popular nos Açores*. Ordem dos Arquitetos, p. 92.

53. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 42.

54. Tostões et al., 2000, p. 95.

55. Tostões et al., 2000, p. 95.

56. Câmara Municipal da Lagoa.

57. Censo de 2021, Câmara Municipal da Lagoa.

[26.] Cidade da Lagoa. Fábrica do
Álcool em destaque.



A antiga Fábrica do Álcool afirma-se neste contexto urbano através da sua volumetria imponente. Encontra-se delimitada a norte por terrenos agrícolas, a nascente pela Avenida António de Medeiros e Almeida, a sul pela Rua da Fábrica e a poente por grandes estufas. A área envolvente do complexo fabril revela uma dicotomia territorial evidente: por um lado, a nascente, destaca-se uma malha urbana de traçado regrado. Por outro lado, a poente, o tecido urbano assume uma configuração fragmentada e bastante irregular, composto predominantemente por construções de pequena escala pontuadas por vazios urbanos que englobam desde explorações agrícolas e de pastagens a terrenos devolutos.

[27.] Cidade da Lagoa com mancha do construído. Fábrica do Álcool em destaque.



[28.]

[28.] Planta da Fábrica do Álcool (Desenhos de levantamento disponíveis em anexos, pp. 39 a 49).

Legenda:

1_ Casa do Guarda Fiscal.

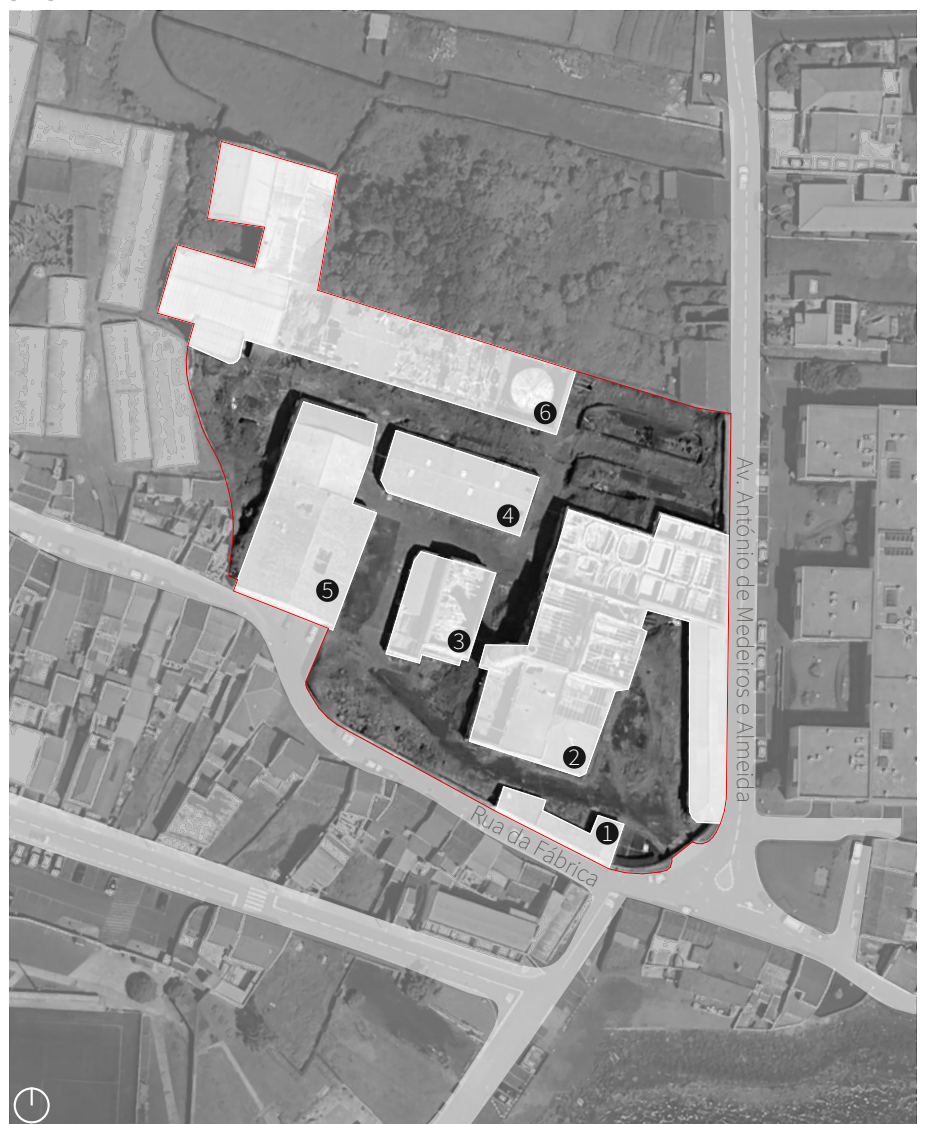
2_Edifício da Chaminé. Tinhas de Fermentação, Preparação do mosto, destilação-rectificação, centrifugação e lavagem de levedura, armazém de flegmas, central térmica, caldeiras, direção, escritório, laboratório, portaria.

3_Casa do Operário. Instalações sociais: refeitório, vestiário, balneário, instalações sanitárias, cozinha.

4_Armazém de materiais.

5_Oficina Geral e de reparações-auto e arrecadação.

6_Depósito de Enchimento de álcool e granel.





[29.]



[30.]

Casa do guarda fiscal

[29.] Fachada norte.

[30.] Fachada nascente.



[31.]



[32.]

[33.]



Oficina Geral

[31.] Fachada sul, a partir da Rua da Fábrica.

[32.] Fachada poente (à esquerda) e muro do limite do lote da fábrica (à direita).

[33.] Fachada nascente.



[34.]



[35.]



[36.]



[37.]

Edifício da Chaminé

[34.] Fachada nascente.

[35.] As diferentes altimetrias do mesmo volume. À esquerda, espaços destinados à preparação do mosto, destilação-rectificação, centrifugação e lavagem de levedura, armazém de flegmas, central térmica e caldeiras. À direita, espaços de direcção, escritório, laboratório e portaria.

[36.] Fachada poente. É possível ler "Direcção".

[37.] Fachada poente dos espaços de direcção, escritório, laboratório e portaria.



[38.]



[39.]



[40.]

[41.]



[42.]



Edifício da Chaminé
[38.] Fachada norte.
[39.] Fachada poente.
[40.] Tinas de fermentação.
[41.] Perspetiva interior.
[42.] Perspetiva interior.



[43.]

[44.]



[45.]

[46.]



Casa do Operário

[43.] Fachada sul. É possível ler “Casa do Operário”.

[44.] Fachada norte (esquerda) e fachada poente (direita).

[45.] Relação da Casa do Operário com a chaminé.

[46.] Perspetiva interior. Balneário.



[47.]



[48.]



[49.]



[50.]

Armazém de Materiais

[47.] Fachada sul.

[48.] Aproximação. Fachada sul.

[49.] Aproximação. Fachada sul.

[50.] Perspetiva interior. Interior ritmado por pilares de madeira.

[51.]



[52.]



[53.]



Depósito de Enchimento de álcool e granel.

[51.] e [52.] Fachada sul, pedra em basalto.

[53.] Ritmo das aberturas da fachada sul.



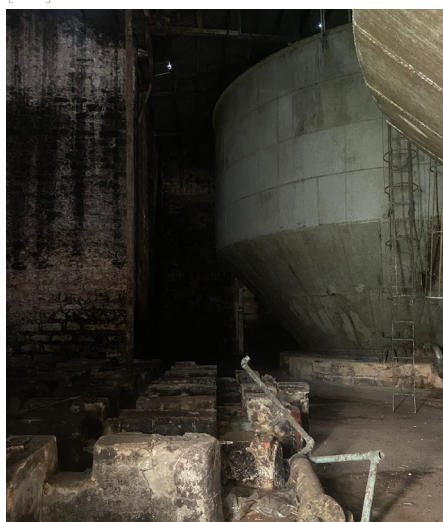
[54.]



[55.]



[56.]



[57.]



[58.]

Depósito de Enchimento de álcool e granel.

[54.] Fachada sul. Entrada para espaços com tanques de armazenamento de álcool.

[55.] Relação com a fachada norte do edifício da Oficina Geral.

[56.] Tanque exterior de álcool.

[57.] e [58.] Tanques depósito de álcool (5 tanques).

[59.] Alçado do projeto de 1882 para a Fábrica do Álcool.

[60.] Alçado nascente atual do edifício da chaminé.

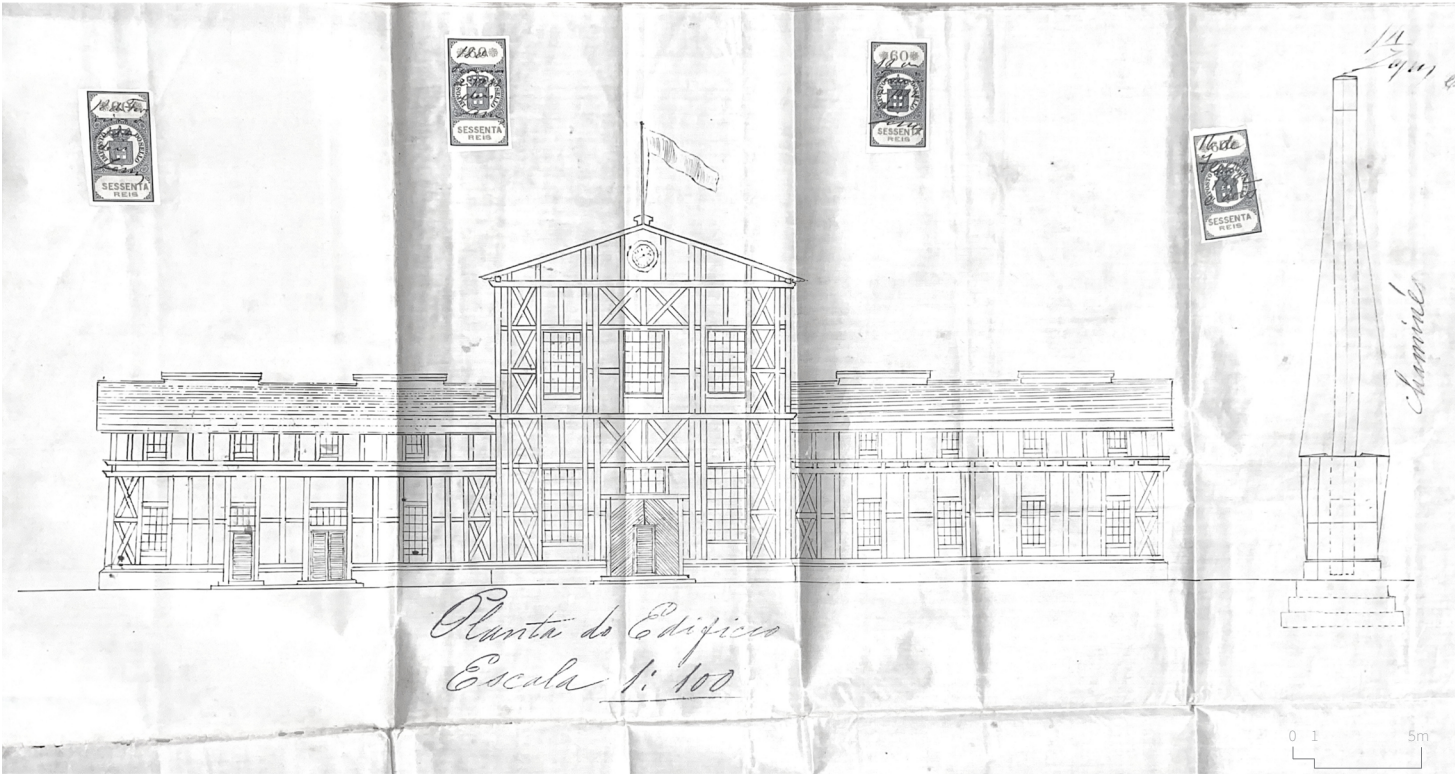
A leitura comparativa dos dois alçados permite reconhecer algumas relações formais entre a proposta inicial e o conjunto construído. Em ambos, é perceptível a presença de um volume central mais elevado acompanhado por dois corpos laterais de menor altura, com proporções semelhantes.

[61.] Implantação do projeto de 1882 para a Fábrica do Álcool.

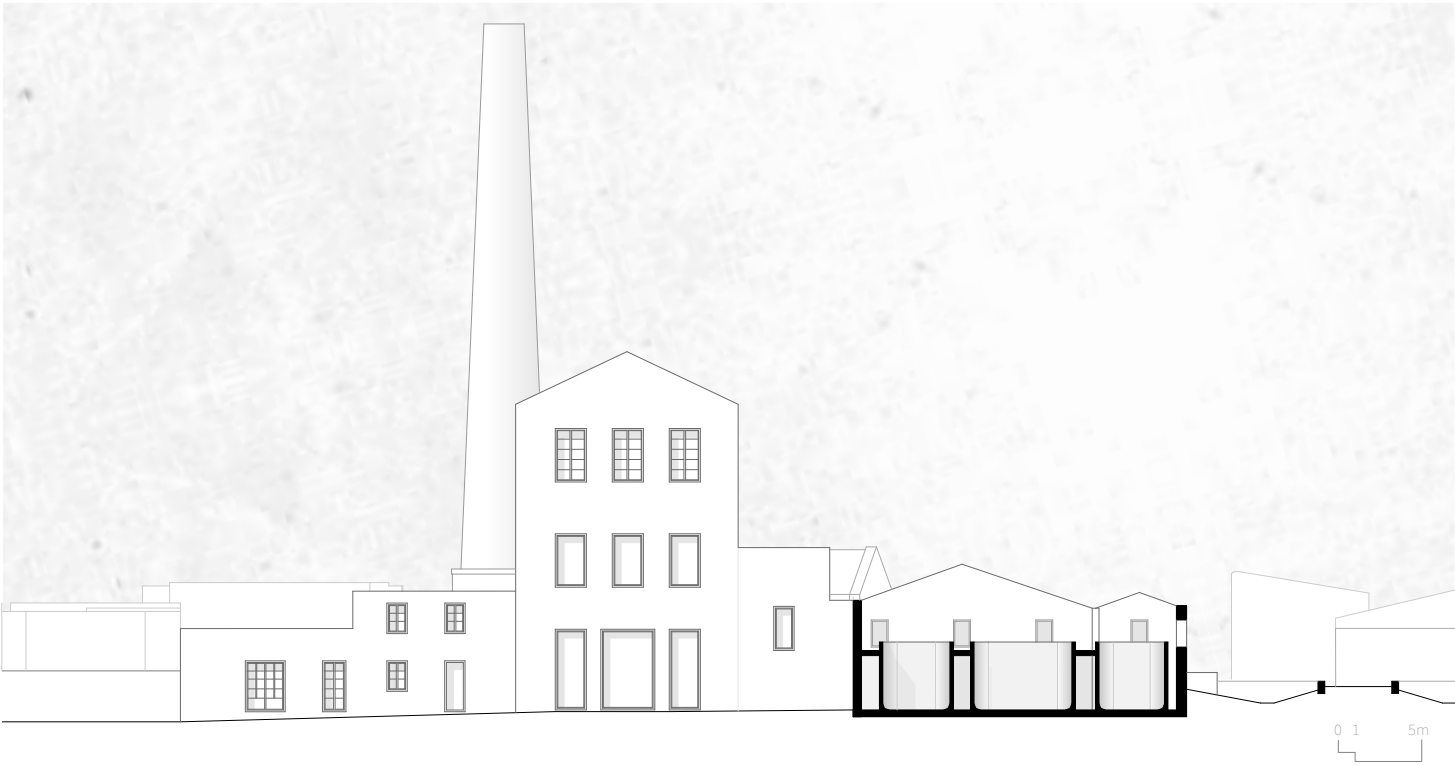
[62.] Implantação atual.

A análise da primeira formulação evidencia uma presença escassa e descontínua das pequenas edificações circundantes, o que sugere um contexto rural distinto do presente, no qual a fábrica surge como um elemento isolado.

“O terreno confronta norte João Bot. Cabral, sul rua pública [atual Rua da Fábrica], rua pública ao nascente [atual Avenida Antônio de Medeiros e Almeida]. A habitação mais próxima dista trinta metros do edifício.” *in* Bensaúde & Companhia de Ponta Delgada. (1882, 22 de março–20 de maio). *Processo de concessão de licença para a fundação de uma fábrica de destilação de líquidos alcoólicos, que se pretende estabelecer neste concelho em São Pedro, Lagoa* [documento técnico de 1882 sobre o pedido de licença da firma Bensaúde & C.ª para instalar uma fábrica de destilação alcoólica na Lagoa]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.



[59.]



[60.]



[61.]



[62.]

Ao longo do tempo, a unidade industrial foi alvo de intervenções que modificaram a sua volumetria, a sua organização interna e até os próprios limites do complexo, transformando, por consequência, o território circundante. O primeiro projeto, datado de 1882 e encomendado à Alemanha⁵⁸, apresenta uma configuração drasticamente distinta da atual⁵⁹. A implantação da fábrica é marcada por um único volume de planta retangular, de carácter unitário e funcionalmente concentrado, sem alas laterais ou corpos anexos.

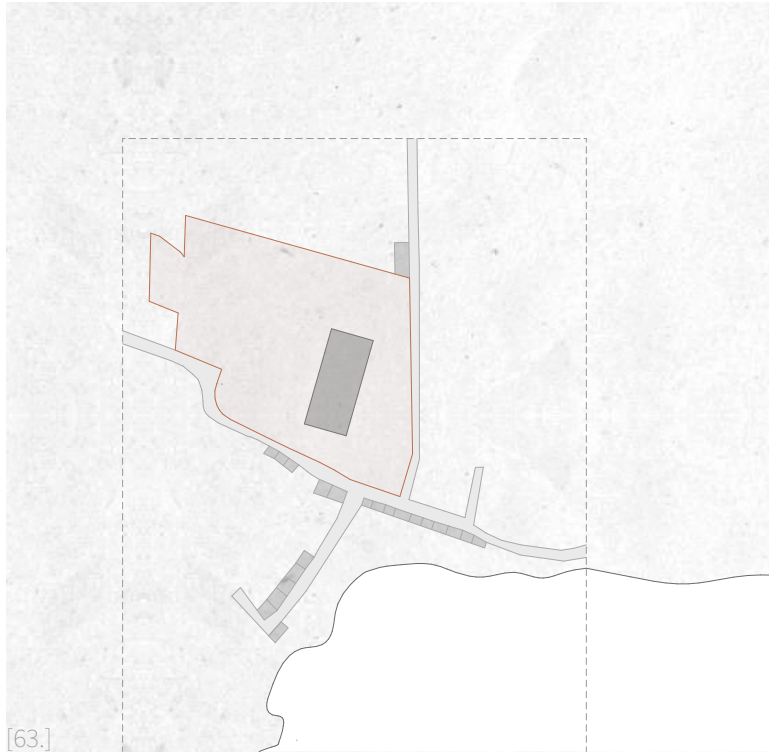
O alçado deste primeiro projeto revela uma forte influência da arquitetura alemã. A sua composição simétrica é marcada por um corpo central mais elevado, característica que encontra paralelo no atual alçado poente do volume principal. Esta fachada destaca-se pela presença de uma estrutura em madeira aparente que forma um esqueleto de elementos horizontais, verticais e diagonais, remetendo para o sistema alemão de *fachwerk*⁶⁰.

Entre esta proposta inicial e o conjunto atual não existem fontes documentais que permitam esclarecer a profunda transformação ocorrida tanto ao nível da volumetria – hoje bastante fragmentada e heterogénea – como do próprio desenho do alçado. No entanto, é plausível admitir que o corpo central delineado no projeto do século XIX tenha funcionado como elemento gerador do complexo industrial, uma espécie de ponto de partida para uma matriz compositiva, a partir da qual se foram agregando os restantes edifícios.

58. Borges, M. in Câmara Municipal da Lagoa. (2022, 18 de novembro). *Gente simples, memórias de afeto. A voz operária da Fábrica do Álcool da Lagoa* [tertúlia sobre investigação da indústria do álcool nos Açores, com um painel de antigos trabalhadores da Fábrica do Álcool - testemunhos]. Cineteatro Lagoense Francisco d'Amaral Almeida.

59. “[...] [a fábrica] emprega várias machinas p^a os preparos preliminares das matérias primas que são destilados em um alambique de cobre. O trabalho da fábrica é feito por machinas e caldeiras de vapor. [...] São fabricadas na Alemanha.”, in Bensaúde & Companhia de Ponta Delgada. (1882, 22 de março–20 de maio). *Processo de concessão de licença para a fundação de uma fábrica de destilação de líquidos alcoólicos, que se pretende estabelecer neste concelho em São Pedro, Lagoa* [documento técnico de 1882 sobre o pedido de licença da firma Bensaúde & C.^a para instalar uma fábrica de destilação alcoólica na Lagoa]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

60. Sistema construtivo de origem alemã. É caracterizado por uma estrutura autoportante de madeira aparente, cujos vãos são preenchidos com alvenaria ou taipa.



Evolução da envolvente e do lugar. De 1882 até à atualidade.

- Terreno pertencente à fábrica.
- Limite do lote da fábrica.

[63.] 1882. Elaborado a partir de planta de 1882.

[64.] 1888. Elaborado a partir de fontes escritas.

Hipótese volumétrica de crescimento da fábrica em torno do volume original.

[65.] 1955. Elaborado a partir de fotografia aérea de 1955 (em anexos.)

[66.] Janeiro de 1996. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 1996, Câmara Municipal da Lagoa.

[67.] Abril de 2024. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 2011, Câmara Municipal da Lagoa e Google Eath.

[68.] Abril de 2025. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 2011 e Google Earth.



De modo a compreender a evolução morfológica do complexo industrial e a forma como a envolvente urbana se expandiu e consolidou ao seu redor, elaborou-se uma cronologia composta por seis esquemas analíticos.

Apenas seis anos após a inauguração da fábrica, o conjunto industrial expandiu-se com a aquisição, em 1888, do terreno localizado a nascente. O segundo esquema [64.] ilustra, não só, este aumento, como também a forma como os volumes se poderão ter aglutinado ao núcleo original. Embora a escassez de registos históricos impeça a datação precisa das estruturas representadas, pela sua tipologia funcional, de armazenamento e apoio à produção, é possível inferir que as mesmas preexistiam à Casa do Operário, inaugurada a 15 de maio de 1947⁶¹. Deste modo, coloca-se a hipótese de que este equipamento, de natureza de suporte social, tenha surgido apenas com a consolidação produtiva da unidade industrial⁶². Já o terceiro mapa [65.], referente a 1955, evidencia a configuração de uma malha viária e uma disposição volumétrica muito próximas da morfologia atual.

Durante a segunda metade do século XX, a estabilidade morfológica da envolvente urbana é notória, como se observa na representação referente a 1996 [66.]. Contudo, na década seguinte [67.], verifica-se uma densificação urbana acentuada na zona nascente, marcada pela proliferação de tecidos residenciais, entre os quais se destaca o volume adjacente à fábrica, em forma de “E”. Este edifício, construído em 2006 no lote que pertencia à fábrica, assume hoje uma presença dominante pela sua altimetria e área de implantação.

O último período [68.] é marcado pela demolição, em 2024⁶³, do casario que outrora se situava a sul da fábrica. Embora não represente uma alteração significativa no conjunto urbano, modifica completamente a vista a partir do interior da fábrica, criando uma abertura visual para o mar.

Destarte, apesar da reduzida densidade de construção observada em 1882, verifica-se uma notável continuidade no desenho territorial: os limites do lote original e a disposição dos arruamentos adjacentes mantêm correspondência com a configuração atual: por um lado, a Rua da Fábrica, a sul, manteve a sua torção definida pelo lote original da fábrica. Por outro, a Avenida António de Medeiros e Almeida, a nascente, preservou a sua orientação retilínea, a qual constitui um importante eixo norte-sul na Lagoa.

61. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 288.

62. É, ainda, possível inferir que o edifício de Depósito de Enchimento de álcool e granel, pela sua alvenaria de pedra aparente, sem reboco, figure entre as estruturas mais antigas do complexo. Trata-se, contudo, de uma hipótese baseada na observação da técnica de construção, carecendo de confirmação documental que a ateste inequivocamente.

63. Rodrigues, S. (2025, 4 de fevereiro). *Lagoa avança com requalificação da frente marítima*. Açoriano Oriental. visitado a 7 de março de 2026, disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/lagoa-avanca-com-requalificacao-da-frente-maritima-367410>

Transformações da implantação e volumetria. De 1955 até à atualidade.

[69.] 1955. Elaborado a partir de fotografia aérea de 1955 e de antigas plantas (em anexos).

Volumes e estruturas que não subsistem na atualidade.

[70.] Janeiro de 1996. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 1996, Câmara Municipal da Lagoa e de antigas plantas (em anexos).

Volumes e estruturas que não subsistem na atualidade.

[71.] Abril de 2025. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 2011 e Google Earth.

[72.] Vista 1. Alçado nascente do edifício da chaminé.

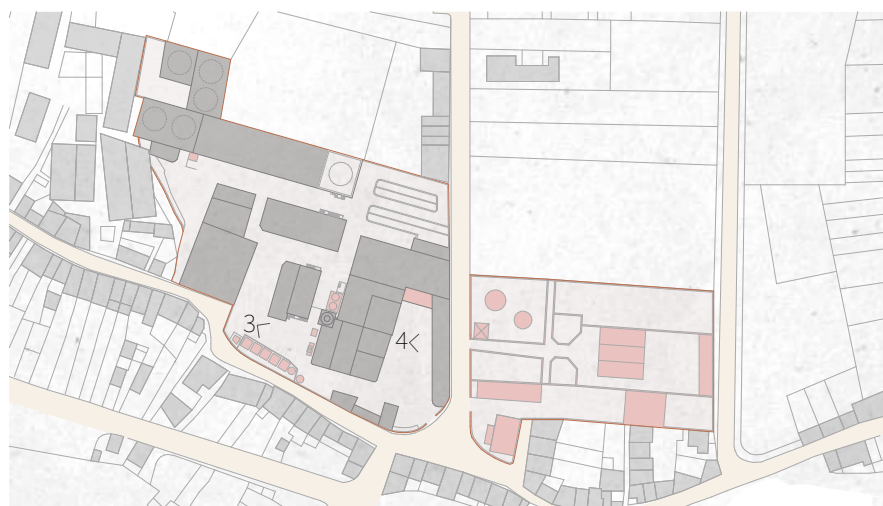
[73.] Vista 2. Terreno a nascente da fábrica com armazém e espaço de criação de gado (da esquerda para a direita).

[74.] Vista 3. Tanques de combustível.

[75.] Vista 4. Terreno a nascente da fábrica com silos, armazém e espaço de criação de gado (da esquerda para a direita).



[69.]



[70.]



[71.]



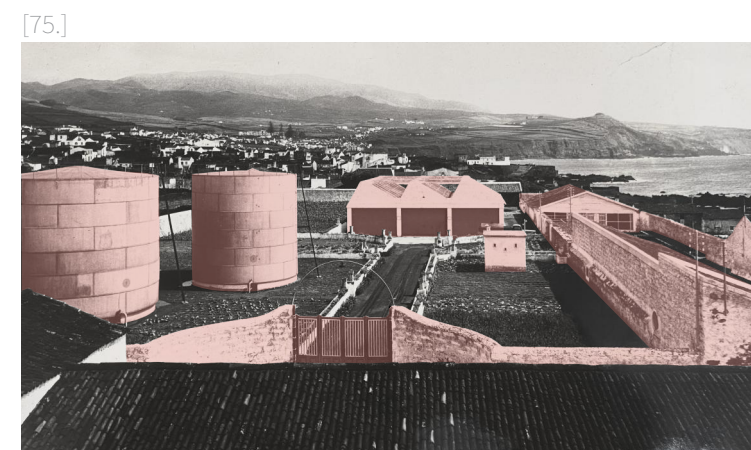
[72.]



[74.]



[73.]



[75.]



Através da alteração dos limites do lote e da sua área total, a fábrica adaptou-se funcionalmente. Cada mutação volumétrica, fosse por adição ou subtração, serviu para responder a necessidades logísticas e potenciar a eficácia operacional da unidade industrial. O terreno contíguo, adquirido em 1888, permitiu a ampliação do conjunto industrial e das suas funções operacionais. Contudo, só na década de 1920 se procedeu à primeira remodelação deste terreno adjacente, o qual, inicialmente, serviu de armazém e, mais tarde, acolheu vastas funções de apoio às instalações principais, “com criação de gado, horta, capoeiras, etc.”⁶⁴ que contribuíram para o abastecimento das famílias dos operários.

A certa altura, na década de 50, a fábrica adquiriu dois barcos de pesca, tendo passado a usar este terreno a nascente do lote principal como doca seca para a sua manutenção e reparação. Este espaço adquiriu uma natureza polivalente, tornando-se, inclusive, palco de convívio. Durante a década de 50, eram exibidos filmes duas vezes por semana, onde “cada funcionário tinha de contribuir com um escudo para o espaço”⁶⁵.

Foi, contudo, com a criação da Casa do Operário, que a fábrica passou a assumir, a partir da segunda metade do século XX, um papel que ultrapassava a dimensão estritamente produtiva e económica, afirmando-se como um importante polo social de valorização dos operários, um espaço que “aspirava a ser um ‘lar do trabalhador’”⁶⁶. O edifício, de três pisos, disponibilizava múltiplos espaços de carácter comunitário, incluindo, para além de vestiários e balneários, uma cozinha articulada com refeitório.

“Nesta unidade, os trabalhadores gozavam de regalias especiais, como refeitório, [...] balneário e escola privativa, etc.”⁶⁷

As mais de duas centenas de funcionários que trabalhavam na fábrica passaram a usufruir de uma refeição diária, o que marcou um momento de dignificação, até hoje recordado⁶⁸. Ainda no ano de inauguração desta nova estrutura, em 1947, assistiu-se à abertura do “Centro de Alegria no Trabalho – nº 336”⁶⁹, dedicado à promoção e diversificação de atividades “culturais, recreativas e desportivas dos trabalhadores e suas famílias”⁷⁰. Paralelamente, foi contratado um professor para ministrar aulas aos operários, investindo na sua instrução e qualificação.

64. Borges, M. in Câmara Municipal da Lagoa. (2022, 18 de novembro). *Gente simples, memórias de afeto. A voz operária da Fábrica do Alcool da Lagoa* [tertúlia sobre investigação da indústria do álcool nos Açores, com um painel de antigos trabalhadores da Fábrica do Alcool]. Cineteatro Lagoense Francisco d'Amaral Almeida.

65. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 468.

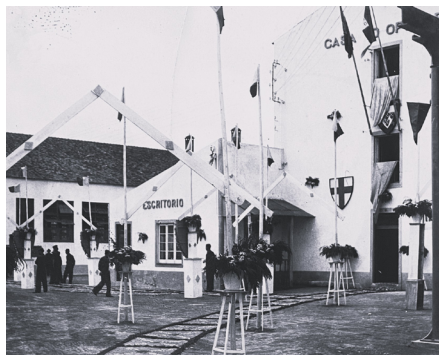
66. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa, 2025, p. 288.

67. *Jornal A Ilha*. (1948, 21 de fevereiro), nº 830.

68. Durante o regime do Estado-Novo, a pobreza entre os operários era uma realidade persistente, numa época em que não existia um estado social capaz de garantir o bem-estar da população. Durante décadas, a Fábrica do Alcool foi um pilar fundamental, representando uma luz de esperança numa realidade marcada pela pobreza. Por isso, os testemunhos de antigos trabalhadores narram um profundo sentimento de apreço por esta instituição, que simbolizou uma oportunidade de dignidade e sustentação em tempos difíceis.

69. Um Centro de Alegria no Trabalho (CAT) era uma estrutura de base da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada em 1935, com o objetivo de fornecer aos trabalhadores e às suas famílias acesso a infraestruturas para atividades culturais, desportivas e recreativas, promovendo o seu bem-estar físico e moral.

70. Câmara Municipal da Lagoa, 2022.



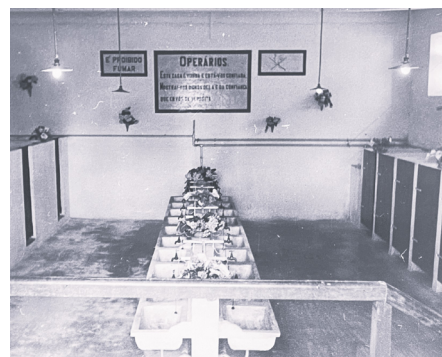
[76.]



[77.]



[78.]



[79.]

[76.] Inauguração da Casa do Operário. 1947.

[77.] Refeitório da Casa do Operário.

[78.] Cozinha da Casa do Operário.

[79.] Balneários da Casa do Operário.

[80.] Banda de música da unidade fabril. O conjunto musical era popularmente conhecido pelos lagoenses como a "Charanga da fábrica". 1963

[81.] Juniores do Clube Operário Desportivo. 1963.

"No caso do COD, quando sediado nas instalações fabris, 'os operários contribuíam mensalmente para as modalidades desportivas: 1 escudo para o COD e 50 centavos para as atividades do Centro de Alegria no Trabalho', recorda Acácio Pimentel, antigo operário e atleta do clube.", in Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 533.



[80.]



[81.]

Foi também neste ano que foi fundado o Clube Operário Desportivo (COD), que ainda hoje se mantém em atividade e cuja sede se localiza em frente à fábrica. Desta forma, esta indústria adquiriu um novo estatuto, introduzindo dinâmicas inéditas de sociabilidade, formação e bem-estar, representando um ponto de viragem na vida dos lagoenses e na economia açoriana, numa época de grande pobreza e carência de recursos.

“A refeição, por vezes a única do dia, era feita na fábrica.”⁷¹

“Eles [a fábrica] davam pão, queijo e café. Muitos levavam para casa, para os filhos.”⁷²

“Era pouco, mas em casa não se comia melhor.”⁷³

“Para mim, foi das melhores empresas que passou por aqui.”⁷⁴

“Havia muito o pensamento em emigrar: trabalhar na fábrica era melhor que emigrar!”⁷⁵

“Trabalhar na fábrica era ter um estatuto; as mulheres queriam casar com os trabalhadores.”⁷⁶

“Foi aqui que a Região conheceu a primeira forma de liberdade.”⁷⁷

“Esta fábrica não tem somente fábrica; tem memória cívica e social. [...] Foi aqui que as pessoas trabalhavam permanentemente. Não havia trabalhos permanentes.”⁷⁸

“Quem vinha trabalhar para aqui era uma dádiva. Para além disso, aqui se comia, aqui se estudava, aqui se tinha bolsas de estudo para os filhos dos trabalhadores e aqui havia uma campanha de pescadores.”⁷⁹

“Não há permanentemente condições de pesca e a fome estava sempre latente. Mas aqui na fábrica os pescadores tinham outros trabalhos adjacentes que permita ganhar um salário mensal, todo igual.”⁸⁰

71. Depoimento de Acácio Pimentel, antigo trabalhador da fábrica, in Câmara Municipal da Lagoa. (2022, 18 de novembro). *Gente simples, memórias de afeto. A voz operária da Fábrica do Álcool da Lagoa* [tertúlia sobre investigação da indústria do álcool nos Açores, com um painel de antigos trabalhadores da Fábrica do Álcool - testemunhos]. Cineteatro Lagoense Francisco d'Amaral Almeida.

72. Depoimento de Acácio Pimentel, antigo trabalhador da fábrica, in Câmara Municipal da Lagoa, 2022.

73. Depoimento de Acácio Pimentel, antigo trabalhador da fábrica, in Câmara Municipal da Lagoa, 2022.

74. Depoimento de Dinis Varão, antigo trabalhador da fábrica, in Câmara Municipal da Lagoa, 2022.

75. Depoimento de antigo trabalhador da fábrica, in Câmara Municipal da Lagoa, 2022.

76. Depoimento de Lauriano Reis, antigo trabalhador da fábrica, in Câmara Municipal da Lagoa, 2022.

77. Depoimento de Gilberto Branquinho, lagoense, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos. (2025, 22 de fevereiro). *Património Industrial em discussão nas antigas instalações da Fábrica do Álcool da Lagoa* [debate público acerca da reabilitação da antiga Fábrica do Álcool, promovido pela Ordem dos Arquitetos Secção Regional Açores]. Lagoa.

78. Depoimento de Gilberto Branquinho, lagoense, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, 2025.

79. Depoimento de Gilberto Branquinho, lagoense, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, 2025.

80. Depoimento de Gilberto Branquinho, lagoense, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, 2025.



[82.]

[82.] A Fábrica do Álcool. São perceptíveis o Edifício da Chaminé e a Casa do Operário.

Em 1969, a antiga empresa SINAGA⁸¹ adquiriu tanto a Fábrica do Álcool da Lagoa, como a do Açúcar de Santa Clara, integrando-as num modelo de produção articulado. A partir de então, a destilação passou a usar apenas melaço, subproduto do açúcar, estabelecendo-se uma ligação direta entre as duas fábricas. Esta articulação regulou a produção agrícola e permitiu valorizar excedentes que, de outro modo, teriam menor aproveitamento. Em 1970, a SINAGA inaugurou as novas instalações da fábrica, que incluíram a modernização da maquinaria das secções de destilação e retificação, com a aquisição de equipamentos capazes de cumprir as normas mais exigentes⁸².

“Pouco restou da velha unidade, principalmente nas secções de destilação e retificação, tendo sido adquiridos maquinismos de molde a satisfazer as normas mais exigentes.”⁸³

A última remodelação na fábrica ocorreu em 1995, num contexto de acentuado declínio produtivo, o qual culminou com o encerramento do complexo industrial, em 1996. Em 2006, o edifício foi danificado por um tornado, situação que acelerou o processo de degradação, agravado pela ausência de reparações.

Em fevereiro de 2010, o Governo Regional adquiriu 51% do capital da SINAGA, tornando-se o seu sócio maioritário. Pouco tempo depois, o Governo dos Açores determinou o desmantelamento de toda a maquinaria.

Durante a pandemia, em 2020, parte das instalações foi reativada para funcionar como polo de engarrafamento de álcool. Todavia, a 30 de novembro de 2021, a unidade encerrou definitivamente, encontrando-se, desde então, em avançado estado de degradação⁸⁴.

A evolução desta unidade industrial no tempo espelha as transformações do tecido económico e coletivo insular, consolidando-se como património industrial e cultural, cuja reabilitação representa um desafio e uma oportunidade para a afirmação da singularidade da Lagoa no contexto regional.

81. A SINAGA (Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas), fundada em 1968, desempenhou um papel central na transformação agroindustrial do arquipélago, integrando unidades de produção de açúcar, álcool e derivados, entre as quais a Fábrica do Álcool da Lagoa.

82. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores, p. 289.

83. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa, 2025, p. 289.

84. Borges, M. in Câmara Municipal da Lagoa. (2022, 18 de novembro). *Gente simples, memórias de afeto. A voz operária da Fábrica do Álcool da Lagoa*. Cineteatro Lagoense Francisco d'Amaral Almeida.



[83.]

[83.] Fábrica do Alcool, s/d.

2. O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL. Legado e preservação

“Património (patrimoine, heritage) é, como dizem os dicionários, ‘herança’; o que os pais deixam aos filhos [...], o que uma geração recebe da(s) precedente(s). Mas a herança é também ‘recurso.’”⁸⁵

85. Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento, p. 17.



[85.]



[84.]



[86.]



[87.]

A ruína e o abandono na Fábrica da Lagoa

[84.] Cobertura em ruínas. Edifício da chaminé.

[85.] O que resta da cobertura da Casa do Operário.

[86.] Interior balneários. Casa do Operário.

[87.] A degradação das asnas das tinas de fermentação. Interior do Edifício da chaminé.

2.1 Do abandono à valorização

O atual estado de degradação e abandono da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa evidencia a necessidade de uma requalificação capaz de reinscrever este lugar nas dinâmicas contemporâneas. Apesar da sua imagem austera, o complexo apresenta uma arquitetura singular marcada por uma composição volumétrica expressiva, caracterizada pela diversidade de formas, altimetrias e materiais. As potencialidades desta preexistência, aliadas ao valor patrimonial e histórico que o conjunto representa, legitimam a sua preservação em articulação com a introdução de um programa pertinente para o lugar.

Para o arquiteto, como refere Pedro Alarcão, “as ruínas representam [...], de forma exemplar e enigmática, a síntese artística mais fortuita e perfeita que pode resultar da colaboração entre o homem, o tempo e a história”⁸⁶.

Este olhar atento, que identifica oportunidade na ruína e no abandonado, tornou-se frequente na arquitetura contemporânea. No entanto, a salvaguarda do património nem sempre constitui um exercício consolidado. O debate em torno desta temática emergiu no final do século XVIII, no qual foram colocadas diversas abordagens de intervenção: “introduzir o novo no antigo; não tocar no antigo [...]; reconstruir o antigo conforme a arqueologia e a história; voltar a criar o antigo”⁸⁷. Nesta época, destacam-se duas correntes teóricas antagónicas: o intervencionismo e o anti intervencionismo radical, que refletiam divergências técnicas e conceptuais sobre o valor do património e da sua memória⁸⁸.

A primeira doutrina, defendida por Viollet Le-Duc (1814-1879), preconiza o restauro estilístico, baseado numa análise arquitetónica e histórica do edifício segundo um modelo ideal, visando recompor partes ausentes, aperfeiçoar sistemas estruturais e reconstituir o edifício de forma coerente com o seu estilo original, eliminando modificações posteriores. Segundo Françoise Choay:

*“Desde há quase um século que a contribuição de Viollet-leDuc é, geralmente, reduzida a uma célebre definição do seu Dicionário: ‘Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento.’”*⁸⁹

A segunda doutrina, sustentada por John Ruskin (1819-1900), assenta num entendimento do monumento histórico enquanto entidade quase sagrada, vinculada à herança do passado, cuja autenticidade reside nas evidências da passagem do tempo e na ausência de intervenções que o desvirtuem.

86. Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento p. 26.

87. Gallego Roca, J. (2003). *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*. Universidad de Granada, p. 113.

88. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 158.

89. Choay, 2010, p. 160.



[88.]

[88.] Fábrica da *Mitsubishi* dedicada à construção de tanques em desuso após o fim da Segunda Guerra Mundial, 1946.

[89.] “I’ve found the job where I fit best!”. Cartaz da II Guerra Mundial (1943), a incentivar a mão-de-obra feminina na indústria.



[89.]

Para Ruskin, os monumentos estão unicamente destinados à ruína e o seu valor não pode ser recriado ou restaurado, pois pertence tanto aos que o construíram, como às gerações futuras. Qualquer tentativa de restauro ou de “intervenção sobre estas ‘reliquias’ é considerada um ‘sacrilégio’”⁹⁰. Esta perspetiva posiciona a arquitetura como um instrumento essencial na preservação da memória e da História, ultrapassando a sua dimensão estritamente utilitária. Destarte, segundo o autor, o projeto de arquitetura deve estar ligado à ideia de que “quando construímos, devemos pensar que o fazemos para sempre”⁹¹ e não apenas para o “uso presente”⁹².

*“[...] let us think, as we lay stone on stone, that a time is to come when those stones will be held sacred because our hands have touched them.”*⁹³

*“[...] it is impossible, as impossible as to raise the dead, to restore anything that has ever been great or beautiful in architecture.”*⁹⁴

A partir destas duas posições, o debate em torno da intervenção no património edificado ganhou uma centralidade sem precedentes no panorama internacional. Esta premência conduziu à criação do Serviço Internacional de Museus, em 1926, e culminou na reunião mundial de Atenas, cinco anos mais tarde, para, conforme explica José Aguiar, “discutir o problema da conservação do património arquitectónico”⁹⁵. Este encontro, no qual estiveram representados 20 países, deu origem à “Carta de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos”, o primeiro documento internacional dedicado à preservação, à manutenção e à criação de critérios-base do restauro.

Não obstante este avanço nas políticas de conservação, a preservação do património industrial ganhou relevância somente após a II Guerra Mundial, época em que apareceram os “primeiros artigos referentes à salvaguarda do património industrial”⁹⁶, impulsionados pela perda de inúmeras estruturas industriais. Simultaneamente, tornou-se evidente o perigo e degradação deste património, como explica Inmaculada Aguilar, “perante o grande desenvolvimento da urbanização das cidades, da pressão imobiliária, da crise económica e da reconversão das próprias indústrias”⁹⁷. Assim, a mutação do paradigma industrial no pós-guerra, marcada tanto pela realocização produtiva, como pelo encerramento definitivo de unidades fabris, conduziu ao abandono e à perda de função de vastos complexos industriais.

90. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 159.

91. Ruskin, J. (1903). *The works of John Ruskin: Vol. 8. The seven lamps of architecture*. George Allen; Longmans, Green, and Co., p. 233.

92. Ruskin, 1903, p. 233.

93. Ruskin, 1903, p. 233.

94. Ruskin, 1903, p. 242.

95. Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património* (1ª ed.). Faup Publicações, p. 51.

96. Aguilar, I. (2001) in Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 160.

97. Aguilar, I., 2001, p. 160.

[90.]



[91.]



[92.]



[93.]



[94.]



[95.]



[96.]



[97.]



[98.]



[99.]



Registos de vivências na Fábrica do Alcool

[90.] Visita do Ministro das Comunicações aquando a inauguração da Casa do Operário. 1947.

[91.] Evento de distribuição de diplomas para os trabalhadores (júniors). 1964.

[92.] e [93.] Serão para trabalhadores . Outubro de 1962.

[94.] Visita do sub-secretário de Estado da Indústria. Outubro de 1967.

[95.] Serão para trabalhadores . Outubro de 1962.

[96.] Visita do Ministro da Economia. Outubro de 1965.

[97.] e [98.] Evento de distribuição de diplomas para os trabalhadores (júniors). 1964.

[99.] Visita do Ministro das Obras Públicas. S.d.

Estes acabaram por ser absorvidos pela expansão habitacional ou por novas valências urbanas em resposta às dinâmicas de crescimento e transformação das cidades⁹⁸.

Perante esta erosão patrimonial, a segunda metade do séc. XX assinala uma mudança na forma como o legado industrial abandonado é percecionado, revelando uma crescente consciência quanto à sua salvaguarda. Foi estabelecida, de acordo com José Amado Mendes, uma “nova ciência histórica, [...] um novo ramo do saber, chamado Arqueologia Industrial”⁹⁹, dedicado ao “estudo, levantamento e, por vezes, salvaguarda ou mesmo reutilização”¹⁰⁰ do património industrial. Resultado de um “conjunto de vontades, pensamentos, ideias que surgiram, sobretudo na Grã-Bretanha na década de 1950”¹⁰¹, esta disciplina visa estabelecer, num “corpus coerente”¹⁰², os diversos elementos que compõem este património, mediante um processo de catalogação, reconstituição e interpretação dos mesmos. Enquanto o património industrial constitui o objeto, a “realidade” física e tangível, a Arqueologia Industrial, segundo Amado Mendes “é a ciência, a disciplina ou o ramo do saber [...] é a visão que nós temos sobre essa realidade, da forma como a vamos estudar”¹⁰³, “é a arqueologia da sociedade que nasce com a industrialização, [...] é a arqueologia da Época Contemporânea”¹⁰⁴, uma “arqueologia de cota positiva”¹⁰⁵, na qual não é necessário efetuar escavações.

Para além de assegurar a preservação das “marcas mais características da indústria e das suas diferentes fases ao longo do tempo”¹⁰⁶, este campo visa compreender o impacto e a memória da indústria no território envolvente e no operariado associado, mediante uma análise “holística”¹⁰⁷ a todo o ecossistema industrial. Esta abordagem articula a investigação dos complexos fabris nas suas vertentes morfológicas e técnicas (tipologia produtiva, maquinaria, etc.), com o estudo da pegada sociocultural na comunidade local. A essência desta prática reside na proximidade com o objeto e o sujeito: para Amado Mendes, “tem que se ir à oficina, às fábricas e à tecnologia, falar com os operários, saber como eles viviam, como se alimentavam, [...] isso é que é Arqueologia Industrial”¹⁰⁸. Assim, aquando da recuperação de antigos complexos industriais, esta disciplina configura-se como um instrumento orientador indispensável para intervenções criteriosas, respeitadoras da identidade histórica do lugar e que permitem enaltecer as potencialidades culturais deste património¹⁰⁹.

98. Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. (2ª edição). Universidade de Coimbra. pp. 245 -246.

99. Amado Mendes, 2013, p. 121.

100. Amado Mendes, 2013, p.121.

101. Matos, A. C., & Sales, T. B. (2018). *Conversando sobre património industrial e outras histórias: Palavras, espaços e imagens*. Edições UVA. P. 44.

102. Amado Mendes, 2013, p.83.

103. Matos & Sales, 2018, pp. 32-33

104. Matos & Sales, 2018, pp. 32-33

105. Matos & Sales, 2018, pp. 32-33

106. Pereira, N. T. (1990) in Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. // *1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Coimbra, Guimarães, Lisboa: 1986*. (vol. II). Coimbra Editora, p. 198.

107. Segundo José Amado Mendes, a arqueologia industrial “ao estudar o respetivo património,” pode ser entendida “como uma ‘arqueologia holística’, não havendo sequer necessidade de definir especificamente um determinado período, para enquadramento da investigação.”, in Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. (2ª edição). Universidade de Coimbra, p. 174.

108. Matos & Sales, 2018, pp. 33.

109. Importa salientar a *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*, aprovada pelo *The International Committee for the Conservation of The Industrial Heritage* (TICCIH, 17 de julho de 2003), a qual constitui um documento de referência para a definição, valorização, proteção e conservação do património industrial. Entre outros aspetos, sublinha a importância do inventário, do estudo e da reutilização adaptativa destes vestígios, bem como o papel da arqueologia industrial enquanto método interdisciplinar de leitura dos sítios industriais. in TICCIH (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*.



[100.]

Reutilização adaptativa de espaços religiosos obsoletos em Portugal [100.] Palácio das Cortes (Lisboa, 1875). Instalado no antigo Mosteiro de São Bento da Saúde após a extinção das ordens religiosas, em 1834, o complexo foi reabilitado para servir funções laicas. Hoje conhecido como Palácio de São Bento e sede da Assembleia da República, exemplifica a transição funcional do património religioso para outros usos.



[101.]

[101.] Fábrica de Cortiça Robinson (Portalegre, 1944). Instalada no antigo Convento de São Francisco, a unidade fabril resultou da adaptação e ampliação das alas conventuais. Reconhecida como a mais antiga e uma das principais referências mundiais na transformação de cortiça, esta fábrica exemplifica a sobreposição da arquitetura industrial sobre o património religioso.

[102.] Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (Coimbra, final da década de 70). Edificada no final do séc. XIX sobre o antigo Convento de São Francisco, a unidade industrial aproveitou parte das estruturas remanescentes e a proximidade ao Rio Mondego. O complexo representa um marco da industrialização de Coimbra.



[102.]

A consolidação desta perspetiva fomentou, a partir da década de 60, uma consciência coletiva que se materializou na esfera institucional e urbana. Como resultado, as questões relacionadas com o património e com a arqueologia industrial passam a estar, em diversos países, na ordem do dia. Emergiram, não só, associações de defesa e conservação do património industrial¹¹⁰, mas também campos de investigação que publicaram diversos artigos acerca desta temática. Paralelamente, as operações de renovação urbana do pós-guerra, outrora pautadas pela demolição sistemática de áreas industriais, foram alvo de uma profunda revisão crítica no último quarto do século XX, dando lugar a uma nova sensibilidade que procura aproveitar adequadamente o património¹¹¹. Esta mudança de paradigma distancia-se do “*zoning* urbanístico propiciado pelo Movimento Moderno”¹¹², favorecendo, em alternativa, a diversidade e a complexidade do tecido urbano através do reaproveitamento criterioso do edificado existente.

*“Industrial heritage is, arguably, a unique cultural discourse; it brings challenges found nowhere else in the heritage sector and requires new answers, for there are few precedents. It is not for the faint-hearted.”*¹¹³

Em Portugal, a salvaguarda e reutilização de edifícios tidos como obsoletos constitui uma prática recorrente desde o século XIX, motivada pela necessidade de aproveitar o existente face à limitação de recursos. O processo de modernização da sociedade portuguesa, observado no final do século XIX, implicou a criação de novos espaços, instalados, em grande maioria, em conventos desafectados¹¹⁴. Estes espaços monásticos foram reconvertidos em instituições de carácter civil, militar e assistencial, transformando-se em “hospitais, quartéis, escolas, asilos, repartições públicas, até indústrias”¹¹⁵.

Esta estratégia configurou um cenário distinto face aos países europeus mais industrializados, nos quais as novas necessidades deram lugar a edifícios construídos de raiz. Em contrapartida, em Portugal, a reutilização do edificado existente resultou, por vezes, em intervenções pouco criteriosas, executadas “de qualquer maneira, sem respeito pelas pré-existências, ao sabor das conveniências”¹¹⁶. Segundo Nuno Teotónio Pereira, esta postura levou, na segunda metade do séc. XX, a uma prática do “bota-abaixo”¹¹⁷, aliada à maximização dos lucros da construção, à falta de cultura e conhecimento em relação ao património a intervir e, ainda, ao fascínio por uma construção nova.

110. De entre as organizações criadas, é de destacar a TICCIH. Fundada na década de 70, ganhou relevância mediante a realização de diversos congressos internacionais. Na contemporaneidade, constitui a única organização mundial dedicada ao património industrial. In Amado Mendes, 2013, p. 124.

111. “Las operaciones urbanas que desde mediados del siglo, a impulso de las ideas urbanísticas de los CIAM, plantearon las ‘renovaciones urbanas’ del Bulldozer para áreas industriales, han ido siendo revisadas en las últimas décadas con vistas a aprovechar adecuadamente el importante patrimonio construido.” in, Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). (2001). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 130.

112. Gutiérrez, R., 2001, p. 131.

113. Douet, J. (Ed.). (2012). *Industrial heritage re-tooled: The TICCIH guide to industrial heritage conservation*. Carnegie Publishing, p. 28.

114. “Em 1834, pelo Decreto de 30 de maio e no âmbito da reforma geral eclesiástica [...] e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, 158 hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as femininas sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo.”, in Oliveira e Silva, M. J., Lencart, J. (2024). *Os inventários de extinção dos conventos em 1834: uma tentativa de reconstituição de dois cartórios de instituições religiosas*. FLUP/ CITCEM, pp. 157 e 158.

115. Pereira, N. T. (1990) in Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. *1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Coimbra, Guimarães, Lisboa: 1986*. (vol. II). Coimbra Editora, p. 309.

116. Pereira, N. T., 1990, p. 309.

117. Pereira, N. T., 1990, p. 309.



[103.]



[104.]



[105.]

“Existe a arqueologia da arte, porque não há de existir a arqueologia da industria? É certo que a prehistoria recolhe ansiosamente todas as manifestações da civilização primitiva, [...] mas bom fôra que a serie progredisse e que se applicasse o mesmo carinho e o mesmo espirito scientifico a todas as evoluções da industria.” in Sousa Viterbo. (agosto e setembro de 1896). Archeologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos. O Archeologo Português, (vol. II, números 8 e 9). Imprensa Nacional, p. 3.

[103.] Fábrica do Açúcar, Ilha de S. Miguel. Refinação de açúcar.

[104.] Fábrica da Baleia de São Vicente Ferreira, Ilha de São Miguel. Processamento de óleo e farinha de baleia.

[105.] Fábrica da Chemina, Alenquer. Manufatura têxtil e fição de lã.

[106.] Fábrica Robinson, Portalegre. Preparação e transformação de cortiça

[107.] Fábrica Da Efanor, Senhora da Hora. Indústria de fição e tecelagem de algodão.



[106.]



[107.]

Contudo, de acordo com Teotónio Pereira, certos edifícios só poderiam ser efetivamente preservados através da reutilização, nomeadamente os “equipamentos obsoletos (escolas e hospitais, por exemplo) e as estruturas ligadas à produção ou aos serviços (fábricas, armazéns, etc.). É nestes casos que a questão da reutilização se coloca como imperativo para a sua preservação, já que, mesmo havendo recursos bastantes (e não os há), nada interessaria a manutenção em grande escala de estruturas mortas e vazias”¹¹⁸.

A salvaguarda do legado produtivo, em Portugal, emergiu da necessidade de preservar as práticas artesanais e manufactureiras tradicionais, substituídas pelo desenvolvimento industrial decorrido entre o final do século XIX e o início do século XX¹¹⁹. A desativação destas antigas unidades artesanais levou a uma progressiva dignificação das práticas tradicionais, até então consideradas, “em certa medida, tarefa de pouca dignidade”¹²⁰. Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910) destacou-se como um dos primeiros autores a reconhecer a relevância histórica do legado produtivo nacional. A propósito de um estudo dedicado aos antigos moinhos, descritos como “uma das indústrias que mais alta e geral importância tiveram entre nós e que tende a desaparecer completamente”¹²¹, o autor manifesta a sua profunda saudade face ao progressivo desaparecimento dos “vestígios da nossa antiga actividade, da nossa industria caseira”¹²². Perante o abandono destas unidades, Viterbo propôs que, “paralelamente à arqueologia tradicional/clássica, se comesse igualmente a praticar a arqueologia da indústria”¹²³. No entanto, este estudo não teve efeito prático: “não se criou uma disciplina, não se investigou”¹²⁴ e, tal como referido anteriormente, o termo “arqueologia industrial” só veio a ganhar expressão a partir da década de 50¹²⁵.

Atualmente, tanto a nível nacional como internacional, “o valor cultural e histórico destes edifícios está, em princípio, fora de qualquer dúvida. A sua conservação enquanto testemunho de um passado industrial, de um momento histórico determinado e sob um ponto de vista global [...] é um tema sobre o qual se tem plena consciência”¹²⁶. Perante as diversas abordagens ao património procura-se, para a Fábrica do Alcool, uma solução de equilíbrio que salvguarde a autenticidade do edificado e a sua memória produtiva, assegurando a sua continuidade através de uma adaptação funcional.

118. Pereira, N. T. (1990) in Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. *1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Coimbra, Guimarães, Lisboa: 1986*. (vol. II). Coimbra Editora, p. 308.

119. Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. (2ª edição). Universidade de Coimbra, p. 245.

120. Amado Mendes, 2013, p. 77.

121. Sousa Viterbo. (agosto e setembro de 1896). *Archeologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos. O Archeologo Português* (vol. II, números 8 e 9). Imprensa Nacional, p. 5.

122. Sousa Viterbo, 1896). p. 3.

123. Amado Mendes, 2013. p. 245.

124. Matos, A. C., & Sales, T. B. (2018). *Conversando sobre património industrial e outras histórias: Palavras, espaços e imagens*. Edições UVA, p. 34.

125. É de salientar, entre as várias iniciativas e instituições dedicadas ao património industrial em Portugal, a fundação da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), em 1986, sucessora da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL), criada em 1980. A APAI tem desempenhado um papel determinante na promoção, estudo e salvaguarda do património industrial através do “contributo dado por especialistas de diversas áreas (dada o carácter pluridisciplinar da temática), desde investigadores universitários a profissionais liberais, como engenheiros, arquitectos, historiadores, geógrafos, sociólogos e museólogos.” Destaca-se, ainda, a criação da disciplina de Arqueologia Industrial na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por iniciativa do Professor Doutor José Amado Mendes, no ano letivo de 1986-87. in Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. (2ª edição). Universidade de Coimbra, p. 124 e 252.

126. Aguilar, I. (2001) in Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 161.



[108.]

[108.] Postal da Lagoa das Sete Cidades, Vista do Rei. Meados do século XX.



[109.]

[109.] Porto dos Carneiros, freguesia do Rosário, Lagoa, Ilha de S. Miguel. Meados do século XX.

2.2 A memória como matéria projetual

Os lugares, para além da sua condição e espaço físico, integram relações com o passado que podem constituir uma base importante para o desenvolvimento do projeto. A revitalização de qualquer objeto pressupõe — ou, pelo menos, deveria pressupor — a identificação destas múltiplas camadas temporais inscritas no lugar e a sua respetiva interpretação à luz do contexto contemporâneo. Só assim se torna possível estabelecer uma articulação entre a preexistência e o futuro que se pretende projetar.

A memória, entendida como a “faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens”¹²⁷, torna-se tão relevante quanto os aspetos formais do lugar. John Ruskin enfatiza esta noção como um dos valores indispensáveis na arquitetura, entendendo-a como um instrumento que permite preservar e honrar a história. Ruskin afirma que “os edifícios do passado falam connosco, fazem-nos escutar vozes que nos envolvem num diálogo.”¹²⁸

A perceção e a importância atribuídas a um determinado lugar dificilmente são consensuais, uma vez que dependem da relação pessoal que cada indivíduo estabelece com esse lugar. Quando dissociado de qualquer contexto histórico, social ou afetivo, a leitura de um espaço limita-se à sua condição física imediata. Tal como adverte Aldo Rossi, existirá sempre “um tipo de experiência só possível a quem tenha percorrido aquele palácio, aquela rua, aquele bairro. O conceito que nós temos de um facto urbano será sempre um tanto diferente do tipo de conhecimento que tem quem vive aquele mesmo facto”¹²⁹. Neste sentido, o objeto da presente dissertação — a antiga Fábrica do Álcool — pode ser entendido como um conjunto de volumes degradados e obsoletos, percecionados como elementos dissonantes na cidade da Lagoa.

Esta análise contrasta com a experiência dos indivíduos que vivenciaram a antiga fábrica como parte integrante do quotidiano lagoense. Para estes, o complexo fabril transcende o plano estritamente físico e afirma-se como um repositório de significados e de memórias que, em articulação com os restantes elementos urbanos, consolidam um “fio condutor da inteira e complexa estrutura”¹³⁰, isto é, da própria cidade. Desta forma, o objeto adquire pleno sentido no conjunto urbano, deixando de constituir um mero aglomerado de ruínas. Estabelece-se, então, uma relação simbiótica: a memória vivifica a ruína, restituindo as estruturas “novamente em organismos vivos”¹³¹, enquanto estas, por sua vez, funcionam como suporte material da própria memória.

127. Definição da palavra memória, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

128. Ruskin, J., conforme citado em Choay, F (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 148.

129. Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos, p. 47.

130. Rossi, 2001, p. 192.

131. Gallego Roca, J. (2003). *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*. Universidad de Granada, p. 191.

John Ruskin evoca esta condição da arquitetura enquanto suporte do passado:

*"We may live without her, and worship without her, but we cannot remember without her."*¹³²

Esta interdependência entre memória e forma não se limita ao objeto isolado: estende-se à própria cidade em permanente mutação, cujas alterações devem apoiar-se na história. Esta dimensão histórica relaciona-se, por um lado, com a evolução cronológica (e factual) dos elementos urbanos, os quais, de acordo com Pedro Alarcão, "são examinados à luz do conhecimento presente, segundo um sistema de análise que decorre de outros métodos"¹³³. Por outro lado, inclui uma dimensão social (e mais subjetiva), que se refere ao modo como a cidade é utilizada e sentida e que "depende do testemunho de outros, que aqui funcionam como intérpretes dos acontecimentos passados."¹³⁴

Aldo Rossi estabelece, a este propósito, uma analogia relevante entre a vida humana e a cidade. Rossi defende que, tal como a "memória percorre a vida de uma pessoa"¹³⁵, a memória coletiva, construída a partir de vivências partilhadas, atua como o fio condutor que estrutura a cidade. Em ambos os casos, a identidade e a evolução resultam da acumulação de experiências, permitindo crescimento e adaptação contínuos, capazes de se conformar com a realidade, numa constante adaptação às novas exigências do mundo.

*"[...] a própria cidade é a memória colectiva dos povos; e, tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória colectiva."*¹³⁶

Contudo, a capacidade de o edificado operar como motor de identidade está intrinsecamente ligada à distância cronológica que nos separa da sua fundação. É nesta proximidade que o património industrial, por pertencer a um tempo ainda recente e facilmente reconhecido pela memória coletiva, suscita uma identificação mais imediata. Épocas mais longínquas tendem a ser apreendidas de forma mais abstrata ou idealizada, reduzidas a imagens representativas de tempos intocáveis e de difícil associação, distantes do atual.

*"Os restos industriais cumprem uma das características genéricas do património cultural: a sua realidade encontra-se viva, pulsa no sentir da nossa sociedade. É o património mais próximo de nós [...]."*¹³⁷

132. Ruskin, J. (1903). *The works of John Ruskin: Vol. 8. The seven lamps of architecture*. George Allen; Longmans, Green, and Co., p. 224.

133. Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento, pp. 18 e 19.

134. Alarcão, 2018, pp. 18 e 19.

135. Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos, pp. 193 e 194.

136. Rossi, 2001, p. 192.

137. Morales, F. C. (2001) in Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 204.

Conforme refere Amado Mendes, a vantagem de existir (ou de poder criar) uma maior relação “com um passado mais próximo, não só humano e geográfico como temporal”¹³⁸, permite ao património industrial conservar uma dimensão mais tangível. Tal é evidente no caso da fábrica da Lagoa, cuja relevância permanece viva na memória dos antigos operários, que ainda hoje recordam e testemunham a sua importância. A recuperação destes espaços torna-se, assim, uma exigência da cultura contemporânea, de forma a poder honrar as histórias de vida e de família e “preservar o seu carácter, a sua planimetria, conservar a sua memória, memória urbana, memória arquitetónica, memória tecnológica, memória produtiva, memória humana”¹³⁹.

A compreensão da “memória” nas suas várias vertentes deve servir de base para a intervenção e, conseqüentemente, informar o desenvolvimento do processo projetual. A estratégia de projeto adotada para a reabilitação a desenvolver pretendeu, tal como defende Françoise Choay, a “suspensão simbólica do curso da história”¹⁴⁰, detendo-se na contemplação do que a Fábrica do Álcool foi, ou seja, das suas múltiplas vidas desde a sua inauguração, dos impactos para a Lagoa e das memórias sociais ainda vivas. Após esta “suspensão”, pretendeu-se “retomar o fôlego na atualidade”¹⁴¹ e integrar estas memórias e experiências na construção contínua da identidade coletiva. Ao revisitar o passado, foi possível adquirir clareza e conhecimento para “prosseguir na criação de futuros conscientes”¹⁴² que respondam à atualidade. Neste sentido, o projeto aproxima-se também do pensamento de Álvaro Siza:

*“Imaginar significa recordar aquilo que a memória escreveu dentro de nós e pô-la em confronto com as exigências e as condições; [...] e por fim restituí-las na simplicidade oblíqua do projeto.”*¹⁴³

O que permanece connosco do passado não são apenas objetos, mas fragmentos de momentos e experiências, formas de viver que moldam a nossa identidade. A arquitetura, entre a memória e a necessidade, transforma as recordações e vivências de outrora em espaços que respondem às exigências do presente, articulando o Homem, o lugar e o tempo. Alguns vestígios deste passado sobrevivem, os “factos permanecem” e “são dotados de uma vitalidade contínua”¹⁴⁴; outras vezes extinguem-se. O que perdura manifesta-se na “permanência da forma, dos sinais físicos, do *locus*”¹⁴⁵, onde memória e espaço se entrelaçam, tecendo uma narrativa contínua que atravessa gerações.

138. Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. (2ª edição). Universidade de Coimbra. P. 15.

139. Inmaculada, A. (2001) in Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 203.

140. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 260.

141. Choay, 2010, p. 260.

142. Choay, 2010, p. 260.

143. Siza Vieira, Á., Gregotti, V., & Costa, S. da. (2000). *Imaginar a evidência*. Edições 70, p. 10.

144. Rossi, A. (2001). *A Arquitetura da Cidade*. Edições Cosmos, p. 76.

145. Rossi, 2001, p. 76.



[110.]



[111.]



[112.]



[113.]

SESC Pompeia, São Paulo

[110.] Rua interna de ligação entre os diferentes volumes da antiga fábrica.

[111.] e [112.] Novos volumes..

[113.] Aproximação. Transições entre os dois novos corpos.

2.3 Casos de referência

Mais do que preservar a memória fabril, a arquitetura deve reintegrar estes espaços no quotidiano urbano. A proposta deve transformar o vazio deixado pelo abandono industrial através de uma intervenção que respeite a estrutura original, adaptando-a às necessidades atuais da comunidade.

É nesta síntese de princípios que se fundamenta a intervenção na antiga Fábrica de Tambores de Pompeia. O projeto de Lina Bo Bardi, hoje conhecido como SESC Pompeia, tira partido da escala da infraestrutura fabril para criar um polo cultural de referência na América Latina. Inaugurado em 1982, o complexo distribui os seus 16 500 m² entre o edificado recuperado, dedicado às atividades culturais, e a nova construção, que acolhe o programa desportivo.

À semelhança do que sucede na fábrica da Lagoa, a volumetria preexistente do conjunto define percursos e estabelece uma hierarquia de espaços que organizam a experiência arquitetónica. Em ambos, o edificado configura uma atmosfera marcada por dinâmicas internas e por uma forte relação entre cheios e vazios.

A “rua interna” que organiza o SESC assume-se como o elemento conector entre as diferentes partes, garantindo uma leitura clara e intuitiva da distribuição programática. Esta organização resgata uma urbanidade frequentemente ausente no tecido de São Paulo, transformando o canal de circulação central num lugar de encontro e permanência.

Ao inserir estrategicamente no existente, como nota Olivia de Oliveira, “as peças [...] que darão sentido ao todo, o SESC forma um microcosmo, uma pequena cidade que deveria-se multiplicar na grande cidade”¹⁴⁶. Estas novas peças — dois volumes em betão — abdicam de qualquer mimetismo em relação à linguagem industrial, afirmando claramente a sua autonomia formal. Estabelece-se, assim, um diálogo baseado na justaposição e na tensão entre materialidades e volumetrias, permitindo que cada época preserve a sua integridade. A coesão do conjunto não deriva da uniformidade, mas da complementaridade entre o suporte da memória e o gesto contemporâneo.

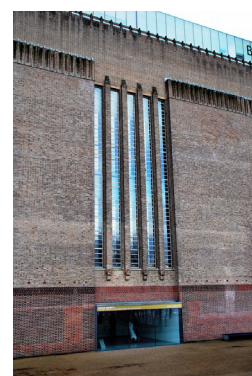
A antiga fábrica não é apenas recuperada enquanto testemunho material, mas também enquanto memória do lugar e do passado recente, assumindo-se como “uma homenagem à gente comum, aos esquecidos, aos perdedores, aos ‘feios’ contra um mundo que castiga o fracasso”¹⁴⁷.

146. Oliveira, O. de. (2006). *Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitectura*. Romano Guerra & Editorial Gustavo Gili, p. 234.

147. Oliveira, 2006, p. 203.



[114.]



[115.]



[116.]



[117.]

Tate Modern 1, Londres

[114.] Alçado norte.

[115.] Aproximação. Alçado norte.

[116.] Turbine Hall.

[117.] Turbine Hall, galerias suspensas

“A recuperação da fábrica não será apenas recuperação da memória do edifício, mas também da memória do lugar e do passado recente do país, memória coletiva e memória pessoal.”¹⁴⁸

Enquanto que a obra de Bo Bardi pode ser interpretada como uma afirmação social, na qual o novo assume um papel determinante na imagem do conjunto, a proposta de Herzog & de Meuron para o Tate Modern ¹⁴⁹, em Londres, opera num registo oposto. A reabilitação da antiga Bankside Power Station, projetada por Giles Gilbert Scott, procura enaltecer a monumentalidade e as características da estrutura industrial.

Embora o interior da antiga central tenha sido profundamente transformado para responder ao programa museológico, no exterior a intervenção manteve-se discreta. Tanto a preservação das fachadas em tijolo, como a reconfiguração de alguns elementos, procura estabelecer uma continuidade material e formal com a construção original, diluindo a percepção do novo no conjunto.

Ao contrário da expressividade dos volumes em betão do SESC, a estratégia adotada abdica de gestos formais exuberantes em favor de uma linguagem contida que preserva a força simbólica da preexistência. A nova arquitetura recusa o protagonismo para se subordinar ao edifício, integrando-se de forma subtil na memória do lugar. Neste sentido, o projeto constrói-se mais por adaptação do que por oposição. Tal como Jacques Herzog afirma:

“Our job is not to say clearly ‘this is our intervention’ but to create a museum for the twenty-first century [...] We treated the Scott building like part of our own structure.”¹⁵⁰

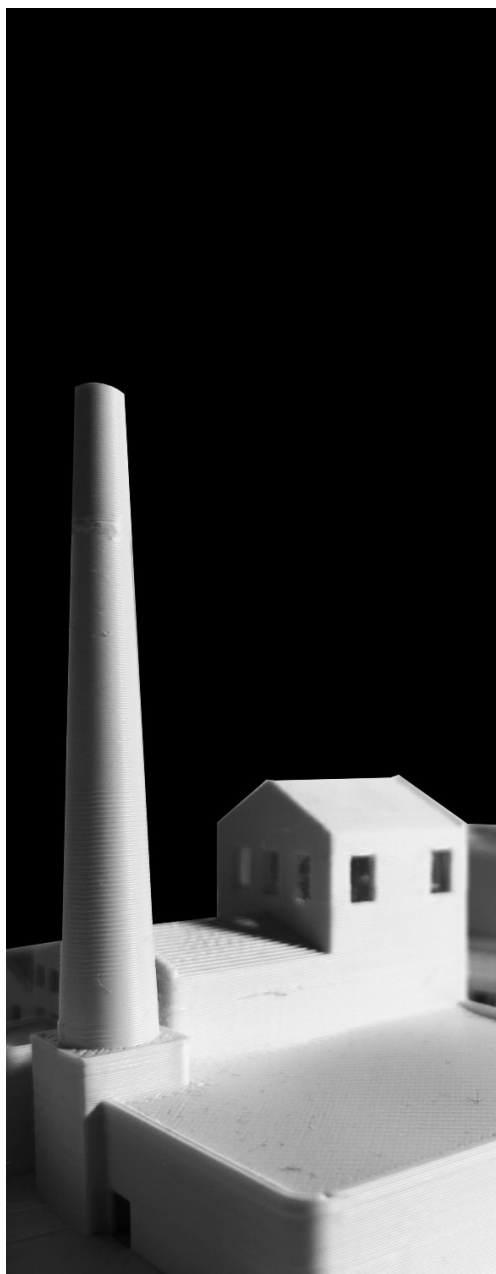
Ambos os casos confirmam as múltiplas potencialidades do património industrial demonstrando, contudo, que não existe uma “receita única” para a sua intervenção. A resposta arquitetónica é condicionada pelo programa e pelo contexto, mas é moldada pela postura do arquiteto e pela sua interpretação crítica da preexistência. A identidade de um edifício pode, assim, ser reafirmada quer por via da rutura, quer através da continuidade.

Esta dualidade entre contraste e permanência, observada nas obras de Lina Bo Bardi e de Herzog, transfere a discussão do campo da análise para o campo da ação: perante a ruína da Fábrica do Alcool, como podemos proceder?

148. Oliveira, O. de. (2006). *Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitetura*. Romano Guerra & Editorial Gustavo Gili, p. 202.

149. A análise foca-se na primeira fase de conversão da Central de Bankside por Herzog & de Meuron (1995-2000), anterior à ampliação concluída, pelos mesmos arquitetos, em 2016.

150. Moore, R., Ray, R., Hardwicke, A., & Stamp, G. (2000). *Building tate modern: Herzog & De Meuron transforming Giles Gilbert Scott*. Taste Gallery Publ., p. 45.



[118.]

[118.] Maquete, aproximação chaminé.

3. O PROJETO. Reconstrução de uma memória insular

“Sendo assim, projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.”¹⁵⁰

150. Távora, F. (2015). *Da Organização do Espaço* (9.ª edição). FAUP Publicações, p. 74.

[illegible]

72

3.1 Estratégias de intervenção

A intervenção na Fábrica do Álcool exige mais do que uma resposta programática; requer a conversão do debate teórico em princípios operativos claros. É através do rigor metodológico que o desenho medeia a tensão entre a herança material, cultural e identitária do edifício e as novas exigências funcionais, transformando a teoria numa estratégia de projeto concreta.

Antes de mais, intervir no património industrial pressupõe, tal como em qualquer contexto de reabilitação, uma leitura profunda do objeto, através de, tal como adverte Pedro Alarcão, “uma análise que avalie ‘como foi, como é, o que se pede e como há-de ser.’”¹⁵¹. Torna-se, assim, fundamental que este estudo, prévio ao desenvolvimento do projeto, esclareça “o valor e significado do objecto herdado”¹⁵². Destarte, a nova intervenção deve pautar-se por um conjunto de princípios e premissas que assegurem a sua coerência, evitando que a obra se converta num campo de experimentação para os arquitetos. É necessário “ter em conta os verdadeiros protagonistas do trabalho: o bem histórico e o arquiteto ‘anónimo’, pelo que a sua obra deve subordinar-se à existente.”¹⁵³

Mais do que um exercício abstrato, a proposta para a antiga fábrica convoca interrogações fundamentais, intrínsecas ao processo e ato de projetar:

Qual a natureza do objeto herdado? Como se articulam as lógicas espaciais e os sistemas produtivos do complexo industrial na futura intervenção? De que modo pode o novo programa reativar a ruína sem comprometer a sua integridade? Como materializar as intenções e o programa proposto? Que papel deve assumir o existente na intervenção? Como garantir uma resposta coerente face à complexidade do contexto? Onde se traça o limite entre o respeito pela preexistência e a sua transformação contemporânea, evitando a alienação da identidade original?

151. Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento, p. 50.

152. Barata, F. prefácio, in Alarcão, 2018, p. 7.

153. Viñuales, G. M. (2001) in Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 106.



[120.]



[122.]



[121.]

“Edifício-máquina”. O caso das fábricas organizadas segundo o sistema tradicional de forno *Hoffmann*.

[120.] Fábrica *Hoffmann*, Benhar, Nova Zelândia, construído em 1894.

Renovação da Olaria *Hoffmann*, China. HCCH Studio, 2022.

[121.] e [122.] Estado prévio à intervenção: fábrica em situação de abandono. Observa-se a estrutura do forno de câmara contínua em anel, cujos compartimentos sucessivos ditam a morfologia do edifício-máquina.

[123.] Exterior da fábrica reabilitada.

[124.] e [125.] Interior da fábrica reabilitada. O novo programa alberga espaços culturais, expositivos e de restauração que permitem experienciar o património industrial.



[123.]

[124.]



[125.]

A identificação das diversas lógicas espaciais e funcionais dos edifícios fabris revela-se determinante, uma vez que estas condicionam diretamente as possibilidades e estratégias de intervenção. Neste sentido, considera-se o referencial apresentado pelo Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, o qual analisa o património industrial através do grau de interdependência entre o espaço construído e a maquinaria, distinguindo quatro possíveis tipologias.

O “espaço mínimo”, em primeiro lugar, está associado às pequenas indústrias onde a máquina é a protagonista e assume o papel central na definição identitária. O espaço, por si só, não identifica nem o setor industrial, nem o processo de produção¹⁵⁴. Esta subordinação limita a expressividade autónoma do edifício e agrava os desafios à sua preservação, pois a continuidade patrimonial depende da conservação da maquinaria.

Numa lógica distinta, o “espaço neutro” caracteriza-se por volumes de grande dimensão e com interiores amplos e flexíveis¹⁵⁵, cuja “finalidade industrial não exerce muita influência sobre o edifício em si, pois estes são concebidos como espaços diáfanos”¹⁵⁶.

Contudo, esta independência entre a forma e a função é mitigada no caso do “espaço dimensionado”, cuja estrutura se modifica sob a influência da evolução tecnológica e da atividade produtiva.¹⁵⁷

Esta relação de proximidade entre edificado e produção torna-se total no caso do “edifício-máquina”, no qual a própria fábrica é indissociável da máquina¹⁵⁸. Neste caso concreto, existe uma interdependência estrutural absoluta entre o espaço e o processo produtivo.

À luz desta classificação, é possível sustentar que a Fábrica do Álcool apresenta uma tipologia híbrida de “edifício-máquina/ espaço neutro”, caracterizada pela coexistência de elementos estruturalmente inerentes à produção, como as tinas de fermentação e os tanques de armazenamento, com extensas áreas de produção auxiliar, atualmente desprovidas de maquinaria e de equipamentos. Enquanto que os elementos do domínio “edifício-máquina” constituem uma componente chave da identidade patrimonial, essenciais à preservação da antiga produção de álcool e da espacialidade original, os “espaços neutros”, pela sua amplitude, revelam maior aptidão para a reconversão funcional adaptada às dinâmicas atuais.

154. “En primer lugar, me refiero a aquellos pequeños espacios industriales, aquellos talleres, locales comerciales bajos, que con un espacio mínimo crean una industria donde la maquinaria es en sí misma la que da identidad.” Aguilar, I., 2001 in Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 164.

155. “[...] tipología de gran frecuencia en los sectores industriales como los mecánicos, textiles, metalúrgicos.” in Aguilar, I., 2001, p. 164.

156. Aguilar, I., 2001, p. 164.

157. “[...] aquella tipología industrial que cambia su estructura bajo la influencia de la evolución tecnológica y del proceso productivo, como por ejemplo la historia de la molinería” in Aguilar, I., 2001, p. 164.

158. “[...] la propia fábrica es indisoluble de la máquina; los hornos Hoffmann, o los altos hornos pueden ser algunos de los ejemplos típicos.” in Aguilar, I., 2001, p. 164.



[126.]



[127.]

Museus de Arqueologia Industrial: o caso da Indústria Baleeira nos Açores. Preservação e Memória através da conservação *in situ*.

[126.] Museu da Indústria Baleeira, São Roque do Pico, Ilha do Pico. Instalado na antiga Fábrica das Armações Baleeiras Reunidas, este foi o primeiro museu industrial público dos Açores. O complexo, que laborou entre 1946 e 1984, foi a maior e mais importante unidade de processamento de cachalotes do arquipélago.

[127.] Sala das autoclaves, São Roque do Pico. Das seis visíveis na fábrica, quatro destinavam-se à fundição de óleo e duas à cozedura para produção de farinhas.

[128.] Cais de São Roque, Ilha do Pico. 1958. Trabalhadores da Fábrica das Armações Baleeiras Reunidas, desmanchando uma baleia.



[128.]



[129.]

[129.] Fábrica da Baleia do Boqueirão, Santa Cruz, Ilha das Flores. A unidade, construída entre 1941 e 1944, manteve-se em laboração até 1984.

[130.] Museu da Fábrica da Baleia do Porto Pim, Ilha do Faial. Inaugurada em 1941, esta unidade operou até 1974, encerrando as portas ao acompanhar o declínio global da indústria baleeira.



[130.]

[131.] Interior do Museu do Porto Pim. A maquinaria exposta revela as etapas do processamento integral do cachalote e a obtenção dos seus subprodutos comerciais (óleo de toucinho e aproveitamentos de farinhas de carne, ossos e sangue).



[131.]

As diferentes tipologias apresentadas revelam o potencial adaptativo dos edifícios industriais e guiam estratégias de reabilitação diferenciadas. Em muitos casos, uma das características mais notáveis do património industrial reside na plasticidade das suas estruturas, a qual permite acomodar múltiplas funções e criar cenários espaciais versáteis e inovadores. Esta flexibilidade abre caminho a diferentes abordagens de recuperação: desde a manutenção da atividade produtiva, com possíveis adaptações que conciliam produção e função museológica; à completa musealização, através da conservação no próprio local (*in situ*) ou da conservação noutro espaço¹⁵⁹; e, por fim, à reconversão para usos totalmente distintos do original. Esta mudança de paradigma funcional introduz uma complexidade acrescida, pois, como adverte Choay, ao “reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas [...] a reutilização é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial. [...] o monumento é assim subtraído aos riscos da desafecção para ser exposto à usura e às usurpações da utilização. Atribuir-lhe um novo destino é uma operação difícil e complexa”¹⁶⁰.

O património deixa, assim, de constituir um “peso morto” e afirma-se como uma “réstia de esperança para as respetivas comunidades”¹⁶¹ poderem usufruir de uma nova estrutura reativada. Contudo, propostas programáticas que se restringem a funções culturais ou museológicas podem, consoante o contexto em que se inserem, revelar alguns riscos e até incongruências face à estratégia de recuperação que visa “armazenar, transportar, transformar e finalmente usar partes da cidade e de edifícios abandonados, mortos ou agonizantes”¹⁶².

A definição programática deve resultar de uma leitura atenta do lugar, de forma a evitar intervenções que, por muito interesse arquitetónico que possam apresentar, permaneçam pouco vividas e dependentes de fluxos esporádicos de visitantes, sem incorporação no quotidiano. Torna-se, por conseguinte, essencial adotar programas que contemplem um leque amplo de actividades que permitam a sua plena absorção pelo mercado e, simultaneamente, que se revelem capazes de assegurar condições de viabilidade económica. Caso contrário, corre-se o risco de substituir um “peso morto” — a ruína — por um “espaço morto” — uma nova forma de vazio, uma arquitetura formalmente recuperada, mas destituída de vitalidade social. É imperativo criar espaços que gerem uma “permanente dinâmica de uso, preferentemente por parte de usos colectivos”¹⁶³.

159. Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). (2001). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria, p. 163.

160. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 233 e 234.

161. Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património*. Museus e Educação. (2ª edição). Universidade de Coimbra, p. 17.

162. Cannatà, M. & Fernandes, F. (1999). *Construir no Tempo = Building upon time: Souto Moura, Rafael Moneo, Giorgio Grassi* (1ª ed.). Estar, p.7.

163. Cannatà, 1999, p.7.



[132.]



[133.]



[134.]

[136.]

Relação entre o novo e o antigo

“II — identificar com clareza a nova intervenção, dermacando-a visivelmente da pré-existência.” *in* Pereira, N. T., 1990, p. 310.

[132.] Contemporary Art Gallery PLATO. KWK Promes. Ostrava, República Checa, 2022.

[133.] Centro de Artes do Carnaval. José Neves. Torres Vedras, 2020.

[134.] Vidago Palace. Álvaro Siza. Chaves, 2010.

[135.] e [136.] MIEC + MMAP. Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura. Santo Tirso, 2012.



[135.]



Nuno Teotónio Pereira afirma que este caminho na reabilitação patrimonial — a reconversão adaptativa — permite “suster os mecanismos [...] baseados na demolição-reconstrução, oferecendo alternativas rendíveis de aproveitamento e recuperação de edifícios pré-existent”¹⁶⁴.

Aldo Rossi apresenta um ponto de vista análogo, ao defender que a preservação do património urbano que persiste no presente — aquilo a que chama de “permanências”, “um passado que ainda experimentamos”¹⁶⁵ — só adquire sentido quando relevante no contexto atual. Rossi distingue a permanência histórica, fixa e vivenciada, da permanência como elemento patológico, “isolado e aberrante”¹⁶⁶, desligada da realidade e destituída de vitalidade. Destarte, as operações de reabilitação não se devem cingir a um mero gesto formal ou simbólico, mas sim promover uma arquitetura em coerência com a própria época¹⁶⁷.

Após a formulação programática e o entendimento do seu potencial, é essencial considerar, como sublinha Souto de Moura, a “definição volumétrica do projecto, a disposição recíproca das suas partes, as suas tarefas específicas, hierarquias, simetrias, repetições, etc., e a relação do desenho com o que lhe está, fisicamente ou não, próximo, o seu papel, [...] somando-se ao contexto, introduzindo novas relações”¹⁶⁸. Para que a reconversão funcional se concretize com sucesso é imperativo obedecer, de acordo com Nuno Teotónio Pereira, a duas condições essenciais. Importa, por um lado, reformular o espaço interno, de acordo com as novas necessidades tentando, ao mesmo tempo, preservar “alguns valores mais significativos desse mesmo espaço”¹⁶⁹ e, por outro, proceder à reconfiguração da própria imagem do edifício sem que a original seja destruída. A materialização destes princípios, aparentemente contraditórios, dado que exigem transformação e preservação em simultâneo, deverá, segundo Teotónio Pereira, ser orientada por três regras fundamentais:

I — não destruir elementos significativos do edifício pré-existente e, se possível, pôr em destaque os respectivos valores;

II — identificar com clareza a nova intervenção, demarcando-a visivelmente da pré-existência;

*III — assumir criadoramente essa intervenção, dotando-a de força expressiva própria e actual, ao invés de a tornar despercebida.”*¹⁷⁰

164. Pereira, N. T. (1990) in Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. *1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Coimbra, Guimarães, Lisboa: 1986.* (vol. II). Coimbra Editora, p. 310.

165. Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade.* Edições Cosmos, p. 75.

166. Rossi, 2001, p. 75.

167. Rossi ilustra esta vitalidade através do *Palazzo della Ragione*, em Pádua: “Falei do Palácio da Razão de Pádua e dele revelei o carácter permanente; aqui, a permanência não significa apenas que neste monumento ainda se experimenta a forma do passado, que a forma física do passado assumiu funções diferentes e continuou a funcionar, condicionando aquele contorno urbano e deste constituindo ainda hoje um foco importante. Em parte, este edifício ainda é usado e [...] admite-se tranquilamente que no rés-do-chão funcione quase como um mercado de venda a retalho. E isto prova a sua vitalidade.” in Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade.* Edições Cosmos, p. 77.

168. Cannatà, M. & Fernandes, F. (1999). *Construir no Tempo = Building upon time: Souto Moura, Rafael Moneo, Giorgio Grassi* (1ª ed). Estar. p.19.

169. Pereira, N. T., 1990, p. 310.

170. Pereira, N. T., 1990, p. 310.

No século XIX, Camillo Boito já defendia esta última premissa, ao sublinhar a necessidade de conferir à intervenção um carácter “relativo, acidental e corretivo”¹⁷¹, distinguindo-a claramente dos elementos originais do edifício. Para o autor, a nova adição deveria ser reconhecível “à vista desarmada”, através de uma encenação criteriosa que recorresse a “artifícios múltiplos: diferentes materiais, de diferente cor dos do monumento original”¹⁷². Esta posição assenta no conceito de que “modernizar não é então dar aspecto de novo, mas colocar no corpo das velhas construções um implante regenerador”¹⁷³.

Este princípio de diferenciação veio a ser consolidado, em 1964, pela Carta de Veneza, ao estabelecer que a “nova intervenção deve manter-se higiénica e claramente diferenciada da antiga e, ajudando-a a esclarecer-se, deve afirmar-se e dar-lhe visibilidade”¹⁷⁴. Contudo, como observa Alexandre Alves Costa, a aplicação rigorosa deste princípio conduziu, em diversos casos, a uma reafirmação excessiva do presente, em que a “afirmação da contemporaneidade” se sobrepõe à interpretação crítica das preexistências, tomadas como lugares estabilizados e intocáveis¹⁷⁵. Deste modo, a materialização das ideias e conceitos projetuais devem partir do princípio de que a contemporaneidade não se impõe sobre o passado, mas emerge do mesmo. Tal como adverte Fernando Távora: “Há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado, mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua atualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas”¹⁷⁶.

De forma a operacionalizar estes princípios, é fundamental considerar os critérios adotados na classificação dos diferentes elementos que compõe o objeto preexistente, de modo a “avaliar o seu valor e a pertinência da sua conservação”¹⁷⁷. Sem este escrutínio, corre-se o risco de uma valorização acrítica de todo e qualquer tipo de património. Choay descreve esta “preocupação em conservar o património arquitectónico e industrial do século XX [...], muitas vezes ameaçado de demolição por causa do seu mau estado”¹⁷⁸, designando-a de “complexo de Noé”. Esta pulsão manifesta-se precisamente no âmbito das ações de valorização patrimonial, onde se concentram as maiores polémicas sobre as intervenções. Oscila entre os extremos da “inércia que a prudência exagerada provoca”¹⁷⁹, ou seja, de querer proteger tudo o que é antigo; e a reconstrução total, que anula a materialidade autêntica do preexistente em

171. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 168.

172. Choay, 2010, p. 168.

173. Choay, 2010, p. 232.

174. A Carta de Veneza (1964), conforme citado em: Gallego Roca, J. (2003). *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*. Universidad de Granada, p. 114.

175. “El hecho de que la Carta de Venecia determine que la nueva intervención deberá mantenerse claramente diferenciada de la antigua, ha llevado a muchos trabajos de reutilización de edificios, en su afán por la reafirmación de nuestra época, tantas veces retórica, a neutralizar la preexistencia, tomada como telón de fondo, de lugares estabilizados e intocables. Esta posición que respeta, a su pesar, el pasado que no le interesa interpretar, impone su impronta, estabilizando para siempre la vida del edificio o del conjunto.” Alves Costa, A., 2003, in Gallego Roca, J. *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*. Universidad de Granada, pp. 114 e 115.

176. Távora, F. (2015) *Da Organização do Espaço* (9.ª edição). FAUP Publicações, p. 58.

177. Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento, p. 18.

178. Choay, 2010, p. 225.

179. Alarcão, 2018, p. 37.

nome de uma modernização ilusória. Quando não se encontra um equilíbrio crítico entre estes polos, o património edificado arrisca tornar-se um obstáculo para o progresso.

Esta tensão entre preservação e progresso estende-se, inevitavelmente, à dimensão programática, onde surge uma nova dualidade paradoxal. Embora a reabilitação possua um elevado potencial para preservar a identidade e a história do lugar, algumas práticas patrimoniais, segundo Choay, “estão ameaçadas de autodestruição pela própria protecção e sucesso de que disfrutam [...] para que turistas e multinacionais se sintam identicamente em casa”¹⁸⁰. As novas intervenções devem considerar, não só, a sua capacidade de acolhimento, como também, a possibilidade de se converterem no eixo da economia local e, conseqüentemente, negligenciar os restantes setores produtivos e económicos. Nos centros históricos, fenómenos como o turismo massificado e a especulação imobiliária têm conduzido, em muitos casos, à perda de autenticidade, à descaracterização dos lugares¹⁸¹ e à exclusão das populações locais ou não privilegiadas e, com elas, as suas actividades tradicionais e quotidianas. Apesar da preservação do edificado, ocorreu um desenraizamento das comunidades locais, precisamente aquelas que conferiam significado e propósito à conservação do património.

No entanto, o património industrial, frequentemente situado em áreas periféricas ou degradadas, apresenta uma oportunidade distinta, por escapar, geralmente, à empresa da indústria cultural¹⁸². A sua escala e implantação permitem equacionar modelos de reabilitação mais equilibrados que, em vez de reproduzirem lógicas de mercantilização, se afirmem como instrumentos de regeneração urbana inclusiva, profundamente enraizados no território e na sua identidade.

Quando sustentada por uma leitura crítica e por uma estratégia coerente, a reabilitação do património industrial afirma-se como um instrumento eficaz de recuperação, capaz de reativar, tal como afirma Choay, as “grandes conchas vazias que a maré industrial abandonou na periferia das cidades e mesmo nos seus centros”¹⁸³, devolvendo-lhes significado, uso e integração no tecido contemporâneo.

180. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 242.

181. “A indústria patrimonial aperfeiçoou os procedimentos de embalagem que permitem entregar, também eles, os centros e bairros antigos, prestes ao consumo cultural. [...] Um arsenal de dispositivos testados permite atrair os amadores, retê-los, organizar a economia do seu tempo, desviá-los para a familiaridade e o conforto: sistemas gráficos de sinalização e de orientação; estereótipos do pitoresco urbano. Passeios públicos, praças, ruas, passagens de peões, pavimentos ou lajes à antiga, equipados com mobiliários industriais padronizados (candelabros, bancos, caixotes de lixo, telefones públicos) em estilo retro ou não, são animados, de acordo com o espaço disponível, com esculturas contemporâneas, fontes, vasos de flores rústicos e arbustos internacionais. Estereótipos do lazer urbano: cafés ao ar livre com mobiliários adequados, tendas de artesanato, galerias de arte, lojas de bugigangas e ainda, sempre, por todo o lado, sob todas as suas formas, regional, exótica, industrial, o restaurante.” in Choay, 2010, pp. 239 e 240.

182. “Património industrial: a expansão do campo cronológico da nossa herança histórica levanta um problema inédito, o do património industrial, que, para além disso e apesar do seu nome, escapa geralmente à empresa da indústria cultural.” in Choay, 2010, p. 234.

183. Choay, 2010, p. 225.



[137.]



[138.]

[139.]



[137.] Chaminé. Vista a partir da Rua da Fábrica.

[138.] Chaminé e Casa do Operário. Vista a partir da Rua da Fábrica.

[139.] Edifício da chaminé. Vista a partir do portão.

3.2 A concretização da ideia

Intervir num objeto como a Fábrica do Álcool pressupõe uma dualidade constante. Se num primeiro momento a vastidão e a ruína do edifício geram hesitação, esse mesmo cenário de abandono acaba por impulsionar a reabilitação, transmutando a incerteza em entusiasmo e motivação.

Apesar da envolvente da fábrica se caracterizar por um tecido urbano de carácter familiar, o meu contacto com o edifício, antes do desenvolvimento da presente dissertação, era pautado pelo desconhecimento da sua relevância para a região. Até então, o complexo fabril, designado por muitos como “fábrica abandonada da SINAGA”, reduzia-se à imagem de uma estrutura obsoleta. O edifício impunha-se não pela sua história, mas pela escala monumental dos seus volumes, principalmente o da chaminé, marco na silhueta urbana da Lagoa e visível, inclusive, a partir da marginal de Ponta Delgada.

Aquando da minha primeira visita ao lugar, o tema da dissertação estava, ainda, em definição, embora a fábrica já se começasse a constituir como uma forte hipótese de trabalho. Perante a impossibilidade de aceder ao interior do lote industrial, a análise inicial centrou-se na envolvente, uma zona residencial pacata, caracterizada pelo convívio dos moradores nas portas das casas e pelo tráfego reduzido. A unidade fabril revelou-se como uma presença silenciosa, mas carregada de potencial. A esta leitura, somou-se a relação de proximidade com o mar, tornando evidente a oportunidade de projetar espaços que integrassem a paisagem marítima. As perspetivas fragmentadas da fábrica, que foram surgindo, nesta primeira visita, entre pequenas fendas nos muros e aberturas do portão, anteciparam a sua complexidade e riqueza espacial.

Numa segunda visita, já com possibilidade de aceder ao interior da propriedade e com o tema estabilizado, a escala e a complexidade da preexistência industrial revelaram-se avassaladoras. Rapidamente foram identificadas características únicas e momentos estruturadores do lugar, desde a diversidade material, em particular do edifício em basalto, impercetível a partir da rua, às variações nas alturas interiores, aos alçados, ou à forma como a luz penetra o interior.

“I enter a building, see a room and — within a fraction of a second — have a feeling about it. We perceive atmosphere through our emotional sensibility — a form of perception that works incredibly quickly.”¹⁸⁴

184. Zumthor, P. (2006). *Atmospheres*. Birkhäuser Basel, Boston, Berlin, p. 13.



[140.]

[140.] Barreira visual: a vista para o mar interrompida pelos muros do lote e pela casa do guarda fiscal.

Ao percorrer o complexo, tornou-se evidente como a sua implantação, definida por uma volumetria irregular e por alinhamentos variados, cria um ritmo entre a massa edificada e o exterior. Este jogo de cheios e vazios estrutura uma hierarquia clara: por um lado, espaços amplos, de configuração central, com carácter de permanência e pátio; por outro, espaços longitudinais, associados à circulação, passagem e transição.

*“So what moved me? Everything. The things themselves, the people, the air, noises, sounds, colours, material presences, textures, forms too — forms I can appreciate.”*¹⁸⁵

Estas visitas preliminares foram fundamentais, pois permitiram identificar imediatamente os elementos estruturais e espaciais a salvaguardar, confirmando intuitivamente as escolhas mais evidentes. A partir desta leitura direta e da síntese entre o levantamento do edificado e as necessidades do contexto, delineou-se um programa que tira partido da amplitude volumétrica e integra diferentes valências.

*“At the moment of its creation, architecture is bound to the present in a very special way. It reflects the spirit of its inventor and gives its own answers to the questions of our time through its functional form and appearance, its relationship with other works of architecture, and with the place where it stands.”*¹⁸⁶

Com o estudo do enquadramento histórico, a questão da memória tornou-se num princípio orientador, levando à consideração no programa de uma ala museológica destinada a perpetuar o legado social e produtivo. Todavia, tal como referido anteriormente, uma abordagem exclusivamente museológica poderia comprometer a viabilidade do projeto. Sem diversidade funcional, a fábrica arriscar-se-ia à inércia e a uma nova forma de abandono.

Assim, a proposta programática assenta num modelo híbrido que cruza as esferas pública e privada com o intuito de procurar assegurar a sustentabilidade económica aliada à efetiva reativação do lugar. Desta forma, o projeto articula as valências de Centro Cultural, Mercado Municipal e ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), integrando cultura, lazer e quotidiano no mesmo lugar¹⁸⁷. Apesar da memória constituir o alicerce da intervenção, é esta multiplicidade de usos que permitirá um funcionamento sustentável.

185. Zumthor, P. (2006). *Atmospheres*. Birkhäuser Basel, Boston, Berlin, p. 17.

186. Zumthor, P. (2006). *Thinking Architecture*. Birkhäuser Basel, Boston, Berlin, p. 22.

187. O programa e a maioria do projeto apresentados na presente dissertação foram desenvolvidos anteriormente à publicação, pela Ordem dos Arquitectos (Secção Regional dos Açores), do “Relatório da Proposta Orientadora para a Intervenção e Requalificação da Fábrica do Álcool”, publicado em janeiro de 2026. O programa foi concebido, por um lado, com base no meu conhecimento, enquanto residente de São Miguel, acerca das necessidades e carências tanto da Lagoa, como da ilha e, por outro lado, a partir dos estudos apresentados neste capítulo, dos debates e tertúlias sobre a fábrica e das conversas informais com a comunidade local. Apesar disso, a proposta apresentada revelou-se semelhante à da Ordem, a qual prevê, de forma sucinta, um mercado, oficinas criativas, espaços de *coworking*, espaços de restauração, comércio e serviços, um pavilhão multiusos para exposições, conferências, eventos e desporto, um empreendimento turístico e espaços verdes e de lazer. Documento disponível em: https://ordemdosarquitectos.org/backend/uploads/Relatorio_da_Proposta_Orientadora_para_a_Intervencao_e_Requalificacao_da_Fabrica_do_Alcool_cab7e7c0d8.pdf

“Eu gostaria que isto fosse tudo um museu, para relembrar a memória da fábrica e dos seus trabalhadores. Mas não faria sentido todo um investimento para fazer disto um sítio que ninguém usaria. É preciso ir mais além.”¹⁸⁸

“O investir meramente num espaço museológico, [...] é apenas adiar uma situação de degradação de património. [...] se ele não tiver vida própria vamos reabilitá-lo para ele necessitar de reabilitação daqui a 30 anos, daqui a 40 anos.”¹⁸⁹

“Esta referência [a fábrica] como memória não se pode perder. Agora, como é óbvio, eu percebo que não é fácil somente sustentabilizar memórias.”¹⁹⁰

“Não podemos [...] continuar a ter investimentos como o Arquipélago [Centro de Artes Contemporâneas] – que é fantástico – [...] é magnífico olhar para o edifício recuperado e da forma como foi feito. No entanto, [...] poderia, na altura da sua concepção, não sei, ter-se considerado rentabilizar. [...] A partir dos outros exemplos podemos fazer uma caminhada para o futuro. [...] Não podemos concentrar só em tentar manter o passado, porque este, só por si, não é capaz de levar ao futuro desta estrutura.”¹⁹¹

188. Conversa informal com Marcelo Borges, lagoense.

189. Depoimento de Carlos Furtado, lagoense, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos. (2025, 22 de fevereiro). *Património Industrial em discussão nas antigas instalações da Fábrica do Álcool da Lagoa*.

190. Depoimento de Gilberto Branquinho, lagoense, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, 2025.

191. Depoimento de Serafina Silva, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, 2025.

“Só há três maneiras, três eixos de nós resolvermos isto. Ou este equipamento [...] é totalmente gerido com uma gestão pública [...]; ou é totalmente gerido por uma entidade privada, e isto significa que será aliendado, adquirido e será explorado por uma empresa privada, naturalmente — e permitam-me a expressão, vou ser provocadora — com um “capitalismo moderado”, ou seja, haverá uma alienação e uma exploração capitalista, mas com alguns limites [...]; ou então haver, de facto, as famosas parcerias público-privadas, ou seja, haver uma tutela pública e uma gestão privada ou vice-versa. [...] Uma sustentabilidade financeira também é um campo de perspectiva que nós temos que equacionar; porque senão vai chegar a um ponto em que se for apenas explorado pelos públicos, temos que pensar como é que vamos ter rúbricas para alimentar um equipamento desta magnitude. [...] Criar e construir é o mais fácil. A manutenção dos edifícios é que é o ‘cancro’ do património. [...] Temos que ser sonhadores, mas ao mesmo tempo pragmáticos.”¹⁹²

O desafio desta reabilitação não reside somente em preservar o que a fábrica foi, mas em assegurar-lhe uma função que legitime a sua continuidade, um propósito que a sustente no tempo.

192. Depoimento da Professora Doutora Susana Goulart Costa, moderadora do debate, in Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos. (2025, 22 de fevereiro). *Património Industrial em discussão nas antigas instalações da Fábrica do Álcool da Lagoa*.

193. Fábrica do Álcool da Lagoa, Lagoa (1882), Fábrica do Álcool de Santa Clara (1884), Fábrica do Álcool da Ribeira Grande (1890).

194. A oferta de mercados municipais urbanos restringe-se aos centros de Ponta Delgada (Mercado da Graça) e da Ribeira Grande (Mercado Municipal da Ribeira Grande), não existindo uma infraestrutura congénere que sirva a cidade da Lagoa.

195. Dados referentes ao ano de 2024, PORDATA. [consultado a 20 de fevereiro de 2026]. Disponível em: <https://retratos.europa.pordata.pt/populacao>

196. INE (Instituto Nacional de Estatísticas), 30 de setembro de 2025: “Ainda que, em todos os cenários, o envelhecimento demográfico venha a ocorrer em todas as regiões, poderá ser mais acentuado na Região Autónoma dos Açores, na região Norte e na Região Autónoma da Madeira.” in Instituto Nacional de Estatística. (2025, 30 de setembro). *Projeções da população residente 2025-2100*. Instituto Nacional de Estatística.

197. Segundo o jornal *Açoriano Oriental*, as ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Santa Maria e São Jorge registam a maior pressão e listas de espera para ERPI na região, in *Açoriano Oriental*. (2025, 23 de abril). *Lista de espera para lares nos Açores com 540 idosos*. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/lista-de-espera-para-lares-nos-acores-com-540-idosos-371181>. Consultado a 10 de setembro de 2025.

198. A rede hospitalar da RAA concentra-se nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, tornando o deslocamento por doença uma realidade constante para os habitantes das restantes ilhas. Neste contexto, o Hospital CUF Açores, muito próximo do complexo fabril, afirma-se como polo importante de cuidados e tratamentos a nível regional.

O Centro Cultural proposto poderá afirmar-se como um espaço multifacetado, concebido, não só, para salvaguardar a memória desta antiga unidade e das restantes duas fábricas de álcool pioneiras em São Miguel¹⁹³, mas também para acolher exposições temporárias e eventos culturais. Para além de espaços expositivos, o programa integra um auditório, um restaurante, uma cafetaria e, ainda, uma loja.

O Mercado Municipal, por sua vez, visa resolver uma lacuna na rede de equipamentos da ilha, uma vez que a Lagoa é, atualmente, o único polo urbano de São Miguel sem um mercado municipal¹⁹⁴. Esta nova estrutura, vocacionada para os produtores locais, surge como um elemento essencial para a dinamização da economia de proximidade e, consequentemente, para a valorização da identidade produtiva da região.

Por último, a incorporação de uma ERPI pretende responder a um problema transversal à realidade nacional, tanto no território continental como insular. Apesar das residências assistidas constituírem um alvo de investimento crescente em diversos países da União Europeia, Portugal, o segundo país europeu com maior índice de envelhecimento¹⁹⁵, revela carências significativas neste âmbito face à densidade demográfica desta faixa etária. No contexto dos Açores, embora a região não apresente os índices de envelhecimento mais dramáticos do país, as projeções populacionais apontam para um dos cenários de inversão etária mais acentuados nas próximas décadas¹⁹⁶. Atualmente, a pressão regional sobre as ERPI manifesta-se em listas de espera extensas, com uma incidência particularmente severa nas ilhas do grupo oriental e central¹⁹⁷, o que resulta na proliferação de estruturas ilegais e na procura de cuidadores informais. A ERPI proposta assume-se, ainda, como equipamento de escala regional para o apoio de doentes deslocados de outras ilhas. A sua proximidade ao Hospital CUF Açores permite acolher idosos que se dirigem a São Miguel para tratamentos prolongados ou especializados, evitando o isolamento durante a estadia e/ou permanências hospitalares desnecessárias¹⁹⁸.

Se outrora ser idoso ocupava um lugar central na estrutura familiar e comunitária, a sociedade contemporânea tende a encarar esta faixa etária sob o prisma da ineficiência. Esta mudança de perceção converte o envelhecimento num ciclo solitário, onde a fragilidade física e a redução das capacidades despertam sentimentos de exclusão. Em vez de ser celebrado

como um sucesso civilizacional, o fenómeno é, frequentemente, reduzido a um obstáculo económico, resultando numa menor presença da população sénior na comunidade. Ao integrar-se num meio dinâmico, a ERPI proposta pretende constituir um espaço de convivência e de estímulo para os seus utentes, promovendo a sua participação ativa na vida quotidiana do complexo.

A articulação destas três valências define a estratégia de reabilitação da fábrica, procurando uma simbiose que devolva o edificado à fruição pública. Esta organização programática encontra-se detalhada no quadro de áreas (em anexo, pp. 52 e 53), o qual sintetiza a distribuição funcional da proposta

Pretende-se, assim, que o projeto se consolide como um polo central na Lagoa e na ilha, que fomente o encontro entre seniores e jovens, visitantes e locais, produtores e consumidores. Mais do que reabilitar, pretende-se criar um lugar de diálogo temporal onde as memórias dos antigos operários e lagoenses coabitem com as perspetivas dos novos visitantes. O programa visa responder à realidade social da ilha e impedir que a Fábrica do Álcool ceda à museificação excessiva ou à alienação turística.

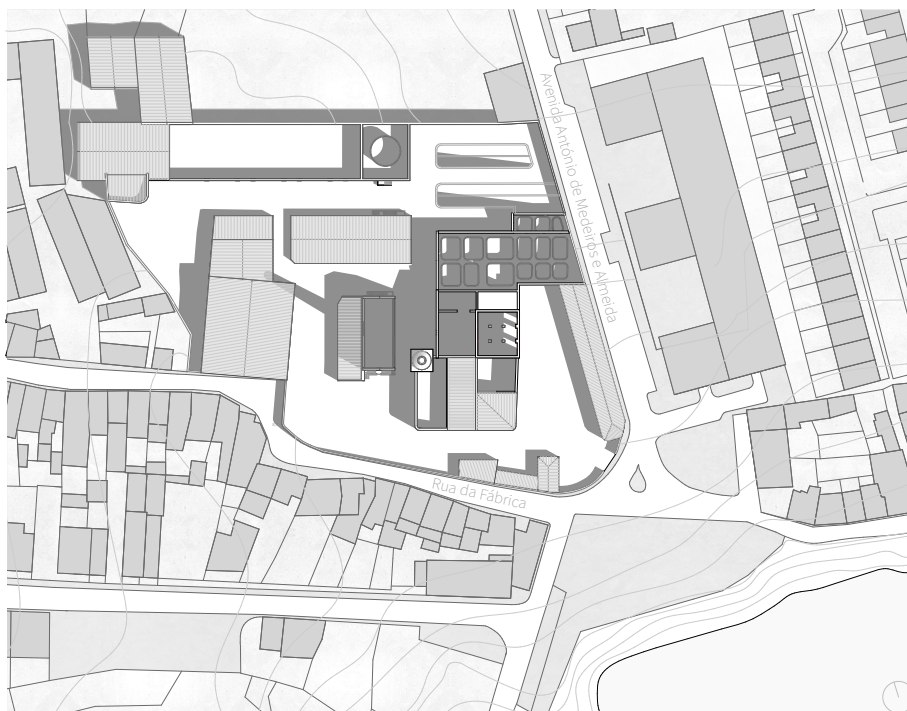
Apesar do crescente debate público e das várias ideias, tanto populares, como institucionais, em torno do futuro da fábrica, o destino de um monumento não reside apenas nas intenções programáticas. Como observa Françoise Choay, a preservação depende “de um presidente de câmara, de um inspector dos monumentos históricos, de um arquitecto, de um urbanista ou de um administrador do património”¹⁹⁹. Esta dimensão é reforçada por Aldo Rossi, que defende que: “a política, de facto, constitui aqui o problema das opções. Quem, em última instância, escolhe a imagem de uma cidade? A própria cidade, mas sempre e somente através das suas instituições políticas. Pode-se afirmar que esta opção é indiferente; mas seria simplificar obviamente a questão”²⁰⁰. Cabe, por isso, esperar que as entidades competentes assumam plenamente as suas responsabilidades para com este legado industrial e para com a comunidade que nele se reconhece.

Qualquer preexistência, assumida como oportunidade e não como entrave, abre múltiplos caminhos. Tal como adverte Fernando Távora, o desafio “está exatamente em saber que porção da circunstância haverá que seguir e que porção haverá que esquecer ou mesmo contrariar”²⁰¹.

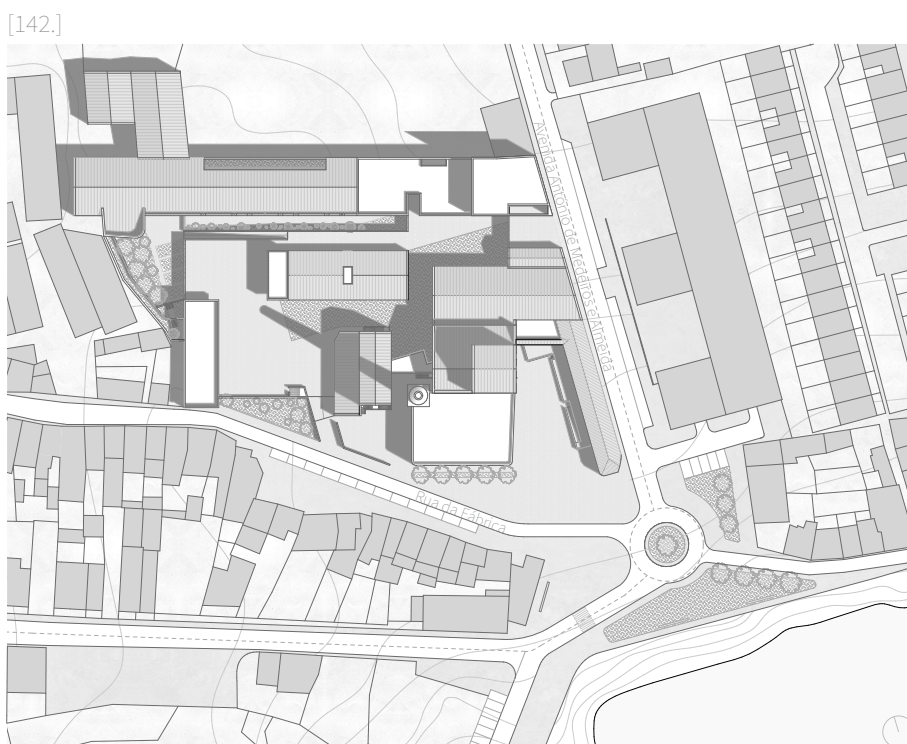
199. Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 228.

200. Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos, p. 241.

201. Távora, F. (2015). *Da Organização do Espaço* (9.ª edição). FAUP Publicações, p. 24.



[141.]



[142.]

[141.] Planta do existente.

[142.] Implantação do projeto.

3.3. A proposta

A proposta de reabilitação para a Fábrica do Álcool da Lagoa procura estabelecer uma relação de continuidade crítica entre o passado e o presente. O projeto distancia-se de posições extremas, evitando tanto a conservação acrítica da totalidade do complexo industrial, como a sobreposição excessiva de intervenções contemporâneas sobre o conjunto.

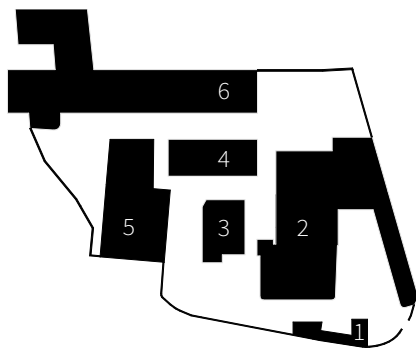
Esta abordagem projetual iniciou-se, assim, pela identificação das componentes fundamentais para a leitura da antiga unidade fabril, entendidas como suportes essenciais da memória e da identidade do lugar. A partir desta análise, definiram-se as estruturas a preservar e, conseqüentemente, as demolições necessárias, as quais incidiram sobre elementos arquitetonicamente dissonantes ou em avançado estado de degradação.

Os novos volumes, por sua vez, assumem-se como intervenções contemporâneas, claramente identificáveis, que recusam tanto o mimetismo, como o protagonismo desmedido face ao edificado fabril. A sua implantação e expressão resultam de uma lógica de continuidade espacial e funcional, afirmando-se através de uma linguagem própria.

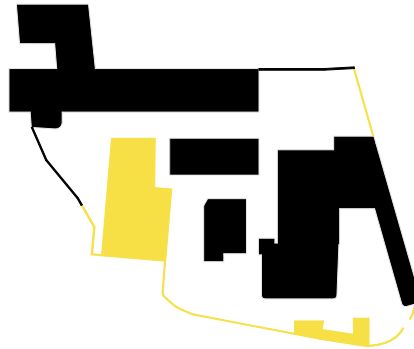
Tendo estes princípios em conta, a estratégia de intervenção desenvolve-se desde a lógica de implantação às soluções construtivas, desde a escala urbana à escala do corpo.

Partindo da ideia de devolver a fábrica à Lagoa, o desenho e a qualificação do espaço público assumem-se como eixos estruturadores da proposta, orientando a abertura do conjunto e a sua integração na cidade. Esta intenção materializa-se através da remoção dos muros perimetrais, o que promove uma relação contínua e franca entre a cidade e o antigo complexo industrial.

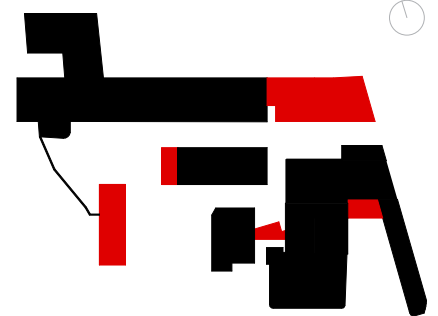
Como consequência, procedeu-se à reorganização da estrutura viária envolvente. O redesenho da Rua da Fábrica, a sul, permitiu regularizar o traçado da via, eliminando a inflexão anteriormente condicionada pelo limite do lote. Complementarmente, a introdução de uma rotunda, no término desta rua, resolve o nó viário preexistente, otimizando a articulação entre as vias confluentes. A sua implantação, alinhada com o eixo da Avenida António de Medeiros e Almeida, evita a confrontação direta com a fábrica. Por último, assegurou-se a continuidade do Passeio Marítimo da Lagoa, reforçando a relação de proximidade entre a costa e o mar (Folhas 2 e 3).



[143.]



[144.]



[145.]

[143.] O existente. (Desenhos de levantamento disponíveis em anexos, pp. 39 a 49).

Legenda:

1_ Casa do Guarda Fiscal.

2_Edifício da Chaminé.

3_Casa do Operário.

4_Armazém de Materiais.

5_Oficina Geral.

6_Depósito de Enchimento de álcool e granel.

[144.] A demolir (amarelo). Muros da fábrica, Casa do guarda-fiscal e Oficina Geral.

[145.] A construir (vermelho).

[146.] Colagem. Pátio de entrada para o Centro Cultural e esplanada do restaurante.

[146.]



A definição dos edifícios a conservar constituiu uma etapa fundamental no desenvolvimento do projeto. Em consonância com a demolição dos muros perimetrais, optou-se pela remoção da Casa do Guarda-Fiscal. Esta decisão estendeu-se igualmente ao volume da Oficina Geral, não só por apresentar reduzida relevância histórica e interesse arquitetónico, mas também pela sua volumetria excessiva, que cria espaços exteriores residuais e confinados, os quais prejudicam a fluidez e a permeabilidade espacial pretendidas.

Desta clarificação volumétrica resulta uma tripartição programática estruturada a partir da morfologia do edificado remanescente. Assim, o Centro Cultural assume a frente urbana ao instalar-se no Edifício da Chaminé e na Casa do Operário, os quais funcionam como a face pública e representativa do conjunto. No centro do recinto, o Mercado localiza-se no Armazém de Materiais e abre-se para a nova praça, criada a partir da demolição da Oficina Geral. Este vazio central afirma-se como o principal espaço público da proposta, concentrando as entradas para o Mercado e a ligação ao estacionamento subterrâneo, cujo acesso automóvel se localiza, de forma discreta, num novo volume no limite poente do terreno. A ERPI, por sua vez, ocupa o Depósito de Enchimento, o edifício mais resguardado e privado do complexo. De forma a consolidar a implantação norte e a responder ao programa funcional, propõe-se uma ampliação, uma extensão do edifício em basalto. Além de regularizar a massa construída, este corpo articula-se com a frente urbana a nascente.

Definida esta distribuição programática, a intervenção no **Centro Cultural** aproveita a plasticidade das preexistências e organiza três áreas distintas: a cultural (auditório e exposições), a social (restaurante, cafetaria e loja) e a logística. Estas valências foram projetadas para funcionarem autonomamente, permitindo que cada espaço opere de forma independentemente.

Apromenade architecturale constituiu um princípio no desenho do conjunto, estruturando uma sequência de espaços que alternam entre momentos de dilatação e compressão. O acesso ao edifício é mediado pela travessia do pátio, cujo desenho induz um afunilamento que culmina no grande átrio de entrada. Neste percurso exterior, é estabelecida uma relação visual com a esplanada do restaurante, uma plataforma elevada que tira partido deste vazio e da sua vista sobre o mar. O restaurante é composto por uma ampla sala, marcada por um grande vão orientado a sul, que reforça a ligação com a paisagem (Folha 7).



[147.]



[148.]

[147.] Colagem. Praça do mercado. O Mercado (esquerda) e a Casa do Operário (direita) com cafetaria e loja no piso rés do chão.

[148.] Exposição permanente - corte pelas tinas de fermentação (Folha 4_ corte AA').

[149.] Tinas de fermentação da Fábrica do Álcool, Edifício da Chaminé, s.d.



[149.]

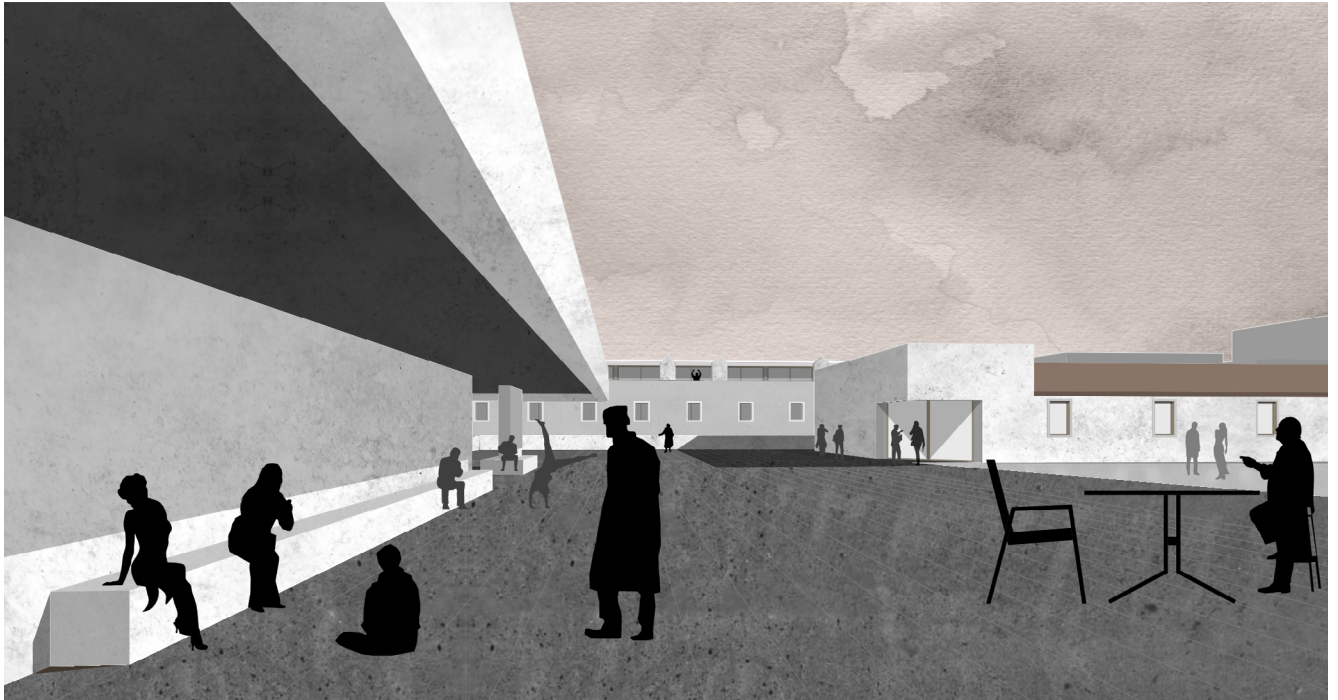
Uma vez no interior, o *hall* de entrada impõe-se pela sua verticalidade, sublinhada por seis pilares esbeltos que definem a marcação rítmica deste grande vazio. Este átrio, que concentra as valências de acolhimento e de apoio, distribui intuitivamente para o auditório, para o corpo das exposições e para a zona da cafetaria e da loja (Folha 7).

O acesso ao auditório, com capacidade para 164 lugares, é mediado por uma antecâmara que enquadra o pátio e o restaurante. Por contraste com a permeabilidade visual dos restantes espaços, o auditório abdica de qualquer diálogo com a envolvente: a ausência de aberturas pretende concentrar a atenção exclusivamente na ação em palco. As diferenças de altura existentes na fachada deste volume foram todas uniformizadas, de forma a resolver a fragmentação existente. A heterogeneidade das coberturas originais deu lugar a um plano contínuo, convertendo o edificado num corpo de geometria clara e regular (anexos, vermelhos e amarelos, Folha 1_Corte AA').

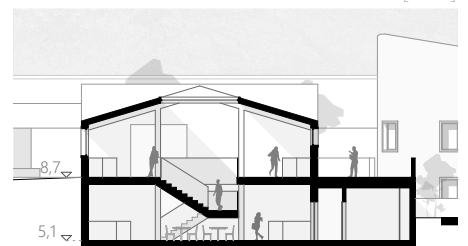
O percurso expositivo é desenhado como um circuito contínuo, que aproveita a variação de escalas e alturas dos edifícios. Este inicia-se nas antigas tinhas de fermentação, nas quais se prevê a instalação da exposição permanente referente a toda a história da Fábrica do Álcool da Lagoa e das restantes duas unidades fabris que marcaram a Ilha de São Miguel no século XIX. Pretende-se preservar a laje existente, subvertendo a sua função: o plano que outrora servia de suporte ao trabalho dos operários converte-se, agora, numa galeria de observação zenital (Folha 4_corte AA').

O programa expositivo estende-se por mais duas salas destinadas a mostras temporárias: a primeira, num *mezzanino* que se abre sobre o átrio, com pé direito generoso, e a segunda, instalada na Casa do Operário, com uma atmosfera mais contida. A transição entre estes dois núcleos é mediada por um novo volume que liga os edifícios existentes através do aproveitamento dos vãos originais (anexos, vermelhos e amarelos, Folha 4). Este percurso conclui-se na cafetaria e na loja, estrategicamente voltadas para a nova praça e Mercado.

A Casa do Operário concentra, ainda, os acessos de serviço e logística, no rés do chão, e as áreas administrativas, no último piso (Folha 11). As entradas independentes evitam a interferência técnica no percurso do visitante.



[150.]



[151.]



[152.]



[153.]

[150.] Colagem. Praça do mercado. Pala (esquerda), mercado (direita) e ERPI (fundo).

[151.] Corte transversal mercado (Folha 6_corte BB').

[152.] Pátio, Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, Fernando Távora.

[153.] Pala, Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, Fernando Távora.

Os cinco silos situados a norte do terreno integram a valência museológica do conjunto como uma extensão do percurso expositivo, mantendo, contudo, as suas características físicas. A estratégia de reabilitação deste espaço assenta numa intervenção mínima, limitando-se a trabalhos de manutenção e restauro que visam preservar a integridade deste antigo núcleo de armazenamento. Ao abdicar de transformações intrusivas, estes silos convertem-se em objetos de contemplação que testemunham, de forma autêntica, o passado industrial.

O **Mercado**, por sua vez, assume uma posição central, no coração do complexo, com ligação direta ao estacionamento subterrâneo. Esta localização estratégica permite que a praça se configure como uma extensão exterior do programa, articulando-se com a cafetaria e a loja do Centro Cultural. Deste modo, a praça atua como um plano de convergência entre as duas valências, funcionando como um “átrio ao ar livre” que prolonga a atividade comercial e cultural para o domínio público. A pala proposta, para além de qualificar o exterior através de uma zona coberta, integra de forma discreta o acesso ao estacionamento. Propõe-se, assim, um espaço flexível capaz de acolher tanto eventos esporádicos como as atividades informais do quotidiano dos seus visitantes.

No interior do edifício, a trama rítmica de pilares e asnas em madeira do Armazém de Materiais foi preservada, de forma a valorizar a leitura tripartida do edifício e a sua espacialidade original. Esta métrica construtiva dita a organização interna, distribuindo o programa por dois pisos articulados entre si: o superior, que se desenvolve em torno de um vazio central que comunica com o piso inferior, potenciando a relação visual e a unidade espacial de todo o conjunto (Folha 6_Corte BB'). Complementarmente, os alçados norte e sul, anteriormente descaracterizados e heterogéneos, foram alvos de uma simplificação formal, resultando numa linguagem clara e coerente com a organização interior (anexos, vermelhos e amarelos, Folha 4).

Pelo novo volume, adossado ao preexistente, faz-se a entrada no mercado, estando também aí localizadas as comunicações verticais com o estacionamento. É nesta cota inferior que se localizam as áreas de cargas e descargas, articuladas com os compartimentos técnicos e zonas de apoio, assegurando a eficácia operacional do conjunto (Folha 5).

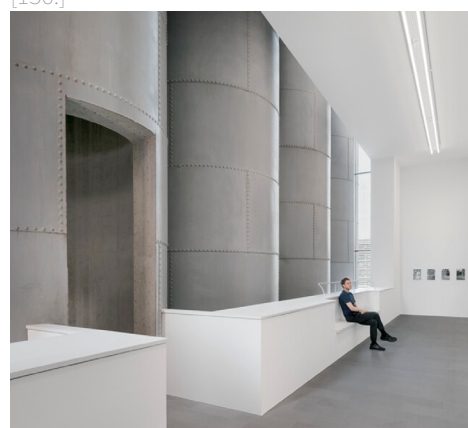


[154.]

[155.]



[156.]



[154.] Colagem. Entrada ERPI. Ampliação (primeiro plano), existente (fundo) e mercado (esquerda).

[155.] e [156.] Intervenção nos silos da ampliação do Museu Küppersmühle, Duisburg, com ligações estruturais e galerias de circulação. Herzog & de Meuron.

A **ERPI**, implantada no edifício norte do complexo, assume-se como o núcleo mais reservado do conjunto. O edificado envolvente funciona como um elemento de separação entre o espaço público e o privado, atenuando o ritmo urbano e reforçando o carácter intimista do lugar.

A intervenção parte da leitura do edifício existente como suporte principal da memória e da organização do conjunto. O seu prolongamento consolida o limite norte do lote ao articular-se com a frente urbana da Avenida António de Medeiros e Almeida, gerando um novo acesso público a partir da rua. Assim, o novo volume não surge como um acrescento autónomo, mas como continuidade do corpo preexistente. Deste gesto resulta uma grande barra longitudinal, estruturada programaticamente em três momentos distintos.

No topo nascente do volume, junto à Avenida, localiza-se a receção (Folha 9), tanto de residentes como de visitantes, e as áreas técnicas (Folha 7). O piso superior deste volume, que se destaca altimetricamente, funciona como prolongamento da receção, integrando a área administrativa e uma cafetaria aberta tanto aos familiares dos utentes, como a todo o contexto urbano (Folha 11). A sua localização na extremidade do lote, para além de potenciar amplitude visual sobre o horizonte marítimo e sobre a paisagem industrial, introduz variação no extenso corpo longitudinal e estabelece, ainda, uma relação de escala com o edifício habitacional a nascente.

Num segundo momento, ainda na ampliação proposta, articulam-se os espaços comuns, organizados em dois níveis. Enquanto o piso superior acolhe a sala polivalente, o inferior define a ampla sala de refeições, qualificada pela tensão vertical do pé-direito duplo. A transição para a preexistência é marcada por um recuo no plano da fachada, que estabelece uma distinção clara entre as duas épocas. No antigo edifício de Depósito de Enchimento de álcool, a preservação do silo permitiu configurar um “deambulatório” que articula as áreas sociais com a ala privada de dormitórios (Folha 12_Corte KK’).

No último núcleo, de cariz habitacional, a intervenção foca-se na conservação da alvenaria de basalto e na sua métrica de vãos. A inexistência de estrutura interior permitiu uma reconfiguração total do espaço, possibilitando, assim, que o novo desenho nascesse a partir do ritmo da fachada.



[157.]

[157.] Colagem. Alçado sul ala habitacional ERPI (esquerda) e alçado norte mercado (direita).

[158.] Corredor de distribuição voltado para a escarpa. Casa em Moledo, Eduardo Souto de Moura.



[158.]

A partir deste princípio, a linguagem do alçado sul assenta no uso de uma caixilharia recuada que, para além de dotar cada módulo de uma varanda privada, funciona como elemento de sombreamento, acentuando a espessura e a expressividade da pedra (Folha 14). Esta intenção de preservar o edificado estende-se à cobertura de duas águas, que repõe a silhueta original, sendo a sua reconstrução total imposta pelo grau de deterioração da existente.

O programa habitacional, por sua vez, organiza-se em duas tipologias distintas: apartamentos, destinados a utentes com maior grau de autonomia, e quartos, concebidos para residentes com maior nível de dependência (Folha 15). Esta ala integra, ainda, dois postos de enfermagem, posicionados para assegurar apoio permanentes. A profundidade deste volume motivou o desenho de um amplo corredor de distribuição que se abre para um pátio longitudinal, confinado pelo muro de basalto a norte. A largura do percurso permitiu a instalação pontual de bancos, transmutando a passagem num lugar de permanência, qualificado pela luz constante proveniente de norte.

O pátio sul da residência funciona como o elemento articulador das cotas do terreno, estabelecendo uma fronteira clara entre o domínio público e o privado. Esta solução possibilitou dotar os quartos do rés do chão e o “deambulatório” de áreas exteriores reservadas, garantindo a sua privacidade.

A organização dos espaços exteriores e a forma como estes se relacionam com o edificado refletem a estratégia da intervenção, assente num equilíbrio entre adaptação funcional e preservação da identidade existente. Mais do que uma mera recuperação funcional, o projeto procura devolver dignidade ao edificado original, adaptando-o sem apagar as marcas do tempo.

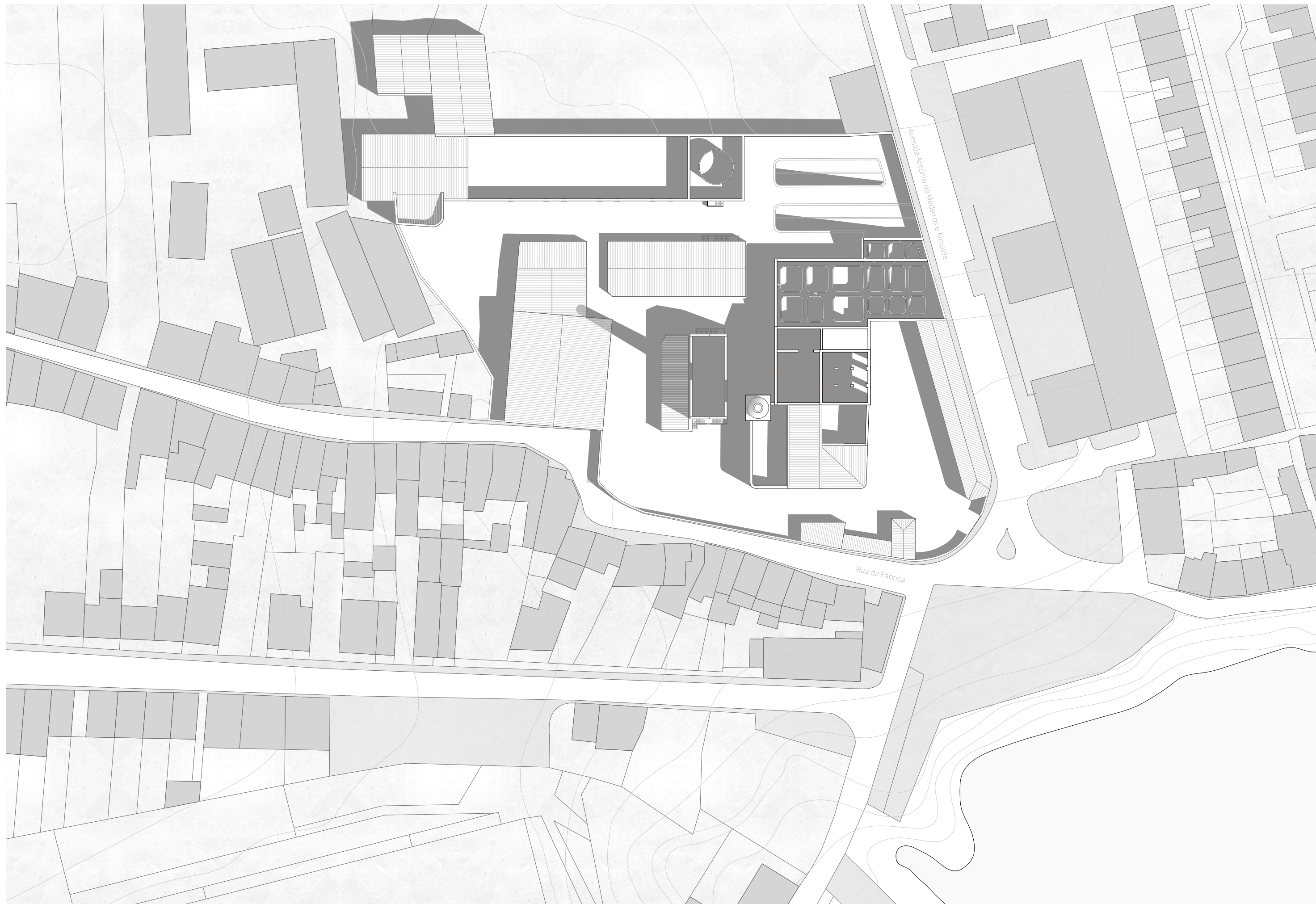
Esta estratégia não se limita à volumetria, mas concretiza-se também na materialidade adotada: todos os novos elementos são definidos por corpos brancos com acabamento em sistema *ETICS*, conferindo-lhes uma leitura abstrata, contínua e unitária (Folha 17)²⁰². Esta neutralidade cromática valoriza as estruturas originais, garantindo que tanto a alvenaria de basalto como os acabamentos tradicionais em argamassa de cal preservem a sua identidade histórica e o seu protagonismo espacial. A intervenção consolida-se, assim, através de uma dialética temporal, onde o passado e a contemporaneidade coexistem harmoniosamente, sem que o novo se sobreponha ao antigo.

202. As novas intervenções — conector do museu, acesso ao mercado, entrada do estacionamento (pala) e ala da residência — adotam uma linguagem material e construtiva comum. O detalhe construtivo apresentado (folha 17), referente à nova ala da residência, é um corte-tipo aplicável ao conjunto destas adições.

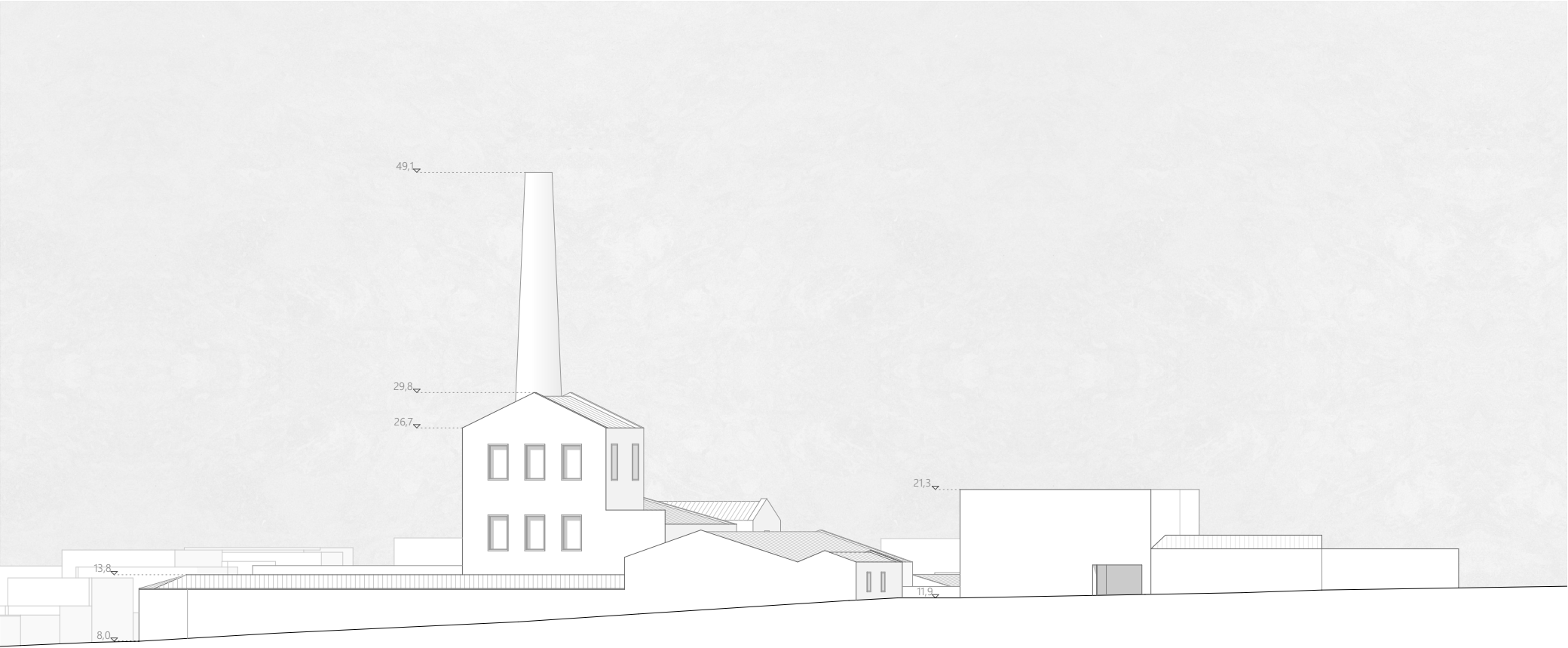


Passeio Marítimo da Lagoa

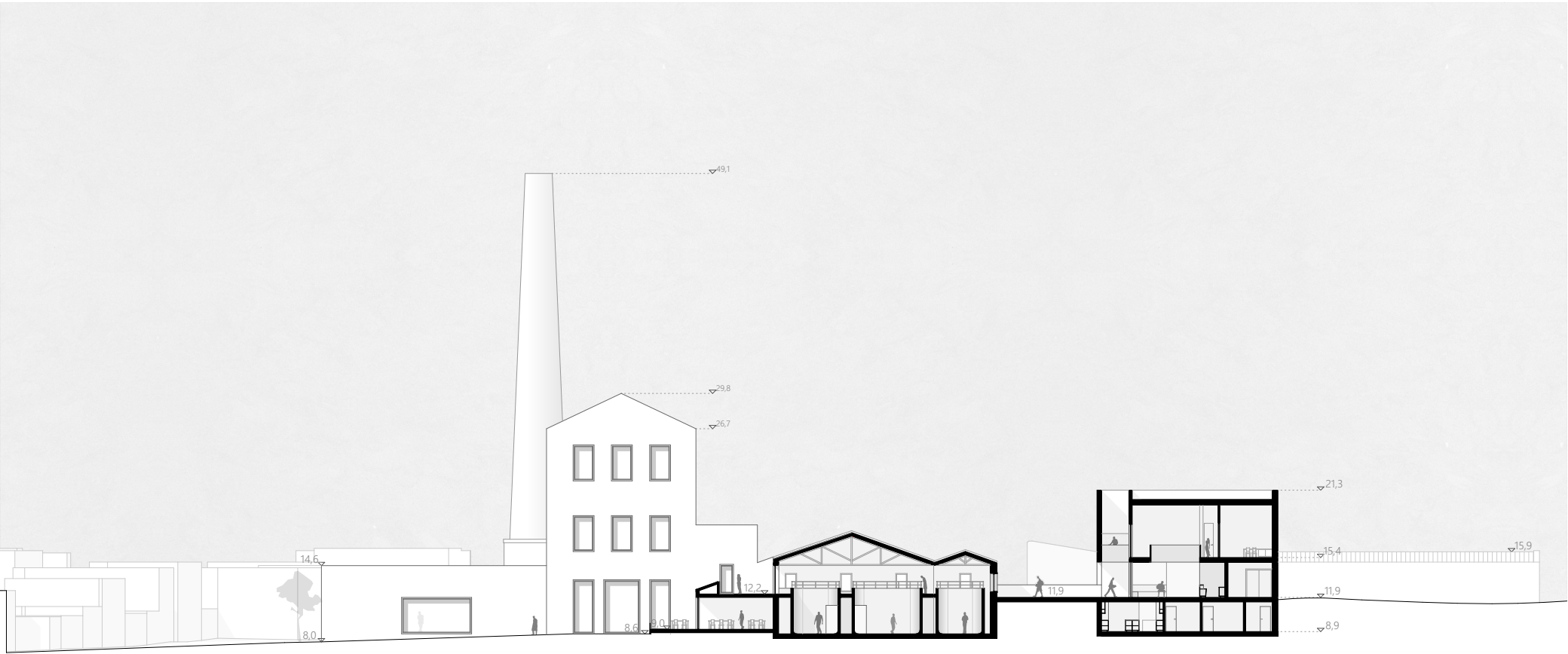








Alçado nascente. Avenida
Antônio de Medeiros e Almeida



Corte AA'

Legenda:

Centro Cultural

c.1 Restaurante

- c.1.1 Esplanada
- c.1.2 Salão
- c.1.3 Cozinha
- c.1.4 Cargas e descargas

c.2 Entrada

- c.2.1 Foyer
- c.2.2 Recepção
- c.2.3 Bengaleiro

c.3 Auditório

- c.3.1 Backstage
- c.3.2 Camarins

c.4. Exposições

- c.4.1 Exposição permanente - "tinas de fermentação"
- c.4.2 Sala de exposições temporárias
- c.4.3 Antigos silos de armazenamento

c.5 Cafeteria

- c.5.1 Sala
- c.5.1 Copa

c.6. Loja

c.7. Zonas de serviço

- c.7.1 Arrumos
- c.7.2 Casa das máquinas
- c.7.3 Cargas e descargas
- c.7.4 Entrada pessoal
- c.7.5 Antecâmara de montagem
- c.7.6 Sala pessoal
- c.7.7 Administração

Mercado Municipal

m.1 Entrada

m.2 Área de Vendas

m.3 Zonas de serviço

- m.3.1 Cargas e descargas
- m.3.2 Área de armazenagem
- m.3.3 Sala pessoal

ERPI

r.1 Entrada

- r.1.1 Foyer
- r.1.2 Recepção
- r.1.3 Entrada secundária

r.2 Áreas comuns

- r.2.1 Deambulatório
- r.2.2 Refeitório
- r.2.3 Sala polivalente

r.3. O habitar

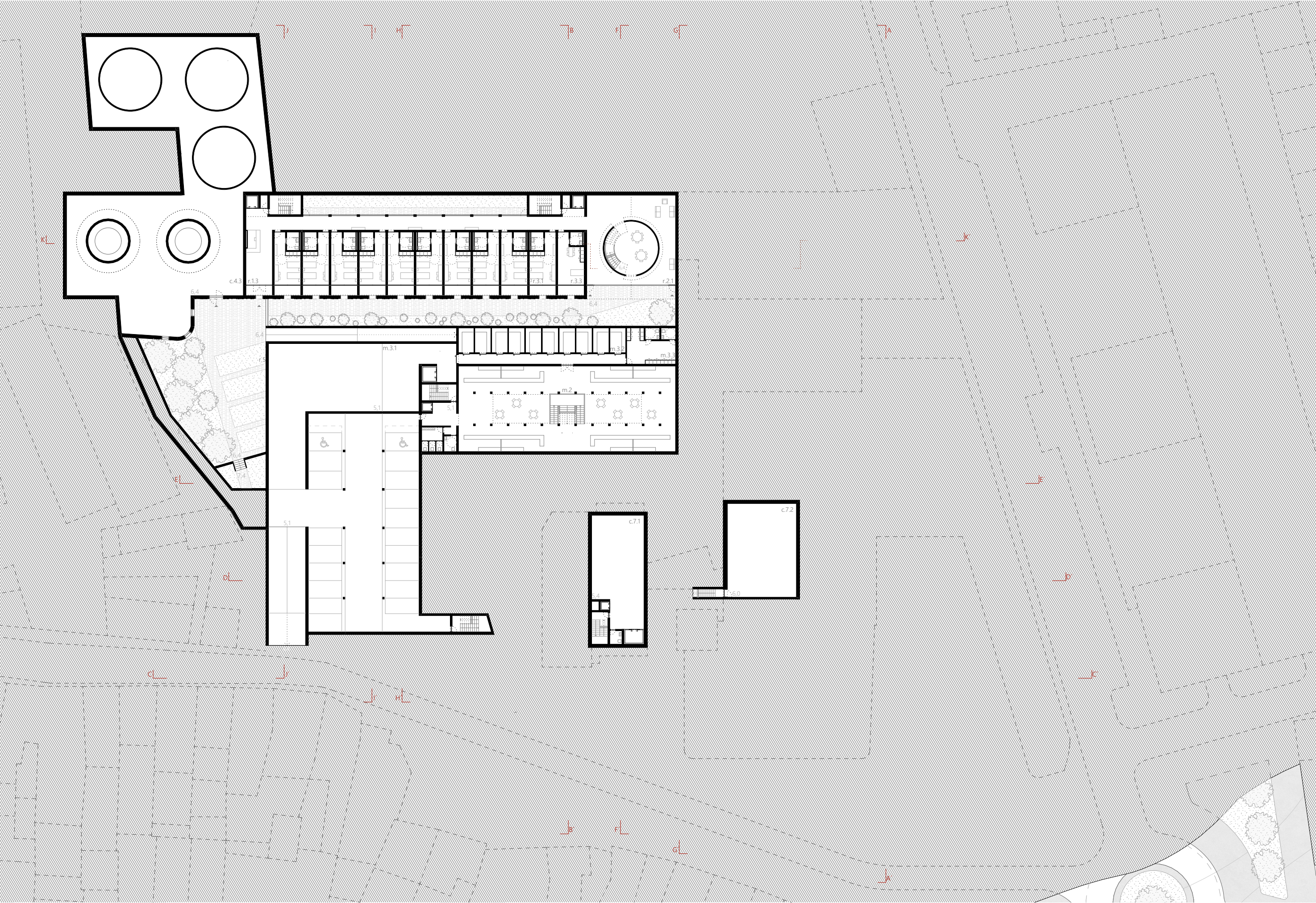
- r.3.1 Quartos
- r.3.2 Apartamentos
- r.3.3 Posto de enfermagem

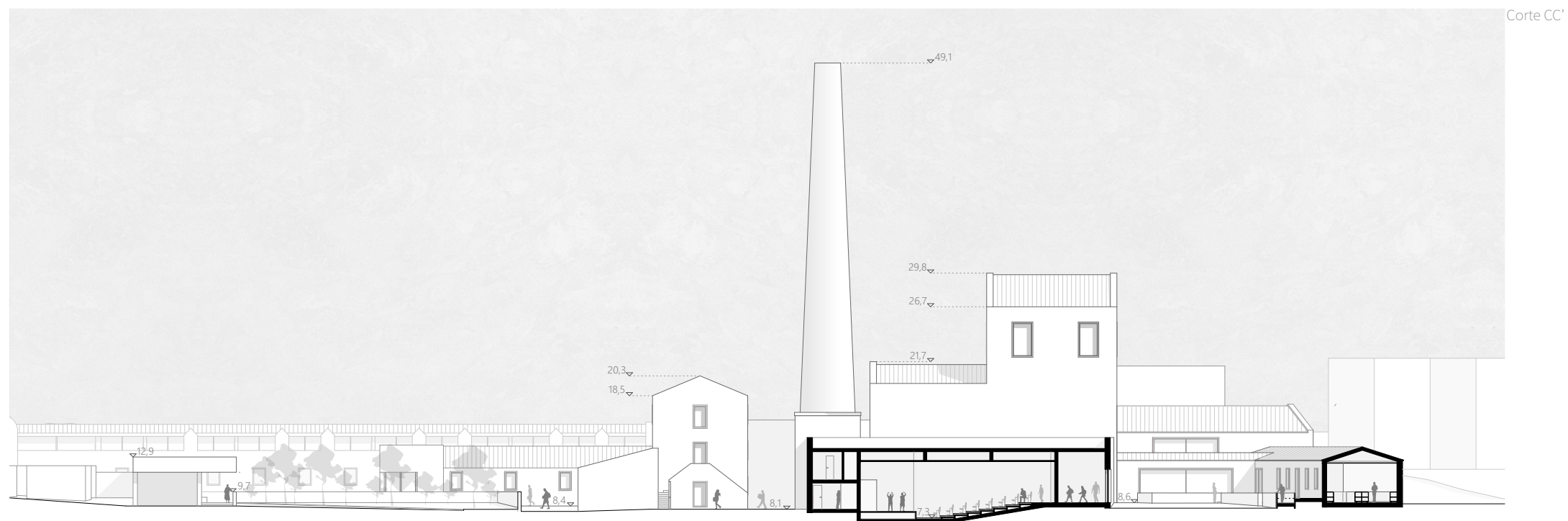
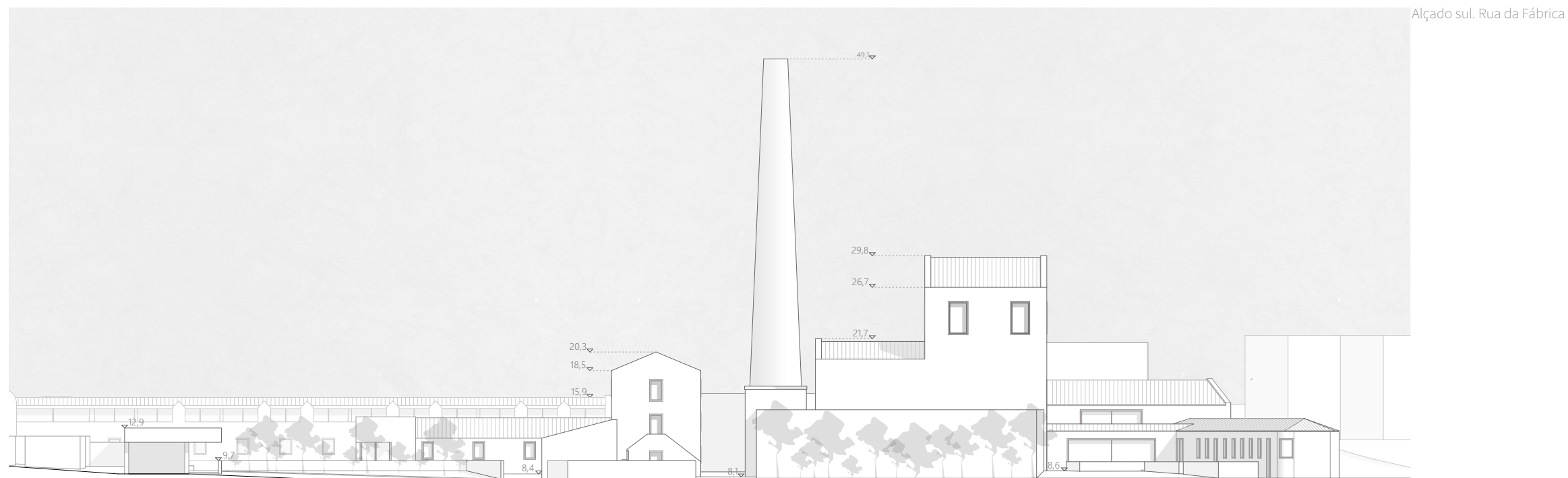
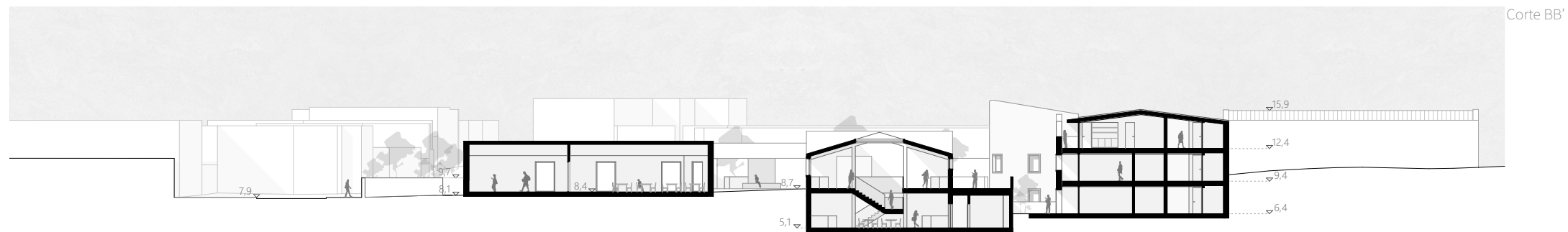
r.4 Zonas de serviço

- r.4.1 Cozinha
- r.4.2 Lavandaria
- r.4.3 Arrumos
- r.4.4 Lixo
- r.4.5 Sala pessoal
- r.4.6 Cargas e descargas e entrada pessoal
- r.4.7 Sala de entrada de pessoal
- r.4.8 Administração
- r.4.9 Sala de reuniões

r.5 Hortas comunitárias

r.6. Cafeteria





Legenda:

Centro Cultural

c.1 Restaurante

c.1.1 Esplanada

c.1.2 Salão

c.1.3 Cozinha

c.1.4 Cargas e descargas

c.2 Entrada

c.2.1 Foyer

c.2.2 Recepção

c.2.3 Bengaleiro

c.3 Auditório

c.3.1 Backstage

c.3.2 Camarins

c.4. Exposições

c.4.1 Exposição permanente - "tinas de fermentação"

c.4.2 Sala de exposições temporárias

c.4.3 Antigos silos de armazenamento

c.5 Cafeteria

c.5.1 Sala

c.5.1 Copa

c.6. Loja

c.7. Zonas de serviço

c.7.1 Arrumos

c.7.2 Casa das máquinas

c.7.3 Cargas e descargas

c.7.4 Entrada pessoal

c.7.5 Antecâmara de montagem

c.7.6 Sala pessoal

c.7.7 Administração

Mercado Municipal

m.1 Entrada

m.2 Área de Vendas

m.3 Zonas de serviço

m.3.1 Cargas e descargas

m.3.2 Área de armazenagem

m.3.3 Sala pessoal

ERPI

r.1 Entrada

r.1.1 Foyer

r.1.2 Recepção

r.1.3 Entrada secundária

r.2 Áreas comuns

r.2.1 Deambulatório

r.2.2 Refeitório

r.2.3 Sala polivalente

r.3. O habitar

r.3.1 Quartos

r.3.2 Apartamentos

r.3.3 Posto de enfermagem

r.4 Zonas de serviço

r.4.1 Cozinha

r.4.2 Lavandaria

r.4.3 Arrumos

r.4.4 Lixo

r.4.5 Sala pessoal

r.4.6 Cargas e descargas e entrada pessoal

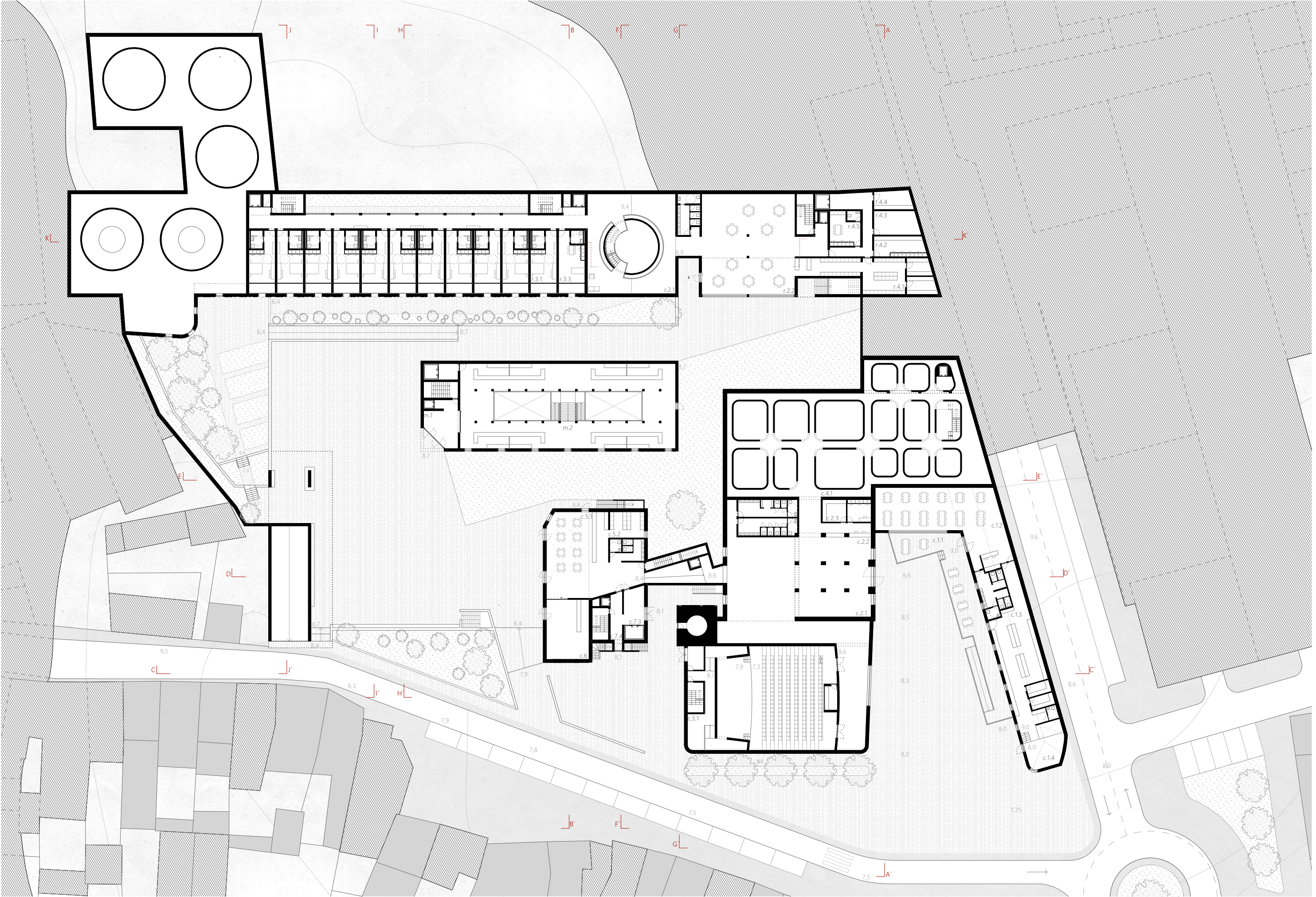
r.4.7 Sala de entrada de pessoal

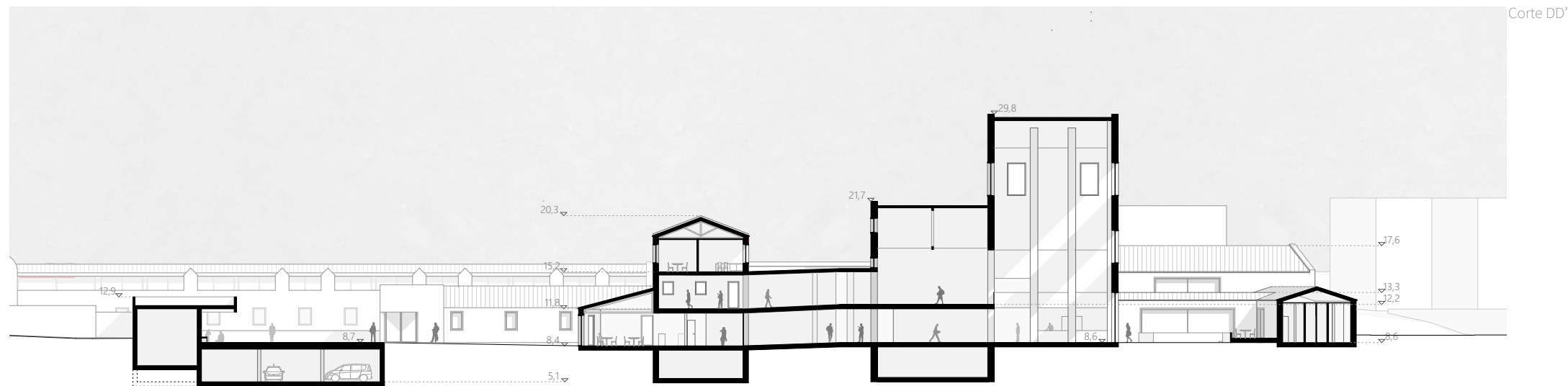
r.4.8 Administração

r.4.9 Sala de reuniões

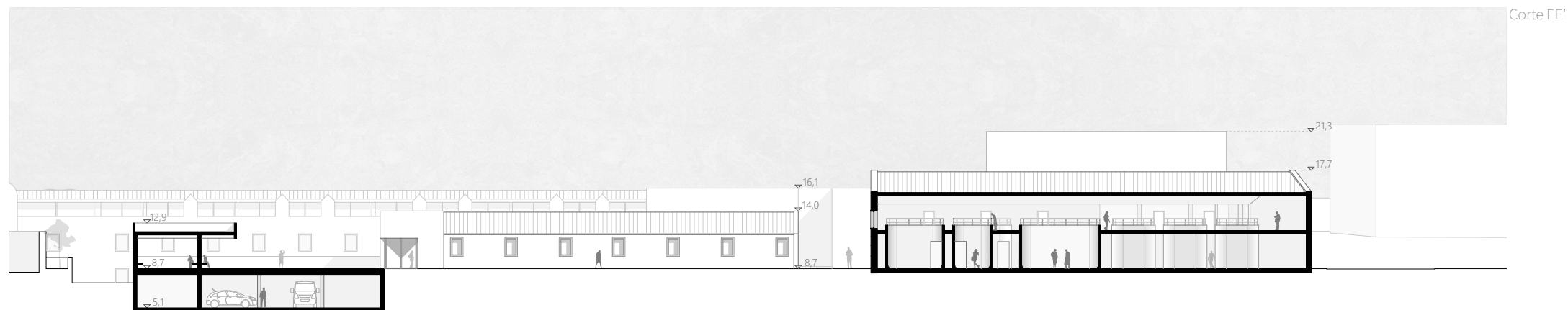
r.5 Hortas comunitárias

r.6. Cafeteria

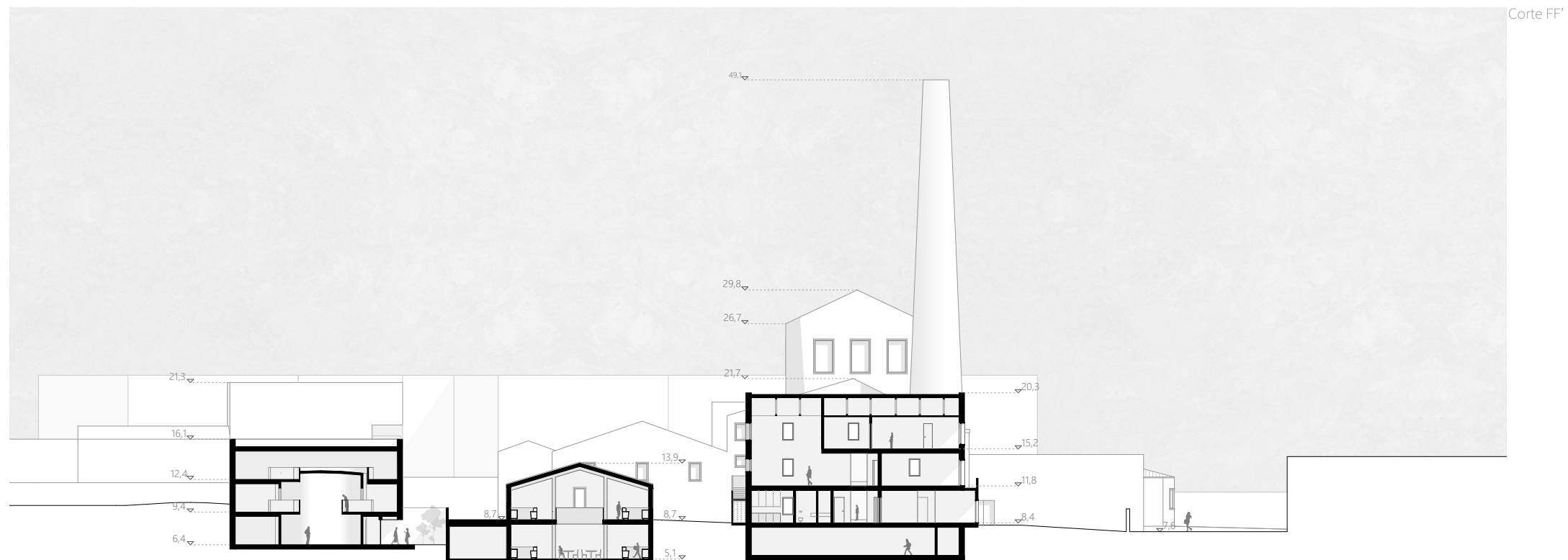




Corte DD'



Corte EE'



Corte FF'

Legenda:

Centro Cultural

c.1 Restaurante

c.1.1 Esplanada

c.1.2 Salão

c.1.3 Cozinha

c.1.4 Cargas e descargas

c.2 Entrada

c.2.1 Foyer

c.2.2 Recepção

c.2.3 Bengaleiro

c.3 Auditório

c.3.1 Backstage

c.3.2 Camarins

c.4. Exposições

c.4.1 Exposição permanente - "tinas de fermentação"

c.4.2 Sala de exposições temporárias

c.4.3 Antigos silos de armazenamento

c.5 Cafeteria

c.5.1 Sala

c.5.1 Copa

c.6. Loja

c.7. Zonas de serviço

c.7.1 Arrumos

c.7.2 Casa das máquinas

c.7.3 Cargas e descargas

c.7.4 Entrada pessoal

c.7.5 Antecâmara de montagem

c.7.6 Sala pessoal

c.7.7 Administração

Mercado Municipal

m.1 Entrada

m.2 Área de Vendas

m.3 Zonas de serviço

m.3.1 Cargas e descargas

m.3.2 Área de armazenagem

m.3.3 Sala pessoal

ERPI

r.1 Entrada

r.1.1 Foyer

r.1.2 Recepção

r.1.3 Entrada secundária

r.2 Áreas comuns

r.2.1 Deambulatório

r.2.2 Refeitório

r.2.3 Sala polivalente

r.3. O habitar

r.3.1 Quartos

r.3.2 Apartamentos

r.3.3 Posto de enfermagem

r.4 Zonas de serviço

r.4.1 Cozinha

r.4.2 Lavandaria

r.4.3 Arrumos

r.4.4 Lixo

r.4.5 Sala pessoal

r.4.6 Cargas e descargas e entrada pessoal

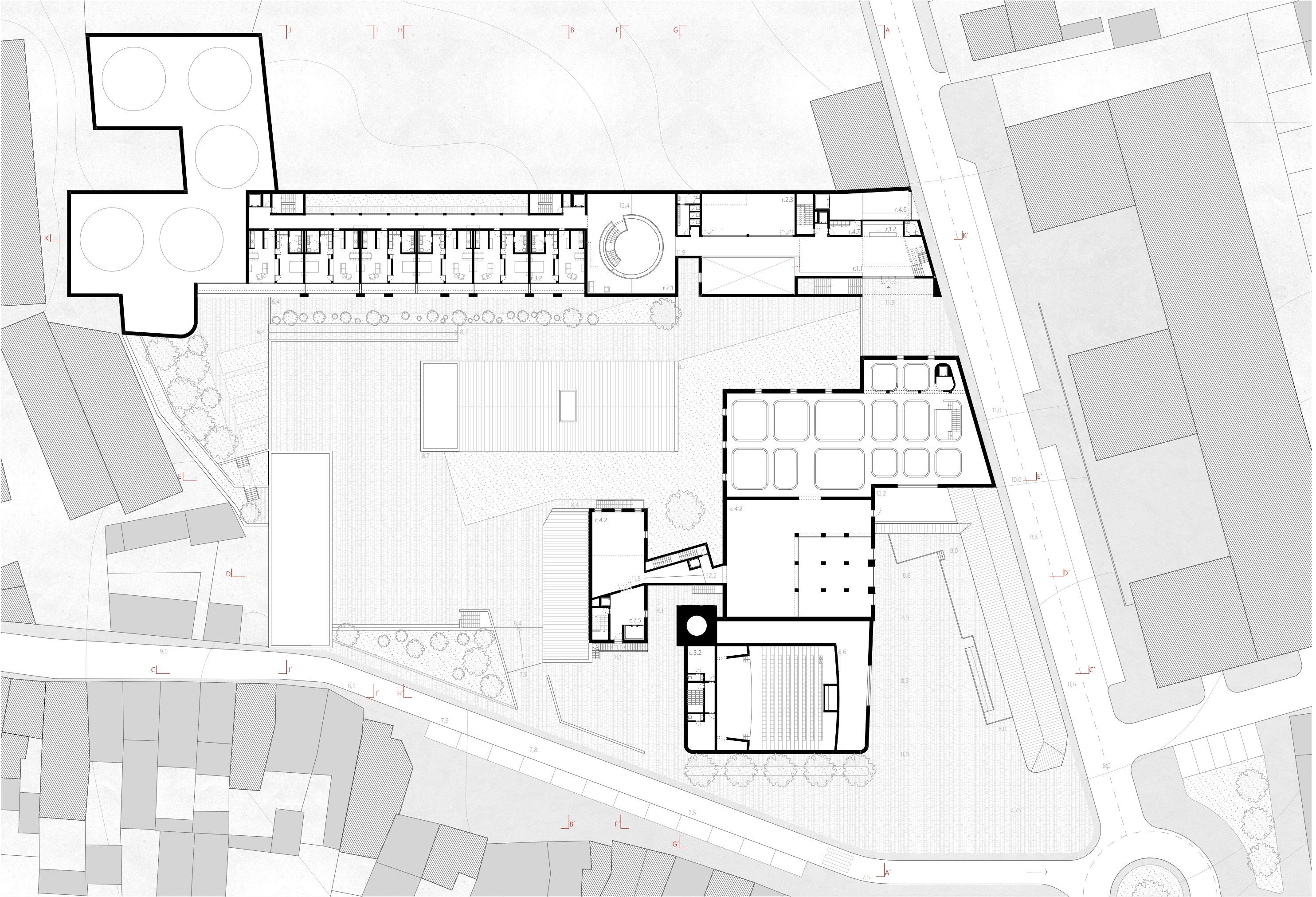
r.4.7 Sala de entrada de pessoal

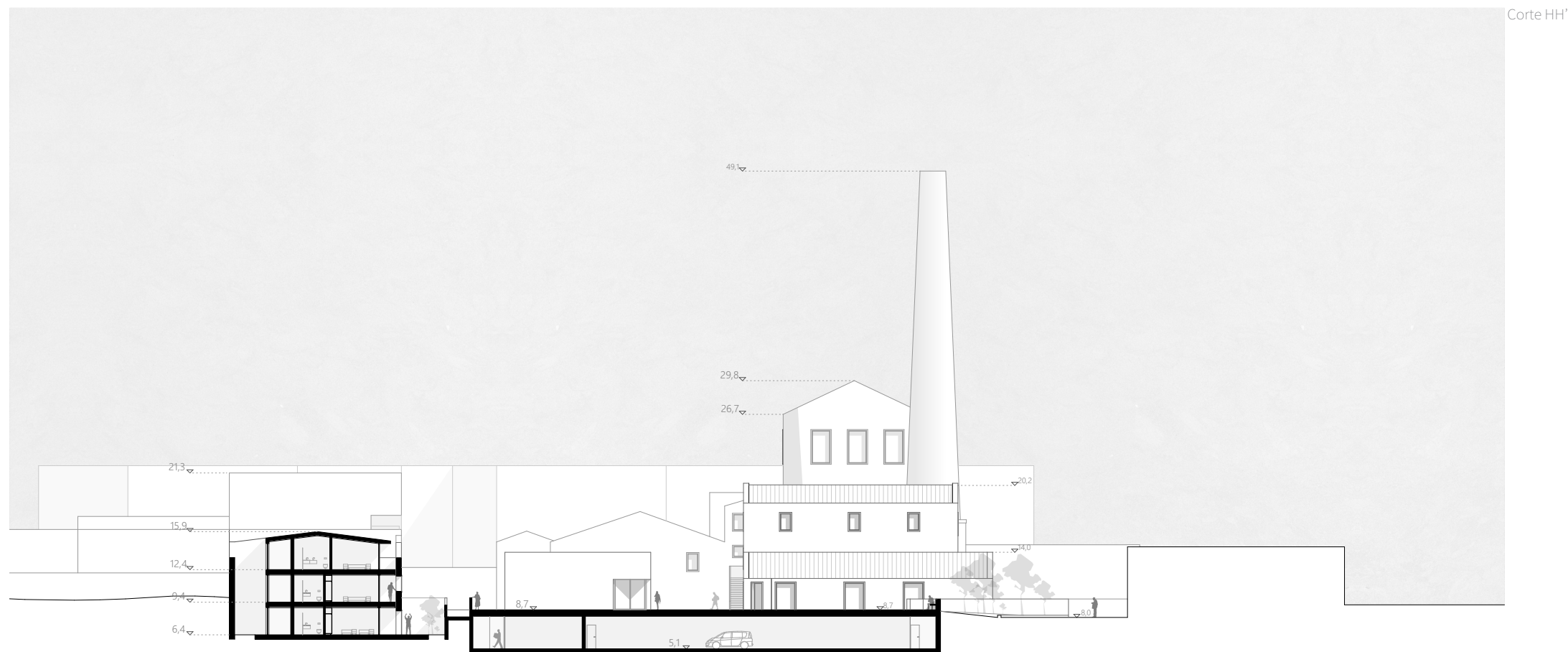
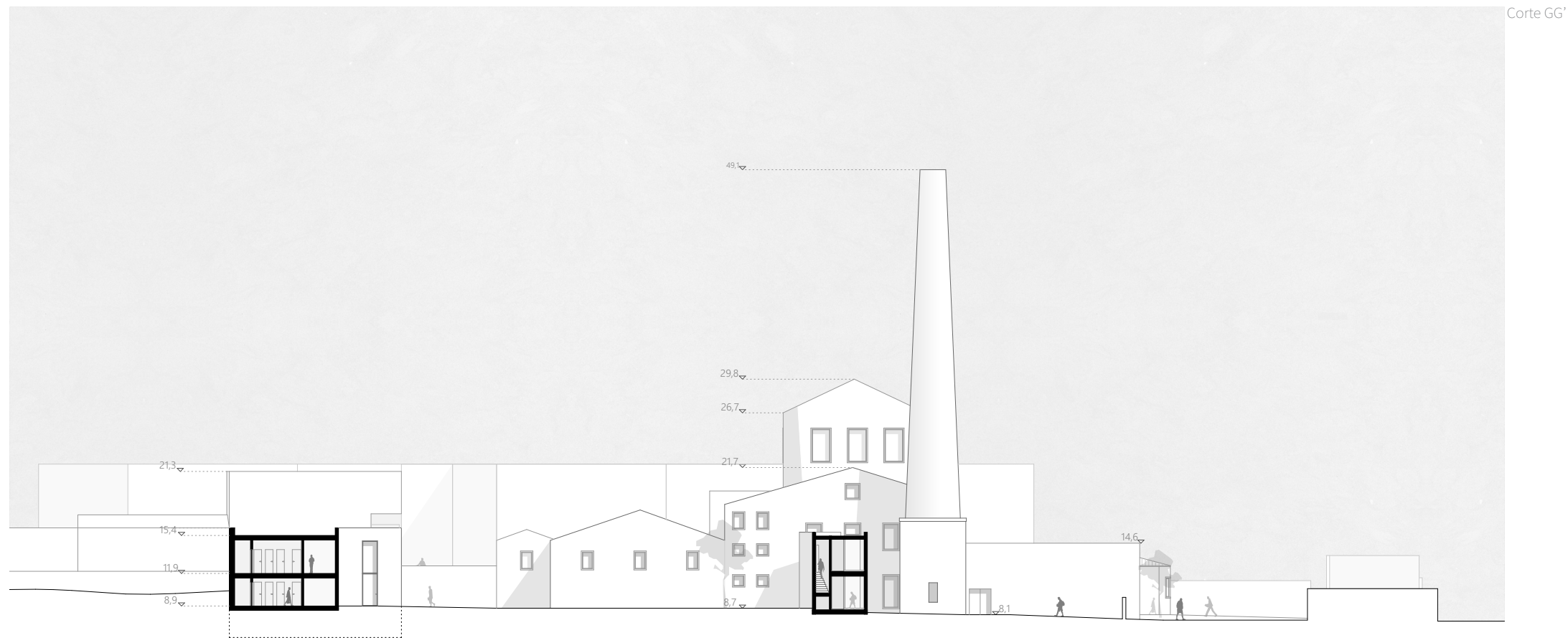
r.4.8 Administração

r.4.9 Sala de reuniões

r.5 Hortas comunitárias

r.6. Cafeteria





Legenda:

Centro Cultural

c.1 Restaurante

c.1.1 Esplanada

c.1.2 Salão

c.1.3 Cozinha

c.1.4 Cargas e descargas

c.2 Entrada

c.2.1 Foyer

c.2.2 Recepção

c.2.3 Bengaleiro

c.3 Auditório

c.3.1 Backstage

c.3.2 Camarins

c.4. Exposições

c.4.1 Exposição permanente - "tinas de fermentação"

c.4.2 Sala de exposições temporárias

c.4.3 Antigos silos de armazenamento

c.5 Cafeteria

c.5.1 Sala

c.5.1 Copa

c.6. Loja

c.7. Zonas de serviço

c.7.1 Arrumos

c.7.2 Casa das máquinas

c.7.3 Cargas e descargas

c.7.4 Entrada pessoal

c.7.5 Antecâmara de montagem

c.7.6 Sala pessoal

c.7.7 Administração

Mercado Municipal

m.1 Entrada

m.2 Área de Vendas

m.3 Zonas de serviço

m.3.1 Cargas e descargas

m.3.2 Área de armazenagem

m.3.3 Sala pessoal

ERPI

r.1 Entrada

r.1.1 Foyer

r.1.2 Recepção

r.1.3 Entrada secundária

r.2 Áreas comuns

r.2.1 Deambulatório

r.2.2 Refeitório

r.2.3 Sala polivalente

r.3. O habitar

r.3.1 Quartos

r.3.2 Apartamentos

r.3.3 Posto de enfermagem

r.4 Zonas de serviço

r.4.1 Cozinha

r.4.2 Lavandaria

r.4.3 Arrumos

r.4.4 Lixo

r.4.5 Sala pessoal

r.4.6 Cargas e descargas e entrada pessoal

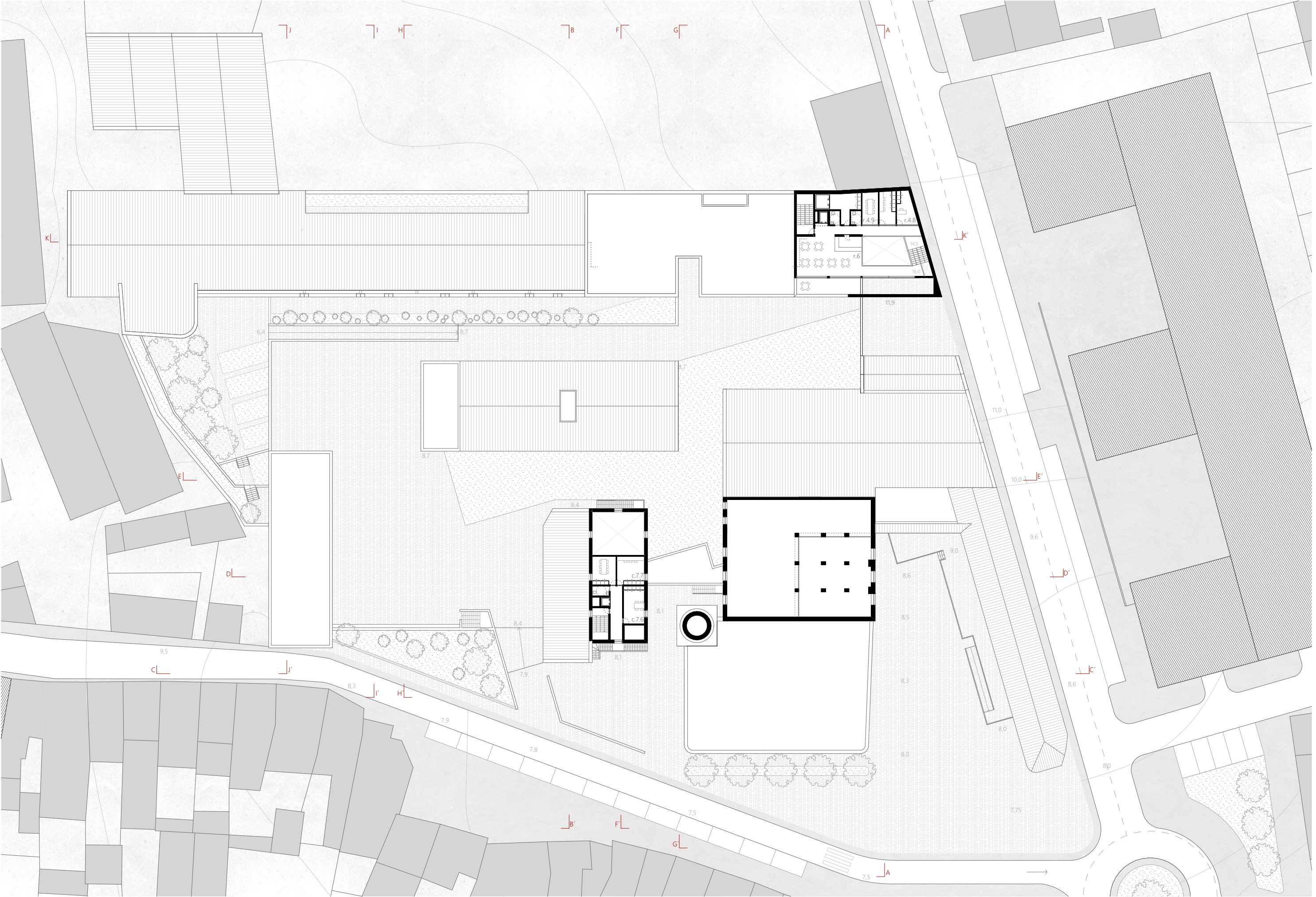
r.4.7 Sala de entrada de pessoal

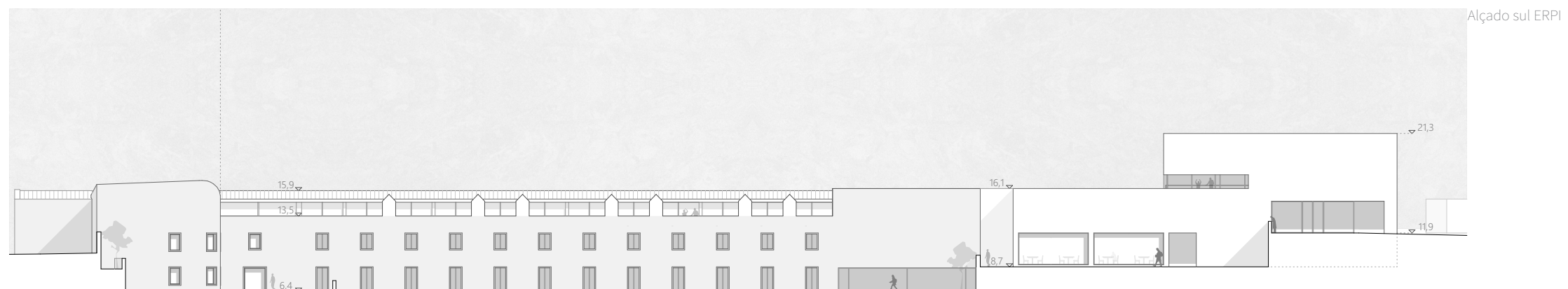
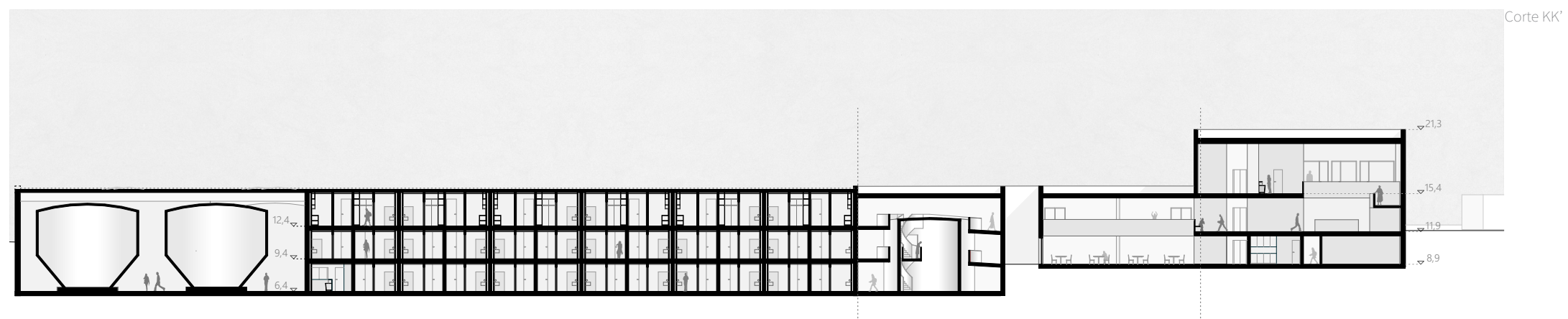
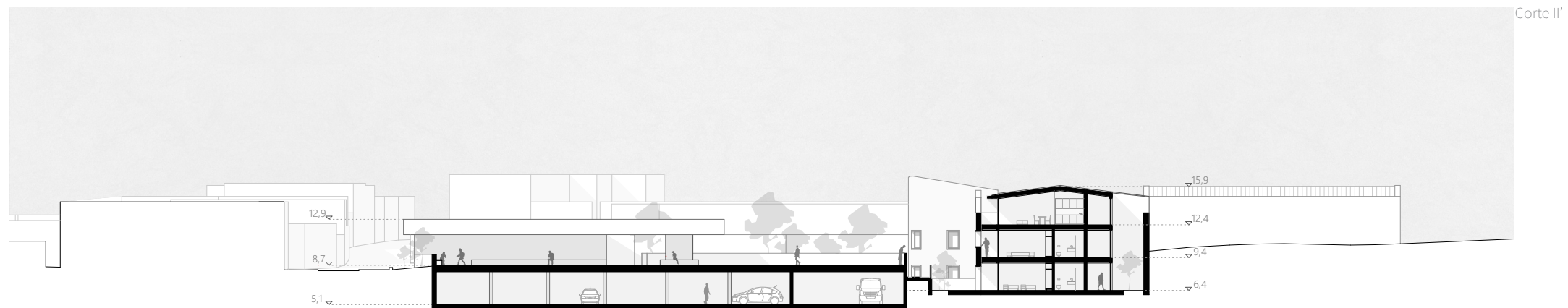
r.4.8 Administração

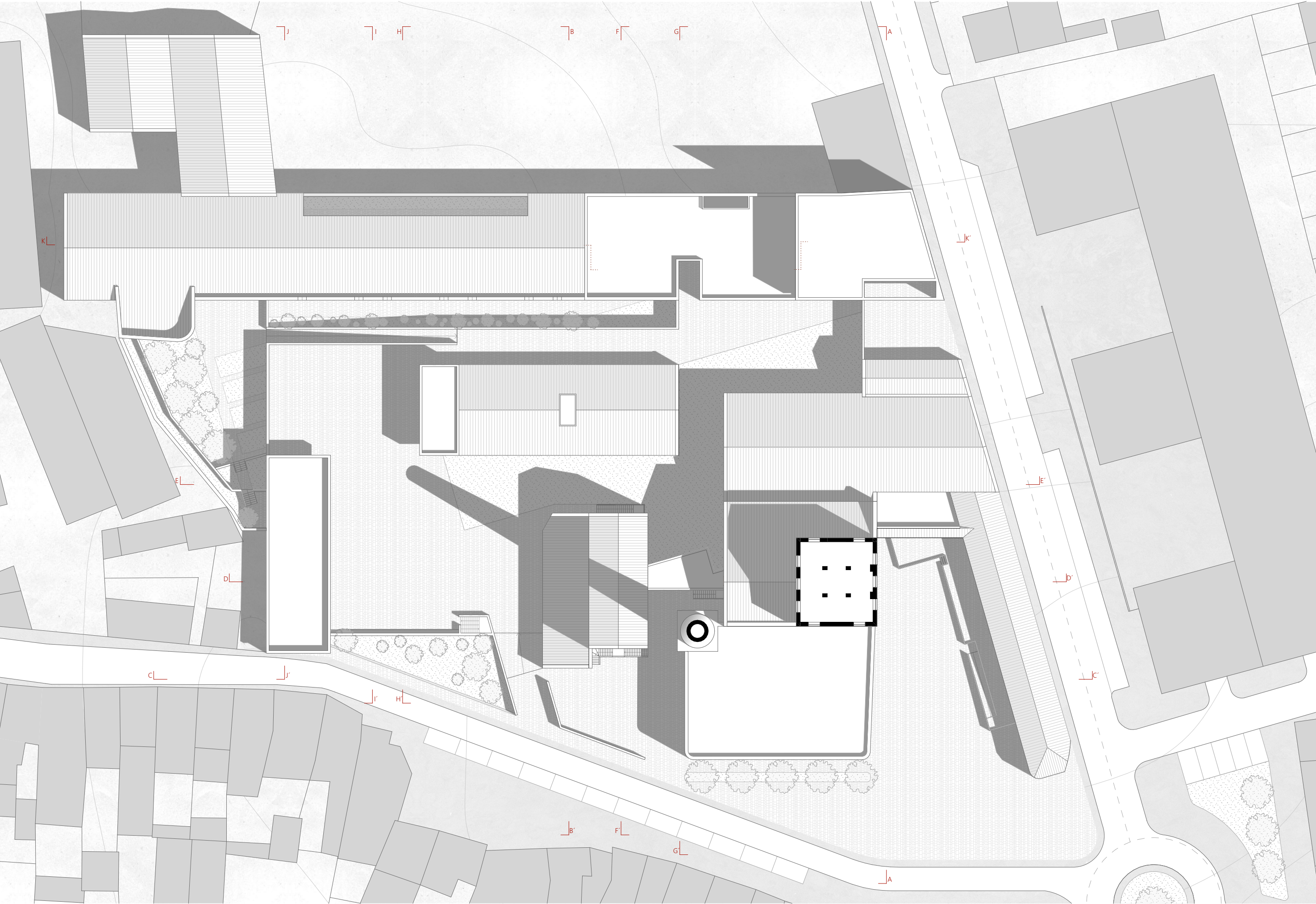
r.4.9 Sala de reuniões

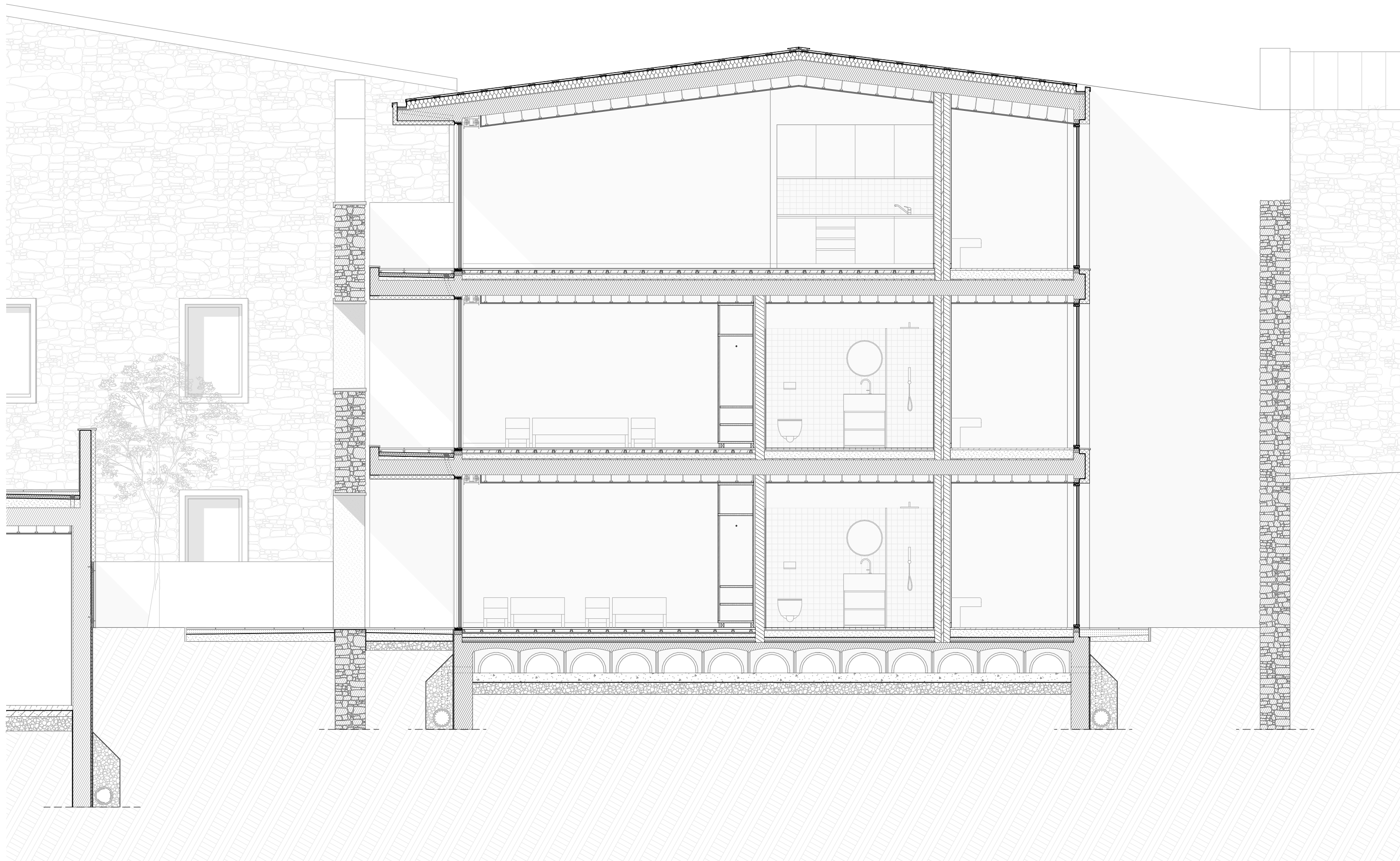
r.5 Hortas comunitárias

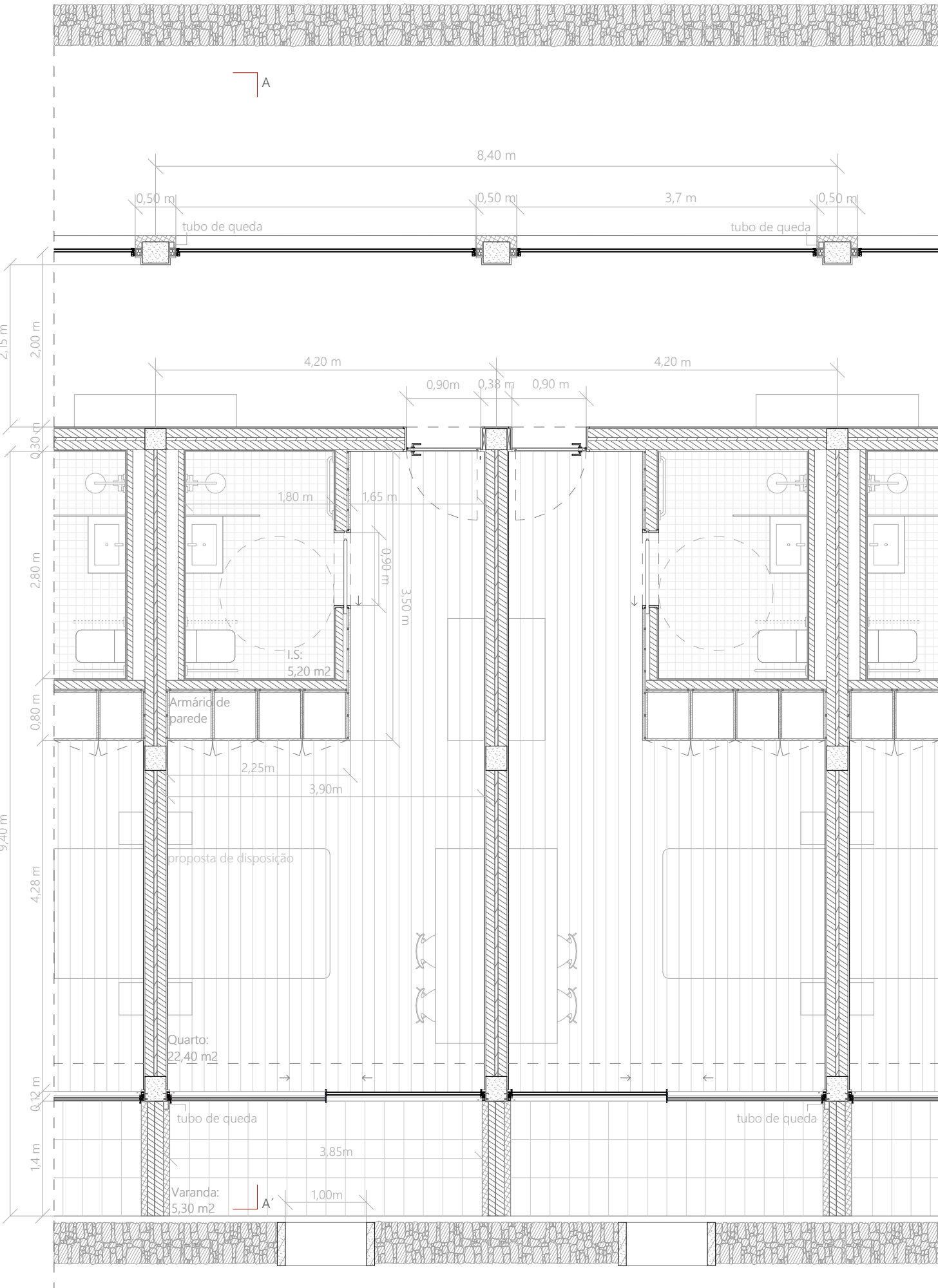
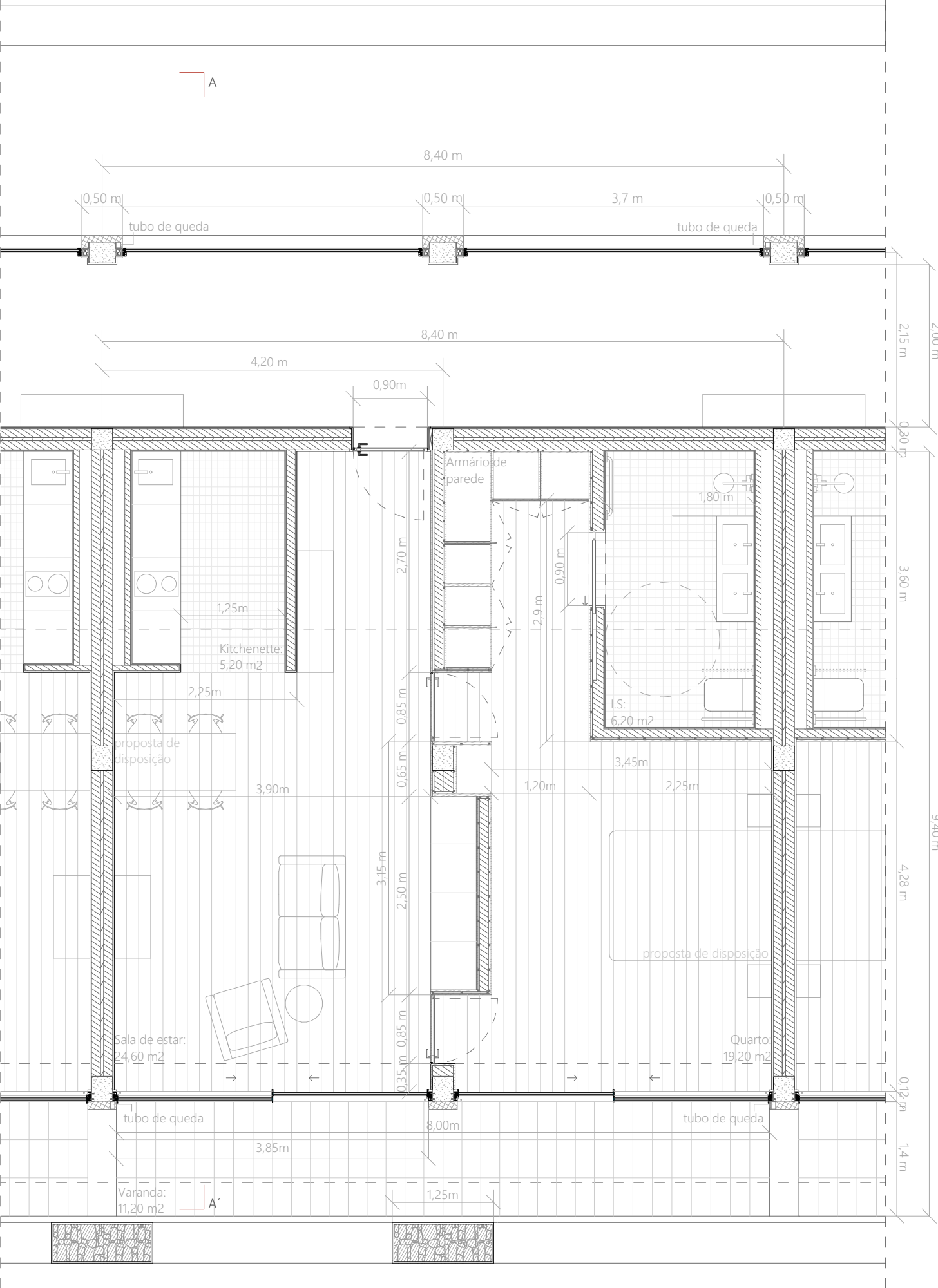
r.6. Cafeteria

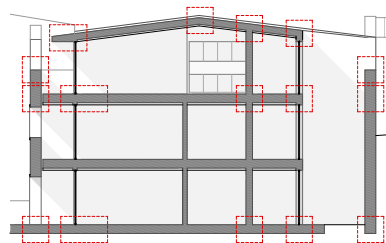








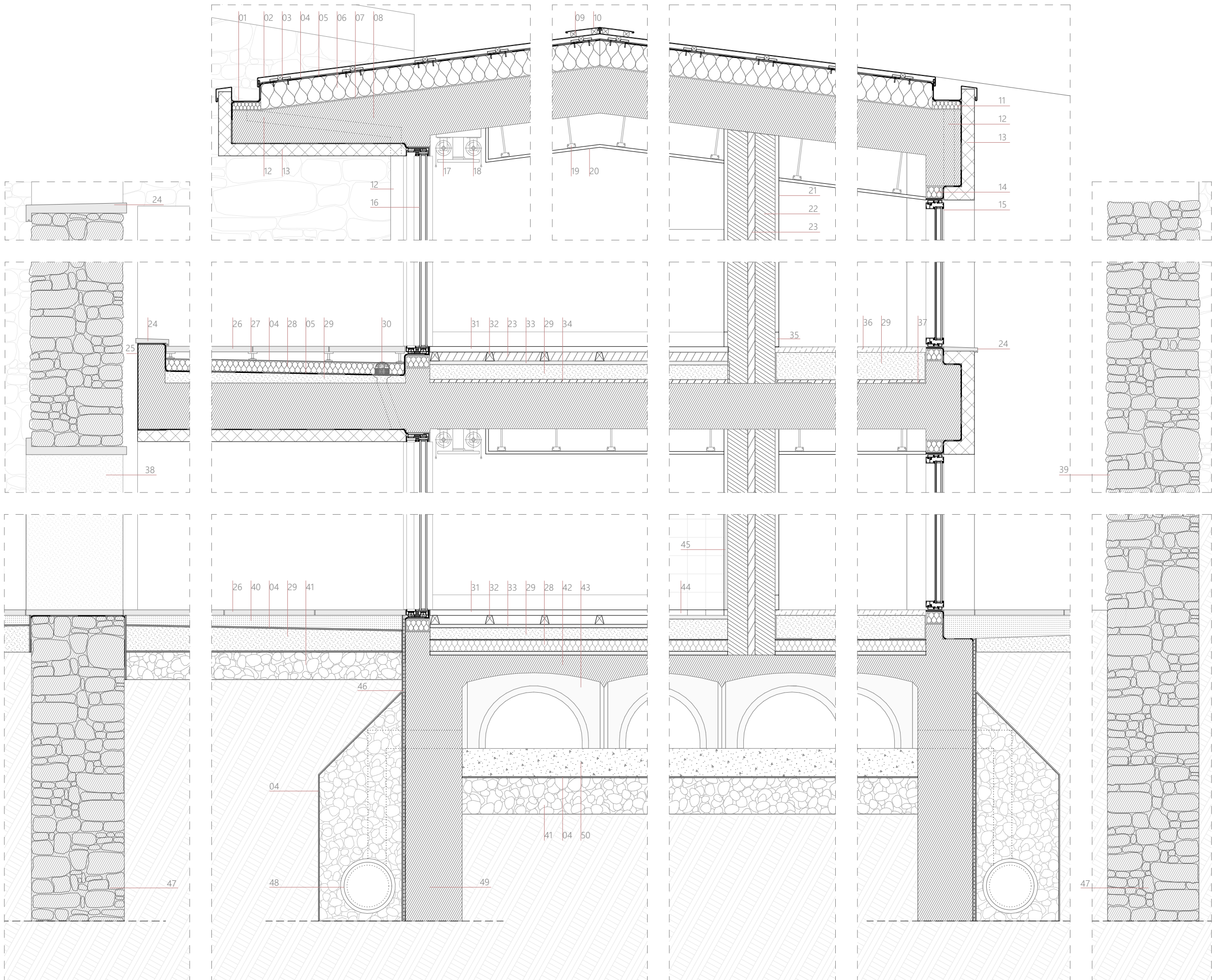


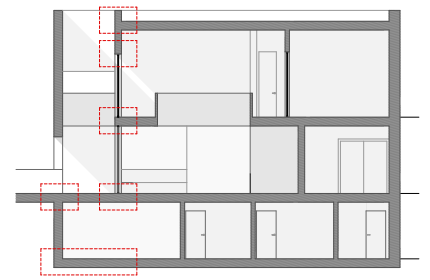
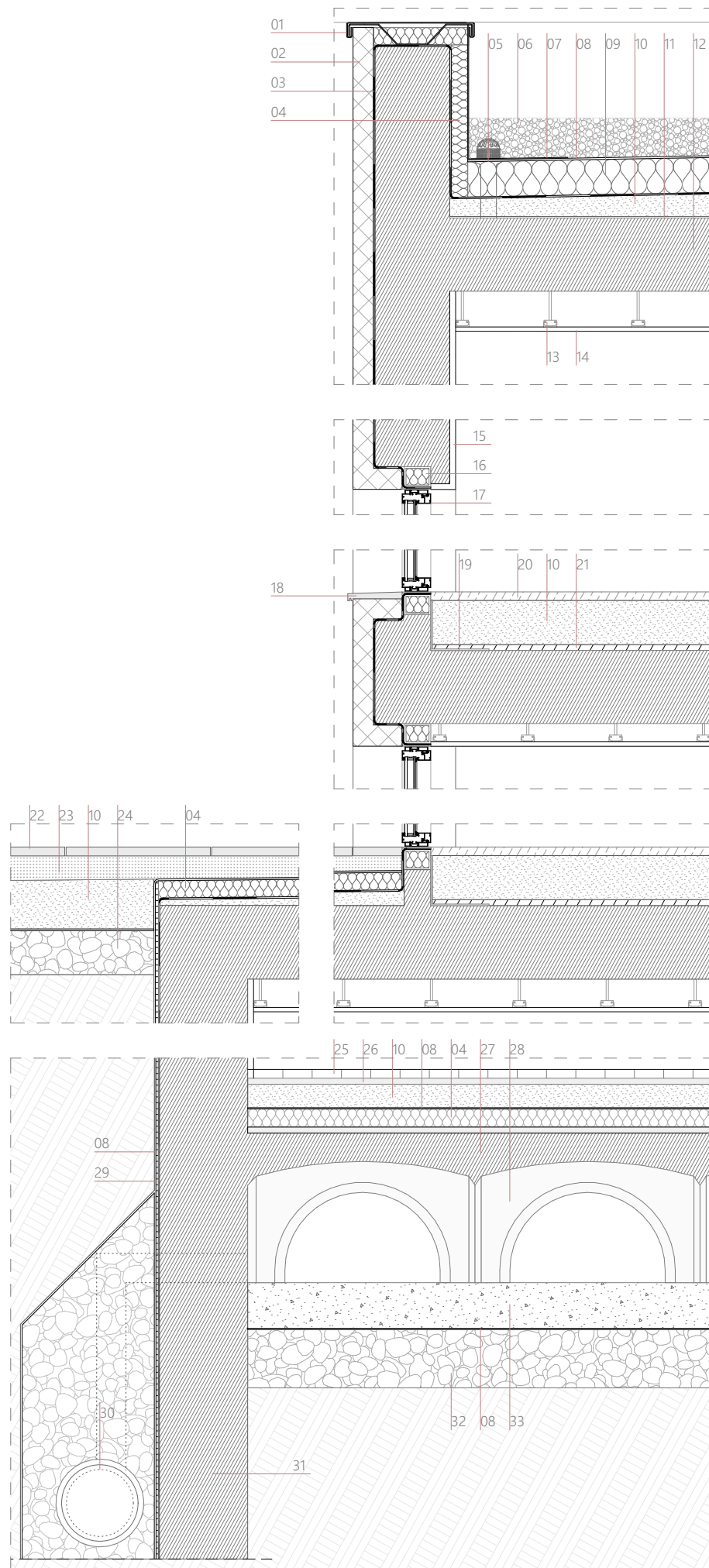


Detalhe construtivo ERPI.

Núcleo habitacional

01. caleira de zinco
02. cobertura em chapa de zinco (engatilhado duplo)
03. grampo de fixação em aço inox
04. tela geotêxtil
05. tela de impermeabilização
06. isolamento térmico 14 cm
07. barreira pára-vapor
08. laje inclinada de betão armado
09. grampo de fixação de cumeeira
10. cumeeira de zinco
11. isolamento térmico 4 cm
12. tubo de queda e escoamento das águas pluviais
13. fachada em sistema ETICS - reboco delgado sobre isolamento térmico
14. pré-aro metálico
15. caixilharia fixa em alumínio - Panoramah
16. caixilharia de correr em alumínio - Panoramah
17. estor de rolo "black-out"
18. estor de rolo "sunscreens"
19. calha para fixação de gesso cartonado
20. gesso cartonado
21. reboco
22. tijolo 11 cm
23. isolamento acústico - lã de rocha
24. pingadeira em pedra
25. chapa em zinco
26. lajetas de pedra de basalto - 24 cm x 45 cm
27. nivelador de pavimento
28. isolamento térmico 6 cm
29. betão leve
30. ralo de pinha (drenagem das águas pluviais)
31. soalho de madeira 30 mm
32. barrotes de fixação de soalho
33. regularização
34. tela de corte acústico
35. rodapé
36. betão afagado
37. cantoneira metálica
38. muro de basalto sul preexistente
39. muro de basalto norte preexistente
40. areia de assentamento de pavimento
41. brita
42. laje rés do chão sobre desvão sanitário
43. cofragem IGLU - sistema modular de polipropileno/PVC
44. revestimento cerâmico piso - 10 x 10 cm
45. revestimento cerâmico parede - 10 x 10 cm
46. tela pitonada
47. fundações de pedra - desenho representativo por não ter sido possível verificar as medidas das fundações
48. tubo de drenagem 30 cm
49. sapata estrutural em betão armado
50. massame de betão armado



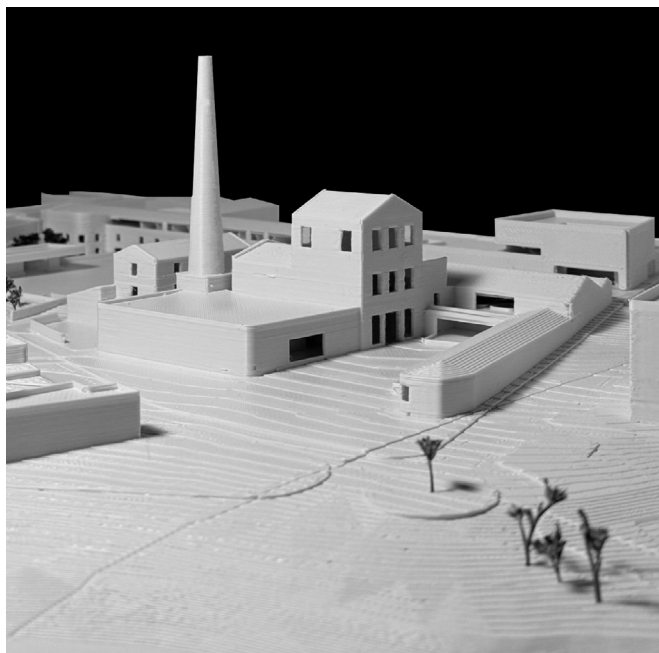


Detalhe construtivo ERPI. Novo volume. Corte-tipo.

Legenda:

- 01. rufo em zinco
- 02. fachada em sistema ETICS - reboco delgado sobre isolamento térmico
- 03. tela de impermeabilização
- 04. isolamento térmico 6 cm
- 05. ralo de pinha para drenagem das águas pluviais
- 06. godo
- 07. perfil de zinco para platibanda
- 08. tela geotêxtil
- 09. isolamento térmico 12 cm
- 10. betão leve
- 11. camada pára-vapor
- 12. laje de betão armado
- 13. calha para fixação de gesso cartonado
- 14. gesso cartonado
- 15. reboco
- 16. pré-aro metálico
- 17. caixilharia fixa em alumínio - Panoramah
- 18. pingadeira em pedra
- 19. cantoneira metálica
- 20. betão afagado
- 21. tela de corte acústico
- 22. lajetas de pedra de basalto
- 23. areia de assentamento de pavimento
- 24. brita
- 25. revestimento cerâmico piso - 10 x 10cm
- 26. regularização
- 27. laje rés do chão assente sobre desvão sanitário
- 28. cofragem IGLU - sistema modular de polipropileno/PVC
- 29. tela pitonada
- 30. tubo de drenagem 30 cm
- 31. sapata estrutural em betão armado
- 32. brita
- 33. massame de betão armado





Considerações finais

Desenhar, pensar e projetar esta intervenção constituiu um exercício de mediação entre o passado e o presente, um gesto de ressignificação numa missão de devolver a fábrica à Lagoa.

Estruturas de génese industrial, concebidas para programas produtivos específicos, enfrentam, frequentemente, o risco de obsolescência e abandono após o cessar da atividade. Torna-se imperativo refletir sobre o destino destes edifícios que, enquanto agentes de transformação do território, permanecem como pilares da memória coletiva.

Tornou-se evidente, desde cedo, a complexidade de delinear uma reabilitação capaz de mediar, constantemente, o equilíbrio entre a preservação rígida e a destruição cega. Intervir nesta preexistência foi, acima de tudo, um exercício de escuta e de compreensão das latências do lugar e da sua envolvente física e humana. O conhecimento do território revelou-se, por conseguinte, indispensável. O levantamento da fábrica, as visitas sucessivas, os registos fotográficos e a análise dos (escassos) documentos existentes permitiram construir uma base sólida. A partir desta leitura crítica, aliada a uma fundamentação teórica que orientou a prática projetual, emergiu um desenho consciente que pretende transfigurar a condição de ruína num espaço pertença.

Com esta dissertação pretendeu-se contribuir para a abertura de um conjunto de possibilidades e perspetivas para este complexo colossal que se ergue defronte do mar. Independentemente das decisões programáticas, das volumetrias a introduzir ou das demolições que se revelem necessárias, as futuras abordagens deverão reconhecer e respeitar o valor que este lugar encerra. O verdadeiro risco para a Fábrica do Álcool não está na sua transformação, mas sim na possibilidade de uma intervenção que lhe imponha um programa sem uso efetivo ou que conduza a uma completa alienação, afastando-a da comunidade que lhe deu sentido.

Mais do que preservar, importa reintegrar. Que este espaço seja devolvido aos lagoenses, aos micalenses e a todos os que a ilha acolhe, assumindo novamente um papel ativo no quotidiano local. Que a entidade responsável pela sua gestão reconheça a responsabilidade que detém e conduza uma proposta com consciência patrimonial e compromisso com a população.

Fontes e referências bibliográficas

Referências bibliográficas

- Amado Mendes, J. (2013). *Estudos do Património. Museus e Educação*. (2ª edição). Universidade de Coimbra.
- Aguar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Faup Publicações.
- Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento.
- Albergaria, I. S. (2013). *Na Forja da “Arquitectura Regional”. Entre o determinismo geográfico e as desinências nacionalistas: o caso açoriano*. Universidade dos Açores.
- Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. (1990) *1º Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Coimbra, Guimarães, Lisboa: 1986*. (vol. 2). Coimbra Editora.
- Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores.
- Cannatà, M. & Fernandes, F. (1999). *Construir no Tempo = Building upon time: Souto Moura, Rafael Moneo, Giorgio Grassi* (1ª ed). Estar.
- Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património* (T. Castro, trad., 2ª ed.). Edições 70, p. 260.
- Direção Regional da Cultura dos Açores. (2012). *Atas do Colóquio. Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*. Presidência do Governo Regional dos Açores e Direção Regional da Cultura.
- Douet, J. (Ed.). (2012). *Industrial heritage re-tooled: The TICCIH guide to industrial heritage conservation*. Carnegie Publishing.
- Gallego Roca, J. (2003). *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*. Universidad de Granada.
- Gutiérrez, R., Castro Morales, F., & Martín, M. (Coords.). (2001). *Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamérica y España*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía & Comares Editoria.
- Martins, A. (julho de 1998). *Ilhas de Azul e Verde*. Ribeiro & Caravana Editores.
- Matos, A. C., & Sales, T. B. (2018). *Conversando sobre património industrial e outras histórias: Palavras, espaços e imagens*. Edições UVA.
- Miranda, S. (1999). *O ciclo da Laranja e os gentlemen farmers da Ilha de S. Miguel (1780-1880)*. (2ª ed.). Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Moore, R., Ray, R., Hardwicke, A., & Stamp, G. (2000). *Building tate modern: Herzog & De Meuron transforming Giles Gilbert Scott*. Taste Gallery Publ.
- Moura, E. S. de, & Alves, L. F. (2013). *Convento das Bernardas: Tavira, Portugal*. Uzina books.
- Nemésio, V. (1983). *Corsário das Ilhas*. (2ª ed.). Livraria Bertrand, SARL.
- Oliveira, O. de. (2006). *Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitectura*. Romano Guerra & Editorial Gustavo Gili.

Rossi, A. (2001). *A Architectura da Cidade*. Edições Cosmos.

Ruskin, J. (1903). *The works of John Ruskin: Vol. 8. The seven lamps of architecture*. George Allen; Longmans, Green, and Co.

Siza Vieira, Á., Gregotti, V., & Costa, S. da. (2000). *Imaginar a evidência*. Edições 70.

Távora, F. (2015). *Da Organização do Espaço* (9.ª edição). FAUP Publicações.

Tostões, A., Silva, F. J., Caldas, J. V., Fernandes, J. M., Janeiro, M. L., Barcelos, N., & Mestre, V. (2000). *Arquitectura Popular dos Açores*. Ordem dos Arquitectos.

Zumthor, Peter (2006). *Atmospheres*. Birkhäuser Basel, Boston, Berlin.

Zumthor, Peter (2006). *Thinking Architecture*. Birkhäuser Basel, Boston, Berlin.

Publicações académicas:

Azevedo, H. M. (2017). *Uma ilha para a ilha: Reversão da Fábrica de Alcool da Lagoa, Ilha de São Miguel, Açores* [Dissertação de mestrado integrado, orientado pelo Professor Doutor Nuno Miguel Gomes Arenga da Cruz Reis, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura].

Castro, A. (2023). *The hidden geometry of the architecture of Herzog & de Meuron: Digital tools and design practice* [Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Dr. João Pedro Xavier, Professor Dr. José Miguel Rodrigues e Dr. Kai Strehlke].

Santos, C. F. da C. (s.d.). *Arquitecturas revisitadas: Secadores recreativos de Ponta Delgada — Reversão do complexo dos antigos secadores de tabaco de Ponta Delgada* [Dissertação de mestrado, orientada pela Professora Doutora Dulce Loução, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura].

Sousa, J. A. (2018). *Fundição da Calheta: Proposta de um lugar para o encontro na cidade — A importância do espaço lúdico para um sentimento de pertença* [Dissertação de mestrado integrado, orientada pelo Professor Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura].

Publicações periódicas:

Dias, F. S. (1995). *A importância da “economia da laranja” nos arquipélagos dos Açores durante o século XIX*, in (1995) *Arquipélago-História* vol. I, n. 2, Universidade dos Açores. P. 189–240.

Instituto Nacional de Estatística. (2025, 30 de setembro). *Projeções da população residente 2025-2100*. Instituto Nacional de Estatística.

Jornal *A Ilha*. (1948, 21 de fevereiro), nº 830.

Leal, J. (1997). *Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia* (1880-1940). Etnográfica.

Nemésio, V. (1929). *O Açoriano e os Açores*. Renascença Portuguesa.

Sousa Viterbo. (agosto e setembro de 1896). *Archeologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos. O Archeologo Português* (vol. II, números 8 e 9). Imprensa Nacional.

Documentos arquivísticos:

Direção da Sociedade Anónima de Destiladores Brasileiros. (São Paulo, 24 de novembro de 1904). *Carta a Direção da Sociedade Anónima de Destiladores Brasileiros. Assunto relativo a fabrico de alcóol a partir de batata doce* [carta a Chaves, J.A.; Diretor do Museu e Observatório de Ponta Delgada]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, PT/BPARPD/PSS/FAC/001-066 (cotas 1324–1326).

Bensaúde & Companhia de Ponta Delgada. (1882, 22 de março–20 de maio). *Processo de concessão de licença para a fundação de uma fábrica de destilação de líquidos alcoólicos, que se pretende estabelecer neste concelho em São Pedro, Lagoa* [documento técnico de 1882 sobre o pedido de licença da firma Bensaúde & C.^a para instalar uma fábrica de destilação alcoólica na Lagoa]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, PT/BPARPD/ACD/GCPDL/2^a REP/0004/00005 (cota 2729.5).

Debates e tertúlias:

Câmara Municipal da Lagoa. (2022, 18 de novembro). *Gente simples, memórias de afeto. A voz operária da Fábrica do Álcool da Lagoa* [tertúlia sobre investigação da indústria do álcool nos Açores, com um painel de antigos trabalhadores da Fábrica do Álcool - testemunhos]. Cineteatro Lagoense Francisco d'Amaral Almeida.

Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos. (2025, 22 de fevereiro). *Património Industrial em discussão nas antigas instalações da Fábrica do Álcool da Lagoa* [debate público acerca da reabilitação da antiga Fábrica do Álcool, promovido pela Ordem dos Arquitetos Secção Regional Açores]. Lagoa.

Webgrafia:

Açoriano Oriental. (2025, 23 de abril). *Lista de espera para lares nos Açores com 540 idosos*. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/lista-de-espera-para-lares-nos-aco-res-com-540-idosos-371181>. Consultado a 10 de setembro de 2025.

Rodrigues, S. (2025, 4 de fevereiro). *Lagoa avança com requalificação da frente marítima*. Açoriano Oriental. Consultado a 7 de março de 2026. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/lagoa-avanca-com-requalificacao-da-frente-maritima-367410>. Consultado a 1 de setembro de 2025.

Câmara Municipal da Lagoa. *Caracterização do concelho de Lagoa*. Lagoa Açores. Disponível em: <https://lagoa-aco-res.pt/menu/descobrir-visitator/concelho/caraterizacao>. Consultado a 10 de outubro de 2025.

Câmara Municipal da Lagoa. *Planos de ordenamento do território*. Lagoa Açores. <https://lagoa-aco-res.pt/menu/municipio/ordenamento-do-territorio/planos-de-ordenamento-do-territorio>. Consultado a 10 de outubro de 2025.

PORDATA. (2026). *População – Portugal*. [Página de estatísticas]. Consultado a 20 de fevereiro de 2026. Disponível em <https://retratos.europa.pordata.pt/populacao>. Consultado a 30 de setembro de 2025.

Ordem dos Arquitectos – Secção Regional dos Açores. (2026). *Relatório da proposta orientadora para a intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool*. Disponível em: https://ordemdosarquitectos.org/backend/uploads/Relatorio_da_Proposta_Orientadora_para_a_Intervencao_e_Requalificacao_da_Fabrica_do_Alcool_cab7e7c0d8.pdf. Consultado a 15 de fevereiro de 2026.

Rodrigues, S. (2025, 4 de fevereiro). *Lagoa avança com requalificação da frente marítima*. Açoriano Oriental. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/lagoa-avanca-com-requalificacao-da-frente-maritima-367410>. Consultado a 7 de março de 2026,

RTP Açores. (2025, 11 de março). *Projeto da frente marítima da Lagoa está em fase de apreciação*. Disponível em: <https://aco-res.rtp.pt/local/projeto-da-frente-maritima-da-lagoa-esta-em-fase-de-apreciacao/>. Consultado a 12 de setembro de 2025.

TICCIH (2003). Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial.

Créditos de imagens

Cap.1. O lugar

- [01.] Ilha de São Miguel, costa norte. 2022, fotografia do autor. [fotografia].
- [02.] Arquipélago dos Açores. Colagem do autor, desenvolvida a partir das imagens disponíveis em Google Earth (2024). [fotografia de satélite].
- [03.] Chegada dos primeiros povoadores a São Miguel. Disponível em: <https://www.destinazores.com/pt-pt/guia/pagina-guias/acoes/azr-17/> (consultado a 10 de dezembro de 2025) [pintura em azulejo].
- [04.] O arquipélago dos Açores. “Carta reducida y general de las islas de los Azores. Llamadas tambien de terceras.” Madrid. 1781. Disponível em: https://almamater.uc.pt/bib-geral/items?_p=1&_l=250&_t=gallery&o=date&language=spa&subject=Carta+na%CC%81utica (consultado a 10 de dezembro de 2025) [mapa histórico].
- [05.] O arquipélago dos Açores. “Carta reducida y general de las islas de los Azores. Llamadas tambien de terceras.” Madrid. 1781. Disponível em: https://almamater.uc.pt/bib-geral/items?_p=1&_l=250&_t=gallery&o=date&language=spa&subject=Carta+na%CC%81utica (consultado a 10 de dezembro de 2025) [mapa histórico].
- [06.] Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel. Disponível em: <https://www.futurismo.pt/blog/agua-d-alto/> (consultado a 12 de dezembro de 2025) [fotografia aérea].
- [07.] Farol do Arnel, ilha de São Miguel. Disponível em: <https://www.futurismo.pt/blog/farol-do-arnel-uncovering-the-mysteries-of-the-azores-oldest-beacon/> (consultado a 12 de dezembro de 2025) [fotografia aérea].
- [08.] Ilha de São Miguel. Disponível em: <https://ciencia.nasa.gov/ciencias-terrestres/san-miguel-azores/> (consultado a 7 de dezembro de 2025) [fotografia de satélite].
- [09.] Poço da Ribera do Ferreiro. Ilha das Flores, Açores, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [10.] Termas da Ferraria. Ilha de São Miguel, Açores, 2022. Fotografia do autor. [fotografia].
- [11.] Rocha dos Bordões. Ilha das Flores, Açores, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [12.] Miradouro de Santa Iria. Ilha de São Miguel, Açores, 2022. Fotografia do autor. [fotografia].
- [13.] Lagoa das Sete Cidades. Ilha de São Miguel, Açores, 2021. Fotografia do autor. [fotografia].
- [14.] Cratera da Montanha do Pico. Ilha do Pico, Açores, 2023. Fotografia de Marta Losada [fotografia].
- [15.] Erupção do Vulcão dos Capelinhos, ilha do Faial, 1957. Disponível em: <https://casasdocapelo.pt/2022/07/01/ultima-erupcao-vulcanica-ilha-do-faial/> (consultado a 2 de dezembro de 2025) [fotografia aérea].
- [16.] Romeiros, Ilha de São Miguel. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/12/05/fotogaleria/romeiros-sao-miguel-rezam-fotografam-412962#&gid=1&pid=1> (consultado a 20 de novembro de 2025) [fotografia].
- [17.] Quadro “Os Emigrantes”, Domingos Rebelo, 1926. Disponível em: <https://glosas.mpmp.pt/musica-entre-artes-11/> (consultado a 19 de dezembro de 2025). [pintura em óleo sobre tela].
- [18.] Mirante da época da laranja. Caloura, concelho da Lagoa, São Miguel, 2022. Disponível em: Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores*. P. 127. [fotografia].
- [19.] Mirante da época da laranja. Quinta da laranja, concelho da Lagoa, São Miguel, 2024. Disponível em: Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores*. P. 128. [fotografia].
- [20.] Fábrica do Álcool da Lagoa, ilha de São Miguel, s.d. Disponível em: Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores*. P. 286. [fotografia].
- [21.] Fábrica do Álcool de Santa Clara, ilha de São Miguel. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/espacodearquitectura_o-coletivo-mova-movimento-pela-arte-e-cultura-activity-7313123168821374977-h5xz/?originalSubdomain=pt (consultado a 3 de janeiro de 2026). [fotografia].

[22.] Fábrica do Álcool da Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto/54da66d7e58ecec72f000028-arquipelago-nil-contemporary-arts-centre-menos-e-mais-arquitectos-joao-mendes-ribeiro-arquitecto-image?next_project=no (consultado a 5 de janeiro de 2026). [fotografia].

[23.] Cidade da Lagoa, ilha de São Miguel, s.d. Disponível em: https://lagoa-acoreshpt/menu/descobrir-visitar/concelho/locais_interesse (consultado a 7 de janeiro de 2026). [fotografia].

[24.] Porto dos Carneiros, Lagoa, ilha de São Miguel, s.d. Disponível em: Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores. P. 42. [fotografia].

[25.] Fábrica do Álcool da Lagoa, 2022. Disponível em: Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores. P. 292. [fotografia].

[26.] Cidade da Lagoa, 2024. Disponível em Google Earth (2024). [fotografia de satélite].

[27.] Cidade da Lagoa com mancha do construído. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].

[28.] Implantação da Fábrica do Álcool. Colagem do autor a partir de Google Earth 2024.

[29.] Casa do Guarda Fiscal, fachada norte. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[30.] Casa do Guarda Fiscal, fachada nascente. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[31.] Oficina Geral, fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[32.] Oficina Geral, fachada poente (à esquerda) e muro do limite do lote da fábrica (à direita). 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[33.] Oficina Geral, fachada nascente. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[34.] Edifício da chaminé, fachada nascente. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[35.] Edifício da chaminé e as suas difernetes altimetrias. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[36.] Edifício da chaminé, fachada poente. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[37.] Edifício da chaminé, fachada poente dos espaços de direção, escritório, laboratório e portaria. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[38.] Edifício da chaminé, fachada norte. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[39.] Edifício da chaminé, fachada poente. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[40.] Edifício da chaminé, tinhas de fermentação. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[41.] Edifício da chaminé, perspectiva interior. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[42.] Edifício da chaminé, perspectiva interior. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[43.] Casa do Operário, fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[44.] Casa do Operário, fachada norte (esquerda) e fachada poente (direita). 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[45.] Casa do Operário, relação com a chaminé. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[47.] Armazém de materiais, fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[48.] Armazém de materiais, aproximação da fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[49.] Armazém de materiais, aproximação da fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[50.] Armazém de materiais, pespetiva interior. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[51.] Depósito de enchimento de álcool e granel, fachada sul, pedra em basalto. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[52.] Depósito de enchimento de álcool e granel, fachada sul, pedra em basalto. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[53.] Depósito de enchimento de álcool e granel, ritmo das aberturas da fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[54.] Depósito de enchimento de álcool e granel, fachada sul. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[55.] Depósito de enchimento de álcool e granel, relação com a fachada norte do edifício da oficina geral. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[56.] Depósito de enchimento de álcool e granel, tanque exterior de álcool. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

- [57.] Depósito de enchimento de álcool e granel, tanques depósito de álcool (5 tanques). 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [58.] Depósito de enchimento de álcool e granel, tanques depósito de álcool (5 tanques). 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [59.] Alçado do projeto de 1882 para a Fábrica do Álcool. Disponível em: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. [desenho de projeto].
- [60.] Alçado nascente atual do edifício da chaminé. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [61.] Implantação do projeto de 1882 para a Fábrica do Álcool. Disponível em: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. [desenho de projeto].
- [62.] Implantação atual. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [63.] Evolução da envolvente e do lugar. 1882. Elaborado a partir de planta de 1882. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [64.] Evolução da envolvente e do lugar. 1888. Elaborado a partir de fontes escritas. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [65.] Evolução da envolvente e do lugar. 1955. Elaborado a partir de fotografia aérea de 1955 (em anexos). Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [66.] Evolução da envolvente e do lugar. Janeiro de 1996. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 1996 (Câmara Municipal da Lagoa). Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [67.] Evolução da envolvente e do lugar. Abril de 2024. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 2011 (Câmara Municipal da Lagoa) e Google Earth. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [68.] Evolução da envolvente e do lugar. Abril de 2025. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 2011 (Câmara Municipal da Lagoa) e Google Earth. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [69.] Transformações da implantação e volumetria. Elaborado a partir de fotografia aérea de 1955 e de antigas plantas (em anexos). Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [70.] Transformações da implantação e volumetria. Janeiro de 1996. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 1996 (Câmara Municipal da Lagoa) e de antigas plantas (em anexos). Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [71.] Transformações da implantação e volumetria. Abril de 2025. Elaborado a partir do Plano Diretor Municipal de 2011 (Câmara Municipal da Lagoa) e Google Earth. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [72.] Vista 1. Alçado nascente do edifício da chaminé s.d. Colagem do autor, desenvolvida a partir de fotografia disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [73.] Vista 2. Terreno a nascente da fábrica com armazém e espaço de criação de gado (da esquerda para a direita), s.d. Colagem do autor, desenvolvida a partir de fotografia disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [74.] Vista 3. Tanques de combustível, s.d. Colagem do autor, desenvolvida a partir de fotografia disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [75.] Vista 4. Terreno a nascente da fábrica com silos, armazém e espaço de criação de gado (da esquerda para a direita), s.d. Colagem do autor, desenvolvida a partir de fotografia disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [76.] Inauguração da Casa do Operário. 1947. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [77.] Refeitório da Casa do Operário s.d. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [78.] Cozinha da Casa do Operário s.d. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [79.] Banheiros da Casa do Operário s.d. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [80.] Banda de música da unidade fabril, 1963. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [81.] Juniores do Clube Operário Desportivo, 1963. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [82.] Fábrica do Álcool, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

Cap. 2. O património industrial

[83.] Fábrica do Álcool, s.d. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[84.] O que resta da cobertura da Casa do Operário, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[85.] Cobertura em ruínas. Interior do edifício da chaminé, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[86.] Interior balneários. Interior da Casa do Operário, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[87.] A degradação do que resta das asnas das tinas de fermentação, 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[88.] Fábrica da Mitsubishi dedicada à construção de tanques em desuso após o fim da Segunda Guerra Mundial, 1946. Disponível em: <https://rarehistoricalphotos.com/tank-production-ww2/> (consultado a 2 de fevereiro de 2026). [fotografia].

[89.] “I’ve found the job where I fit best!”. Cartaz da II Guerra Mundial, 1943. Disponível em: <https://www.1stdibs.com/buy/vintage-agricultural-poster/> (consultado a 3 de fevereiro de 2026). [fotografia de cartaz].

[90.] Visita do Ministro das Comunicações aquando a inauguração da Casa do Operário. 1947. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[91.] Evento de distribuição de diplomas para os trabalhadores (júniors). 1964. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[92.] Serão para trabalhadores. Outubro de 1962. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[93.] Serão para trabalhadores . Outubro de 1962. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[94.] Visita do sub-secretário de Estado da Indústria. Outubro de 1967. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[95.] Serão para trabalhadores . Outubro de 1962. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[96.] Visita do Ministro da Economia. Outubro de 1965. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[97.] Evento de distribuição de diplomas para os trabalhadores (júniors). 1964. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[98.] Evento de distribuição de diplomas para os trabalhadores (júniors). 1964. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[99.] Visita do Ministro das Obras Públicas. S.d. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].

[100.] Palácio das Cortes (Lisboa, 1875). Instalado no antigo Mosteiro de São Bento da Saúde. Disponível em: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2019/11/mosteiro-de-s-bento-da-saude-ou-dos.html> (consultado a 3 de março de 2026). [fotografia].

[101.] Fábrica de Cortiça Robinson (Portalegre, 1944). Instalada no antigo Convento de São Francisco. Disponível em: <https://restosdecolecção.blogspot.com/2011/05/fabrica-robinson-de-cortica.html> (consultado a 4 de março de 2026). [fotografia].

[102.] Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (Coimbra, final da década de 70). Instalado sobre o antigo Convento de São Francisco. Disponível em: <https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/tag/f%C3%A1brica+de+lanif%C3%ADcio+s+de+santa+clara> (consultado a 4 de março de 2026). [fotografia].

[103.] Fábrica do Açúcar, ilha de S. Miguel, 2021. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sinaga/> (consultado a 10 de março de 2026). [fotografia].

[104.] Fábrica da Baleia de São Vicente Ferreira, ilha de São Miguel, s.d. Disponível em: <https://aska.nu/valfabriken.html> (consultado a 10 de março de 2026). [fotografia].

[105.] Fábrica da Chemina, Alenquer, 2020. Disponível em: <https://www.radioalenquer.pt/apresentacao-do-projeto-da-chemina-adiada-ate-outubro/> (consultado a 10 de março de 2026). [fotografia].

[106.] Fábrica Robinson, Portalegre. Preparação e transformação de cortiça, s.d. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Conjunto_constitu%C3%ADdo_pela_Igreja_e_antigo_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_e_F%C3%A1brica_Robinson (consultado a 10 de março de 2026). [fotografia].

[107.] Fábrica Da Efanor, Senhora da Hora. Indústria de fiação e tecelagem de algodão, s.d. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/places/ruins-of-the-old-efanor-factory> (consultado a 10 de março de 2026). [fotografia].

[108.] Postal da Lagoa das Sete Cidades, vista do rei, meados do século XX. Disponível em: <https://www.culturacores.azores.gov.pt/patrimonio/ver.aspx?id=82> (consultado a 20 de março de 2026). [postal].

[109.] Porto dos Carneiros, freguesia do Rosário, Lagoa, ilha de S. Miguel, meados do século XX. Disponível em: (consultado a 20 de março de 2026). [postal].

Cap. 3. A proposta

[110.] Rua interna de ligação entre os diferentes volumes da antiga fábrica. SESC Pompeia. 2025. Fotografia de Rita Mendes Paralvas. [fotografia].

[111.] Nova intervenção. SESC Pompeia. 2025. Fotografia de Joana Chaves. [fotografia].

[112.] Nova intervenção. SESC Pompeia. 2025. Fotografia de Joana Chaves. [fotografia].

[113.] Aproximação. Transições entre os dois novos corpos. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].

[114.] Alçado norte, 2000. Margherita Spiluttini. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2025/01/06/tate-modern-herzog-de-meuron-21-century-most-significant-buildings-2000/> (consultado a 7 de maio de 2026). [fotografia]. (consultado a 7 de maio de 2026). [fotografia].

[115.] Aproximação. Alçado norte, s.d. Javier Gutierrez Marcos. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/795096/classicos-da-arquitetura-museu-tate-modern-herzog-and-de-meuron/5227fd89e8e44e5a6100003b-ad-classics-the-tate-modern-herzog-and-de-meuron-photo?next_project=no (consultado a 7 de maio de 2026). [fotografia].

[116.] Turbine Hall. 2000. Margherita Spiluttini. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2025/01/06/tate-modern-herzog-de-meuron-21-century-most-significant-buildings-2000/> (consultado a 7 de maio de 2026). [fotografia].

[117.] Turbine Hall. Galerias suspensas. 2000. Margherita Spiluttini. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2025/01/06/tate-modern-herzog-de-meuron-21-century-most-significant-buildings-2000/> (consultado a 7 de maio de 2026). [fotografia].

[118.] Maquete, aproximação chaminé. Fotografia do autor [fotografia].

[119.] Esquissos de processo. Desenho do autor [esquisso].

[120.] Fábrica Hoffmann, Benhar, Nova Zelândia, 2021. Disponível em: https://www.heritage.org.nz/list-details/5179/McSkimming_Hoffman_Kiln (consultado a 20 de março de 2026). [fotografia].

[121.] Olaria Hoffmann, China, estado prévio à intervenção. 2022, Qingyan Zhu. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991983/renovacao-da-olaria-hoffmann-hcch-studio> (consultado a 22 de março de 2026). [fotografia].

[122.] Olaria Hoffmann, China, estado prévio à intervenção. 2022, Qingyan Zhu. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991983/renovacao-da-olaria-hoffmann-hcch-studio> (consultado a 22 de março de 2026). [fotografia].

[123.] Olaria Hoffmann, China. Exterior da fábrica reabilitada. 2022, Qingyan Zhu. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991983/renovacao-da-olaria-hoffmann-hcch-studio> (consultado a 22 de março de 2026). [fotografia].

[124.] Olaria Hoffmann, China. Interior da fábrica reabilitada. 2022, Qingyan Zhu. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991983/renovacao-da-olaria-hoffmann-hcch-studio> (consultado a 22 de março de 2026). [fotografia].

[125.] Olaria Hoffmann, China. Interior da fábrica reabilitada. 2022, Qingyan Zhu. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991983/renovacao-da-olaria-hoffmann-hcch-studio> (consultado a 22 de março de 2026). [fotografia].

[126.] Museu da Indústria Baleeira, São Roque do Pico. Disponível em: <http://www.museu-pico.azores.gov.pt/museu/museu-da-industria-baleeira/> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].

[127.] Sala das autoclaves, São Roque do Pico. Disponível em: <http://www.museu-pico.azores.gov.pt/museu/museu-da-industria-baleeira/> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].

[128.] Cais de São Roque, ilha do Pico. 1958, Alexandre Barbosa. Disponível em: <https://www.caisdopico.pt/2017/05/como-nasceu-fabrica-da-baleia-de-sao.html> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].

[129.] Fábrica da Baleia do Boqueirão, Santa Cruz, ilha das Flores. Disponível em: <https://www.museu-flores.azores.gov.pt/museu/museu-da-fabrica-da-baleia-do-boqueirao/> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].

[130.] Museu da Fábrica da Baleia do Porto Pim, ilha do Faial. Disponível em: <https://www.oma.pt/fabrica.php> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].

- [131.] Interior do Museu da Fábrica da Baleia do Porto Pim, ilha do Faial. Disponível em: <https://www.oma.pt/fabrica.php> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].
- [132.] Contemporary Art Gallery PLATO. KWK Promes. Ostrava, República Checa, 2022. Juliusz Sokołowski. Disponível em: <https://www.archdaily.com/1015028/plato-contemporary-art-gallery-kwk-promes> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].
- [133.] Centro de Artes do Carnaval. José Neves. Torres Vedras, 2020. Paulo Catrica. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/983269/centro-de-artes-do-carnaval-jose-neves> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].
- [134.] Vidago Palace. Álvaro Siza. Chaves, 2010. Duccio Malagamba. Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/ampliacion-del-hotel-vidago-palace-7> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].
- [135.] MIEC + MMAP. Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura. Santo Tirso, 2012. João Morgado. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].
- [136.] MIEC + MMAP. Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura. Santo Tirso, 2012. João Morgado. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> (consultado a 25 de março de 2026). [fotografia].
- [137.] Chaminé. Vista a partir da Rua da Fábrica. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [138.] Chaminé e Casa do Operário. Vista a partir da Rua da Fábrica. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [139.] Edifício da chaminé. Vista a partir do portão. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [140.] Fronteira visual: o mar obstruído pela preexistência dos muros e da casa do guarda fiscal. 2025. Fotografia do autor. [fotografia].
- [141.] Planta do existente. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [142.] Implantação do projeto. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [143.] O existente. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [144.] A demolir (amarelo). Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [145.] A construir (vermelho). Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [146.] Colagem do autor.
- [147.] Colagem do autor.
- [148.] Exposição permanente - corte pelas tinas de fermentação. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [149.] Tinas de fermentação, Edifício da Chaminé. Disponível em: *Álbum de Memórias da Fábrica do Álcool*, Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira, Lagoa [fotografia].
- [150.] Colagem do autor.
- [151.] Corte transversal mercado. Desenho vetorial do autor. [desenho rigoroso].
- [152.] Pátio central, Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, Fernando Távora. 2018, Carolina Delgado. Disponível em: <https://carolinadelgado.pt/mercado-santa-maria-feira> (consultado a 15 de abril de 2026). [fotografia].
- [153.] Pala, Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, Fernando Távora. Disponível em: <https://docomomoiberico.com/edificios/mercado-municipal-de-santa-maria-da-feira/> (consultado a 15 de abril de 2026). [fotografia].
- [154.] Colagem do autor.
- [155.] Ligações entre os silos existentes. Ampliação Museu Küppersmühle, Herzog & de Meuron. 2021, Simon Menges. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/969336/ampliacao-museu-kuppersmuhle-herzog-and-de-meuron> (consultado a 16 de abril de 2026). [fotografia].
- [156.] Ligações entre os silos existentes. Ampliação Museu Küppersmühle, Herzog & de Meuron. 2021, Simon Menges. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/969336/ampliacao-museu-kuppersmuhle-herzog-and-de-meuron> (consultado a 16 de abril de 2026). [fotografia].
- [157.] Colagem do autor.
- [158.] Casa em Moledo, Eduardo Souto de Moura. Disponível em: (consultado a 15 de abril de 2026). [fotografia].
- [Folha 1] Planta da Lagoa. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 2] Planta do existente. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 3] Implantação do projeto. Desenho vetorial do autor.

- [Folha 4] Alçado nascente. Corte AA'. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 5] Planta Piso -1 (cota 7,5). Desenho vetorial do autor.
- [Folha 6] Corte BB'. Alçado sul. Corte CC'. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 7] Planta Piso 0 (cota 10,5). Desenho vetorial do autor.
- [Folha 8] Corte DD'. Corte EE'. Corte FF'. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 9] Planta Piso 1 (cota 13,3). Desenho vetorial do autor.
- [Folha 10] Corte GG'. Corte HH'. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 11] Planta Piso 2 (cota 16,3). Desenho vetorial do autor.
- [Folha 12] Corte II'. Corte JJ'. Corte KK'. Alçado sul ERPI. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 13] Planta Piso torre (cota 23,5). Desenho vetorial do autor.
- [Folha 14] Corte AA'. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 15] Planta módulo apartamento e quarto ERPI. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 16] Detalhe construtivo 1. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 17] Detalhe construtivo 2. Desenho vetorial do autor.
- [Folha 18] Maquete. Fotografias do autor [fotografias].

II.

Anexos

1. Documentação histórica	3
1.1 Fotografias e peças desenhadas	5
2. O existente	17
2.1 Registo fotográfico da envolvente	19
2.2. Registo fotográfico da fábrica	27
2.3. Desenhos de levantamento	39
3. O projeto	51
3.1. Mapa de áreas	53
3.2. Desenhos de vermelhos e amarelos	55

1. Documentação histórica

1.1 Fotografias e peças desenhadas



[01.] Fotografia aérea. 1955. Disponível em: Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa. (2025). *Os 500 anos do concelho da Lagoa - Álbum de Memórias*. Câmara Municipal da Lagoa e Museu da Lagoa – Açores. P. 287.

[02.] Alçado da Fábrica do Alcool.
1882, in: Bensaúde & Companhia de
Ponta Delgada. (1882, 22 de março-20
de maio). *Processo de concessão de
licença para a fundação de uma fábrica
de destilação de líquidos alcoólicos, que
se pretende estabelecer neste concelho
em São Pedro, Lagoa* [documento
técnico de 1882 sobre o pedido de
licença da firma Bensaúde & C.^a para
instalar uma fábrica de destilação
alcoólica na Lagoa]. Biblioteca
Pública e Arquivo Regional de Ponta
Delgada, PT/BPARPD/ACD/GCPDL/2^a
REP/0004/00005 (cota 2729.5).



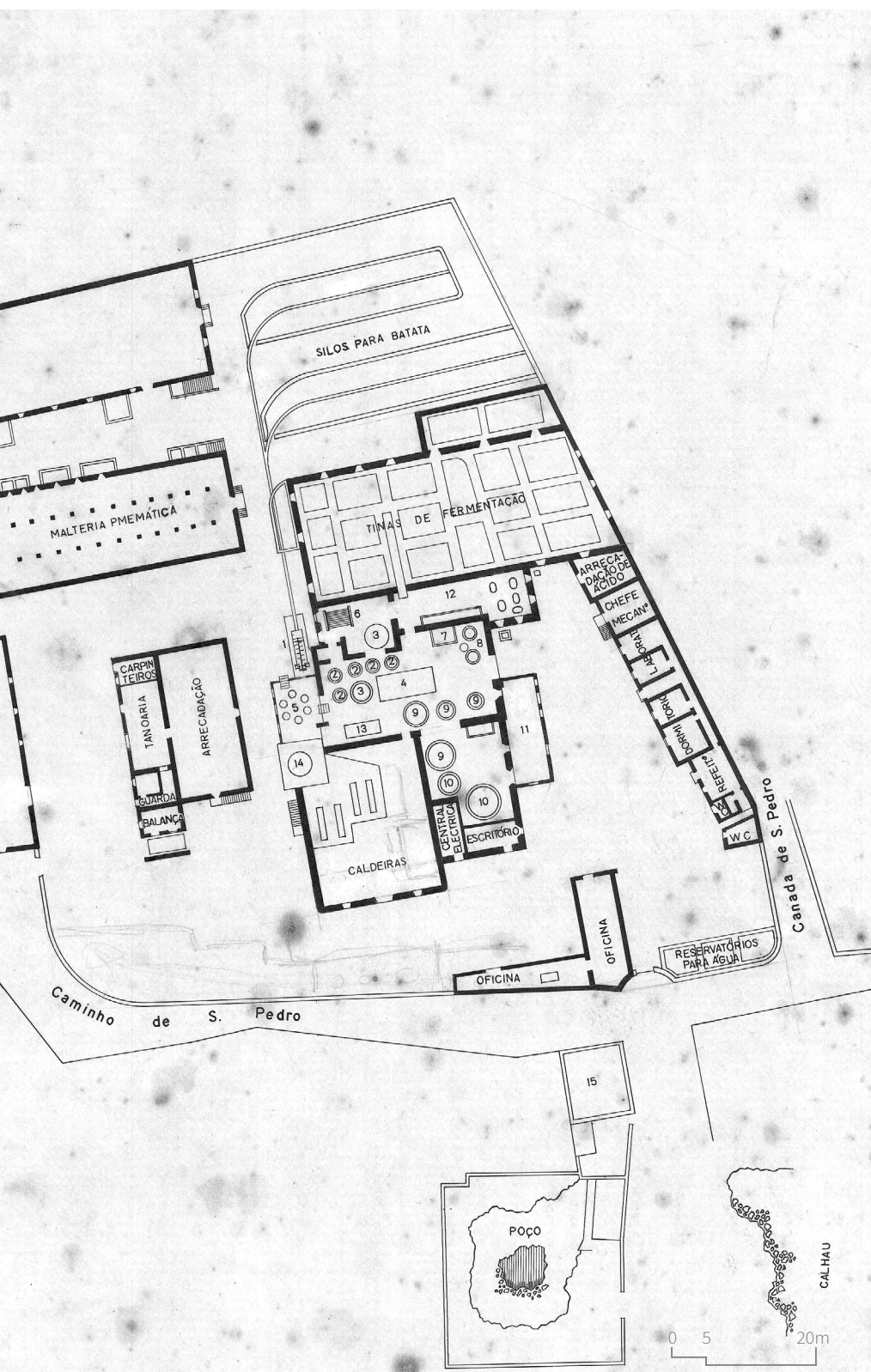


[03.] Planta de implantação da Fábrica do Álcool. 1882 in: Bensaúde & Companhia de Ponta Delgada. (1882, 22 de março–20 de maio). Processo de concessão de licença para a fundação de uma fábrica de destilação de líquidos alcoólicos, que se pretende estabelecer neste concelho em São Pedro, Lagoa [documento técnico de 1882 sobre o pedido de licença da firma Bensaúde & C.^a para instalar uma fábrica de destilação alcoólica na Lagoa]. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, PT/BPARPD/ACD/GCPDL/2^a REP/0004/00005 (cota 2729.5).

Escala 1:400

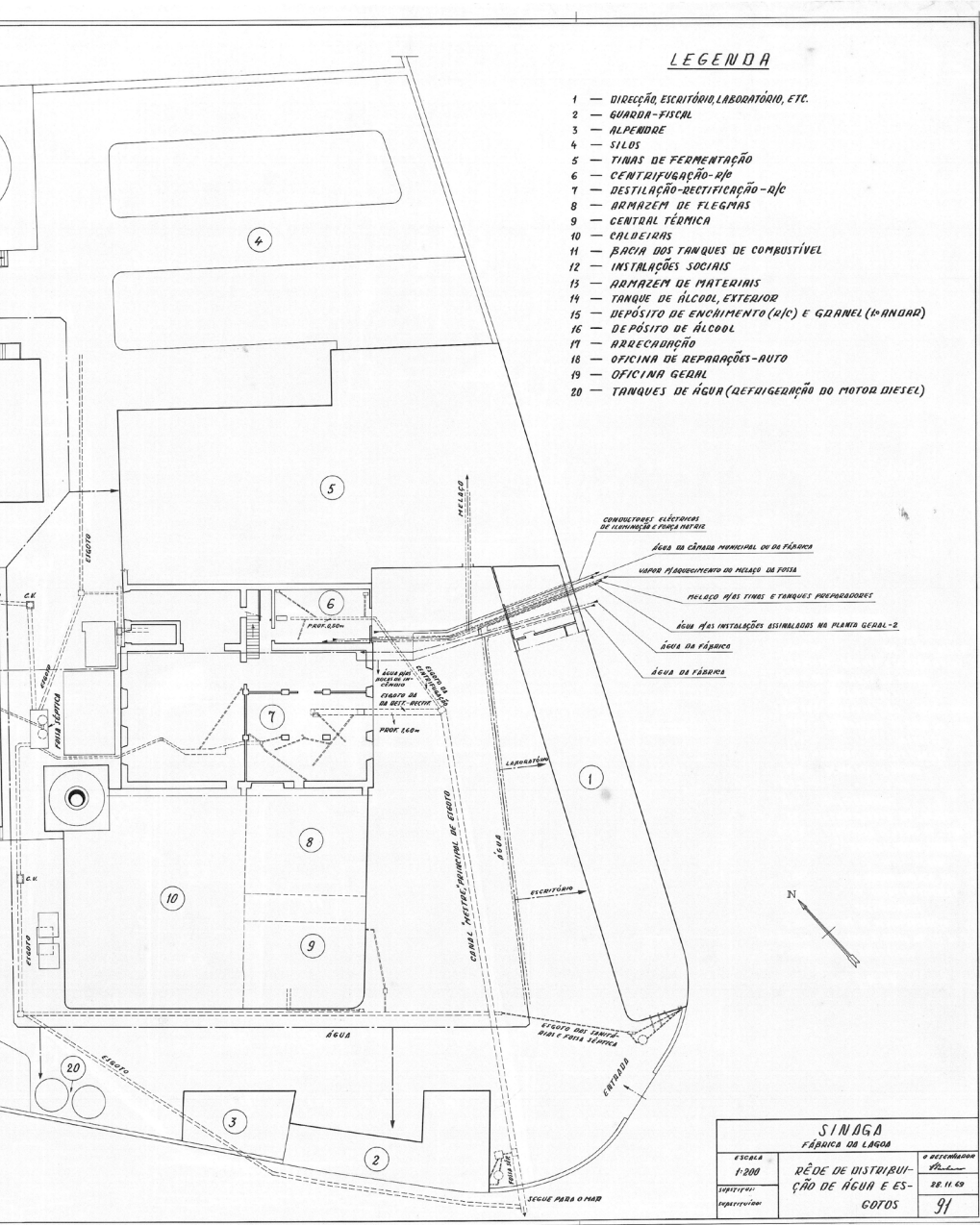


- 1- Lavador
- 2- Cozedores de batata (autoclaves)
- 3- Sacarificadores
- 4- Tanque para mosto
- 5- Cozedores - Sacarificadores Kruger
- 6- Refrigerantes
- 7- Tanque para mosto a destilar
- 8- Distiladores
- 9- Rectificadores
- 10- Depósitos de alcool para rectificar
- 11- Casa de preparação de fermentos
- 12- " " " " "
- 13- Motor a vapor
- 14- Chaminé

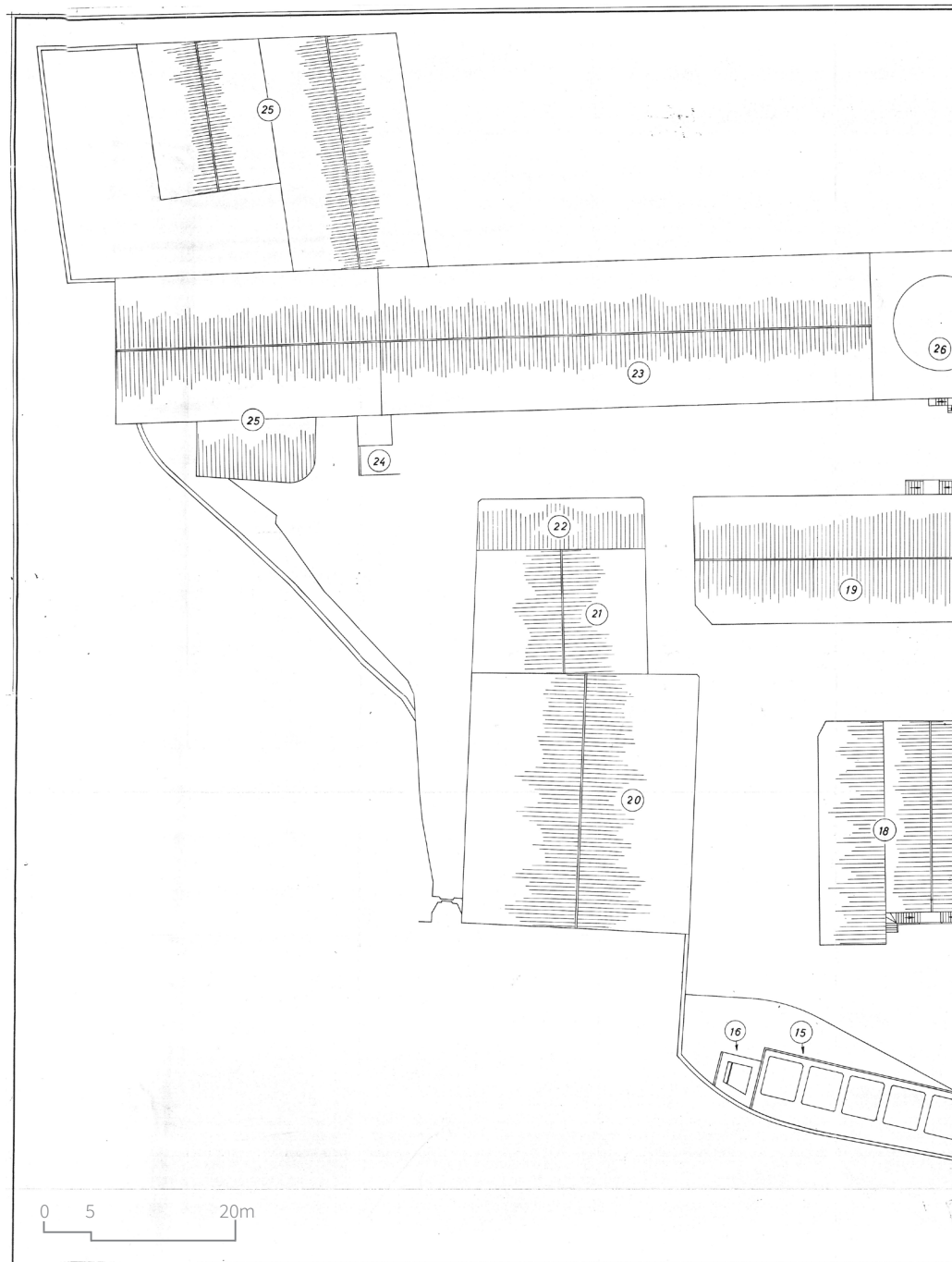


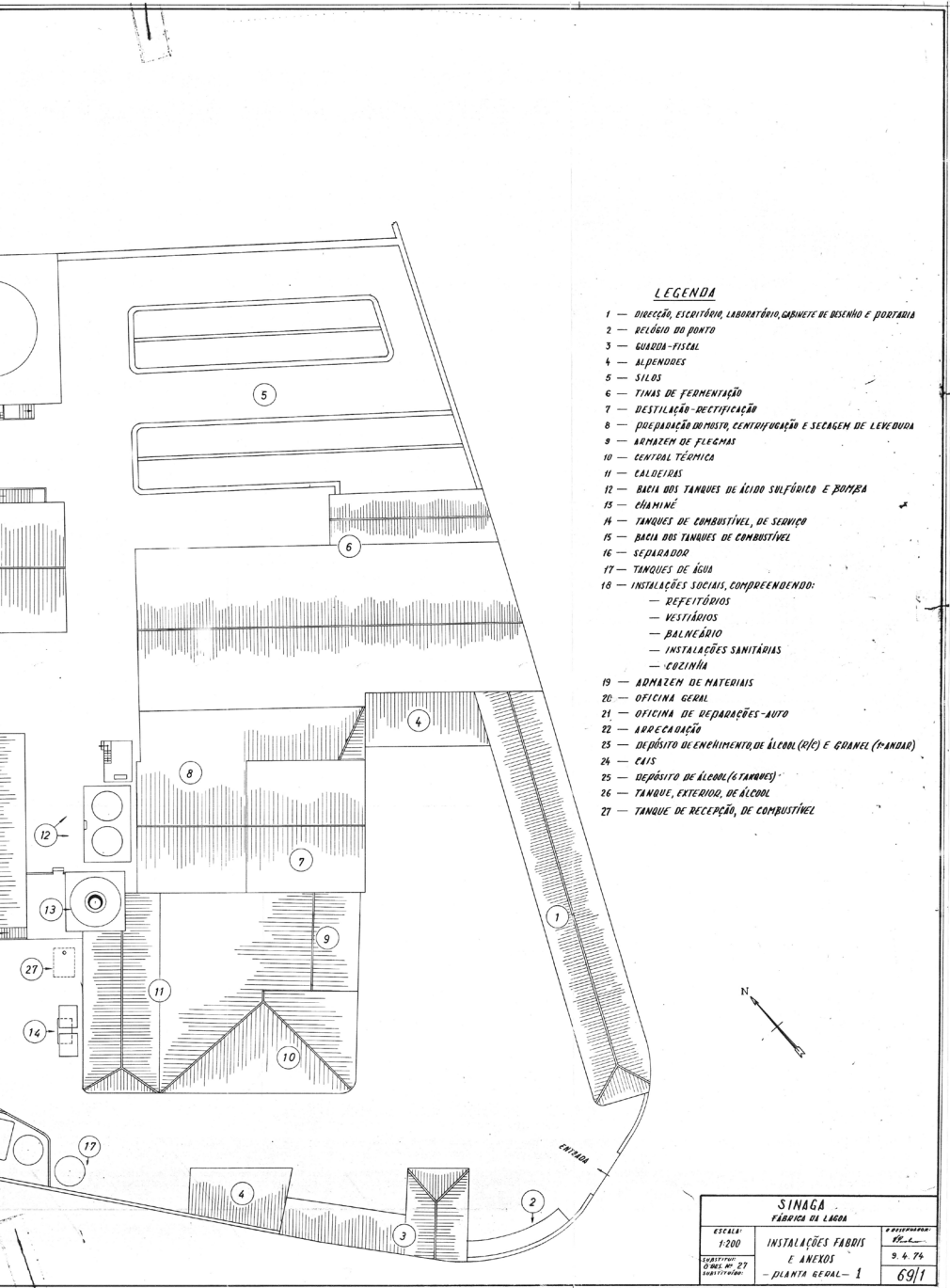
[04.] Planta da Fábrica do Álcool (s.d. possivelmente da década de 50). Disponível em: Arquivo Museu Carlos Machado, Ponta Delgada.





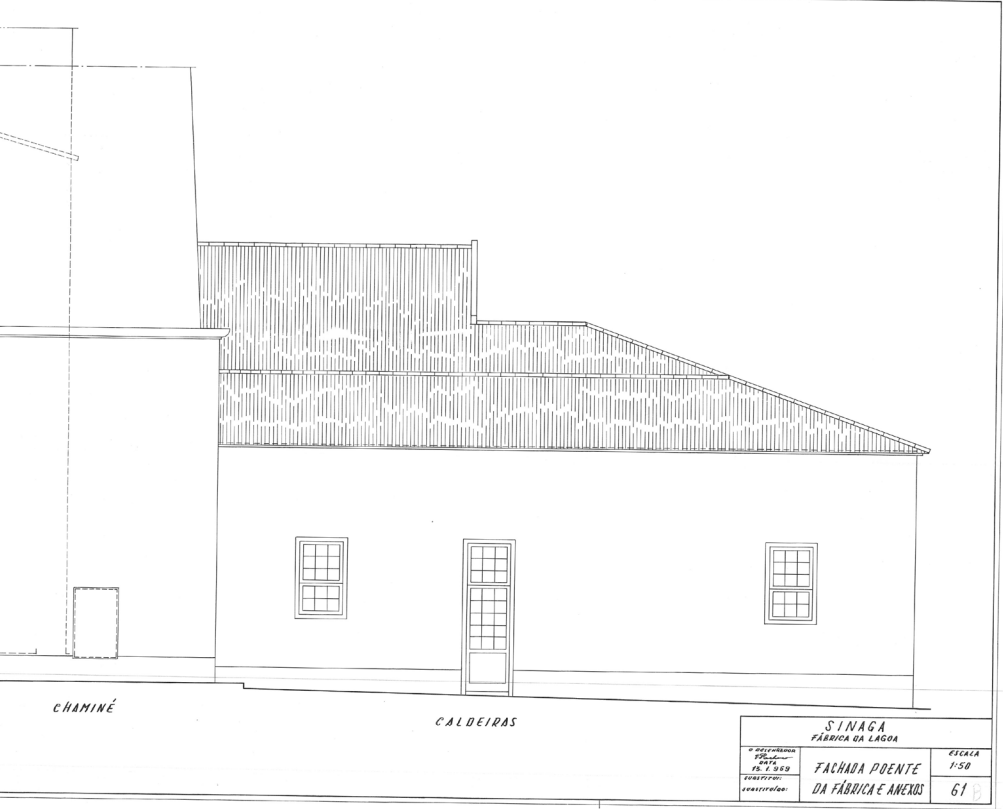
[05.] Planta da Fábrica do Álcool (28.11.1969). Disponível em: Arquivo Museu Carlos Machado, Ponta Delgada.





[06.] Planta da Fábrica do Álcool (09.04.1974). Disponível em: Arquivo Museu Carlos Machado, Ponta Delgada.





[07.] Alçado poente do edifício da chaminé. (15.01.1969). Disponível em: Arquivo Museu Carlos Machado, Ponta Delgada.

2. O existente

Créditos das imagens: fotografias do autor



[08.]



[09.]



[10.]



[11.]



[12.]

[08.] Avenida António de Medeiros e Almeida. Fábrica à direita.

[09.] Avenida António de Medeiros e Almeida. Transição entre muro da fábrica e casario adjacente.

[10.] Avenida António de Medeiros e Almeida. Alçado nascente.

[11.] Avenida António de Medeiros e Almeida. Fábrica à esquerda.

[12.] Cruzamento. Fábrica à esquerda.

2.1 Registo fotográfico da envolvente



[13.]



[14.]



[15.]

[13.] Avenida António de Medeiros e Almeida. Fábrica à esquerda.

[14.] Cruzamento Avenida António de Medeiros e Almeida com Rua da Fábrica (direita) e Rua Calhau da Areia (esquerda).

[15.] Fábrica em relação a edifício habitacional adjacente.



[16.]



[17.]



[18.]



[19.]

[16.] a [18.] Rua da Fábrica.

[19.] Rua da Fábrica. Muro da fábrica à esquerda.



[20.]



[21.]



[22.]



[23.]



[24.]

[20.] Rua da Fábrica. Muro da fábrica à esquerda.

[21.] e [22.] Rua da Fábrica. Muro da fábrica à direita.

[23.] Clube Operário Desportivo (COD).

[24.] Rua da Fábrica. Muro da fábrica (à esquerda) e Clube Operário Desportivo (à direita).



[25.]



[26.]



[27.]



[28.]



[29.]

[25.] a [27.] Relação de proximidade com o mar.

[28.] e [29.] Local onde existia casario demolido em 2024.



[30.]



[31.]



[32.]

[30.] Antigo Portinho de São Pedro.

[31.] Local onde existia casario demolido em 2024. .

[32.] Casario a nascente-sul da fábrica.



[33.]



[34.]



[35.]



[36.]

[33.] Casario a nascente sul da fábrica.

[34.] O muro da fábrica do Álcool e os silos da Fábrica da Finança.

[35.] O Clube Operário Desportivo (à esquerda) e a Fábrica do Álcool (à direita).

[36.] A fábrica e o edifício de habitação a nascente.



[37.]



[38.]



[39.]



[40.]

[37.] A fábrica e o edifício de habitação a nascente.

[38.] O cruzamento, o Clube Operário Desportivo (à esquerda) e o portão de entrada na fábrica (à direita).

[39.] O portão de entrada na fábrica (à esquerda) e o edifício de habitação a nascente (à direita).

[40.] A fábrica vista a partir do cruzamento.



[41.]



[42.]



[43.]

Edifício da chaminé

[41.] Perspetiva a partir do pátio do edifício da chaminé. Casa do guarda-fiscal ao fundo.

[42.] Fachada poente. É possível ler "Escritório".

[43.] Fachada poente dos espaços de direção, escritório, laboratório e portaria.

2.2. Registo fotográfico da fábrica



[44.]



[45.]



[46.]



[47.]



[48.]

Edifício da chaminé

[44.] Volume da torre e da chaminé.

[45.] Pátio exterior.

[46.] a [48.] Tinas de fermentação.



[49.]



[50.]



[51.]



[52.]



[53.]



[54.]

Edifício da chaminé

[49.] a [51.] Perspetiva interior da torre com pilares. Antigo espaço de destilação-rectificação.

[52.] a [54.] Perspetiva interior. Antigos espaços de preparação do mosto, centrifugação e secagem de levedura



[55.]



[56.]



[57.]



[58.]



[59.]

Edifício da chaminé

[55.] e [56.] Perspetiva interior. Antigo espaço de central térmica e caldeiras.
[57.] a [59.] Perspetiva interior. Antigo espaço de laboratório



[60.]



[61.]



[62.]



[63.]

Edifício da chaminé

[60.] Edifício da chaminé (à esquerda) e armazém de materiais (à direita)

[61.] Base da chaminé

[62.] Edifício da chaminé (à esquerda) e casa do operário (à direita).

[63.] Alçado poente edifício da chaminé.



[64.]



[65.]



[66.]



[67.]



[68.]

Casa do Operário

[64.] Relação da Casa do Operário com a chaminé.

[65.] Casa do Operário (à direita), Armazém de Materiais (à esquerda) e edifício da chaminé (ao fundo).

[66.] Escadas exteriores do alçado norte.

[67.] Aproximação. Alçado sul.

[68.] Alçado poente.



[69.]



[70.]



[71.]



[72.]

Armazém de materiais

[69.] Casa do Operário (à esquerda), oficina geral (ao centro) e armazém de materiais (à direita).

[70.] Alçado Sul.

[71.] Aproximação. Entrada alçado sul.

[72.] Pespetiva interior.

[73.] Alçado norte.



[73.]



[74.]



[75.]



[76.]



[77.]

Oficina geral

[74.] e [75.] Alçado poente (à esquerda) e muro do limite do lote da fábrica (à direita).

[76.] Alçado nascente.

[77.] Oficina geral (à esquerda), armazém de materiais (ao centro) e Casa do Operário (à direita).



[78.]



[79.]



[80.]

Depósito de enchimento de álcool e granel.

[78.] Depósito de enchimento de álcool e granel (à direita) e armazém de materiais (à esquerda).

[79.] e [80.] Depósito de enchimento de álcool e granel (à esquerda) e oficina geral e armazém de materiais (à direita).

[81.] Alçado sul. Entrada para tanque exterior.



[81.]



[82.]



[83.]



[84.]



[85.]

Depósito de enchimento de álcool e granel.

[82.] Depósito de enchimento de álcool e granel (à direita) e oficina geral (à esquerda).

[83.] Alçado sul.

[84.] Alçado sul.

[85.] Alçado sul entre a oficina geral (à esquerda) e o armazém de materiais (à direita).



[86.]



[87.]



[88.]



[89.]



[90.]



[91.]

Depósito de enchimento de álcool e granel.

[86.] a [88.] Perspetivas interiores dos 5 tanques de depósito de álcool.

[89.] Tanque exterior de depósito de álcool.

[90.] Aproximação alçado sul. Entrada para 5 tanques de depósito de álcool.

[91.] Aproximação alçado sul.



[92.]



[93.]



[94.]

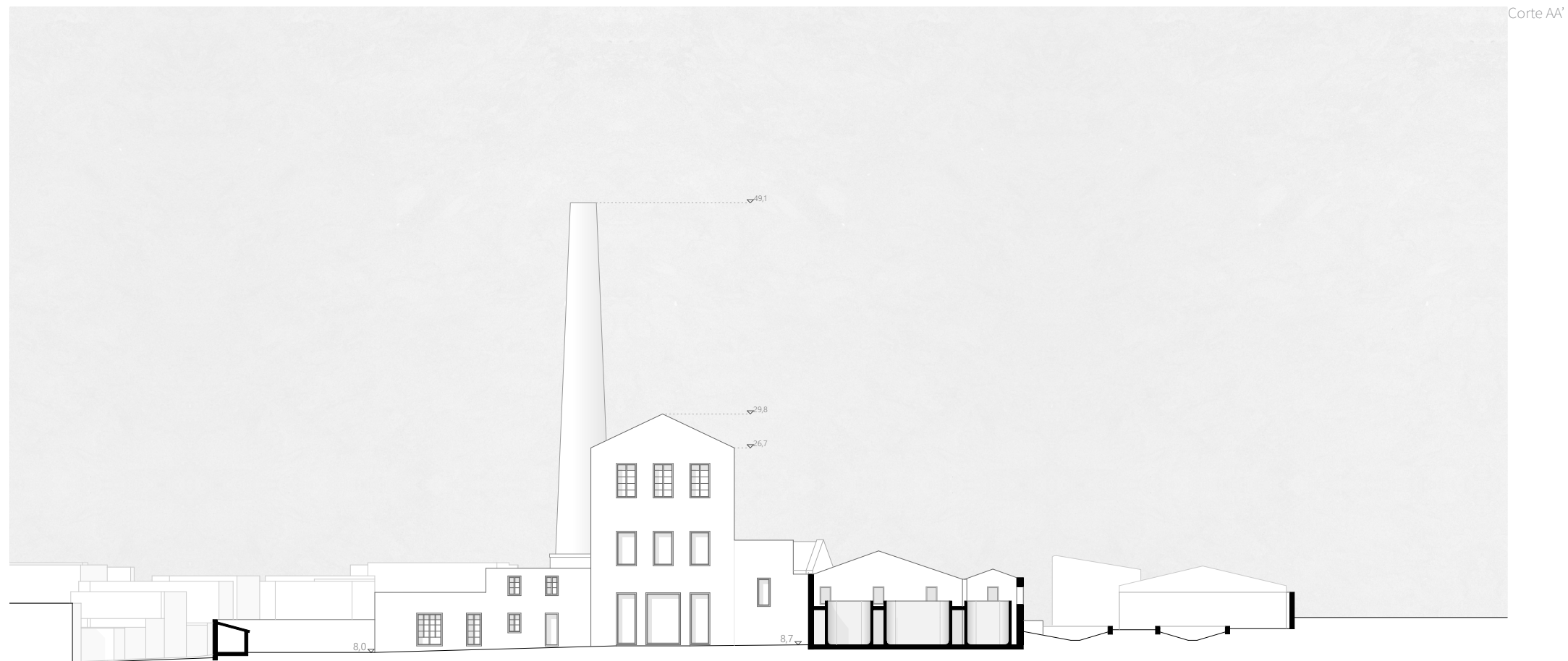
Depósito de enchimento de álcool e granel.

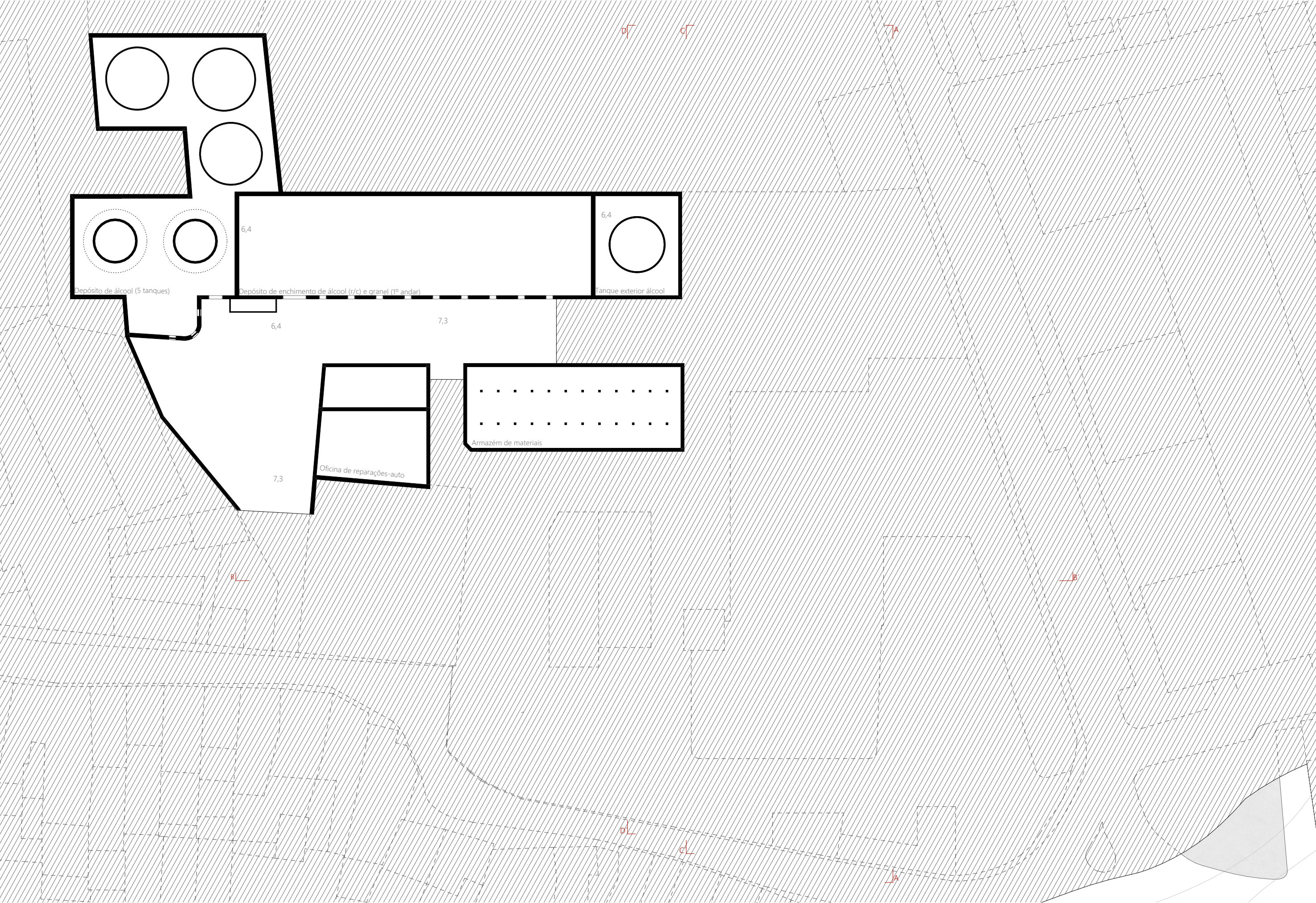
[92.] Depósito de enchimento de álcool e granel (à direita) e armazém de materiais (à esquerda).

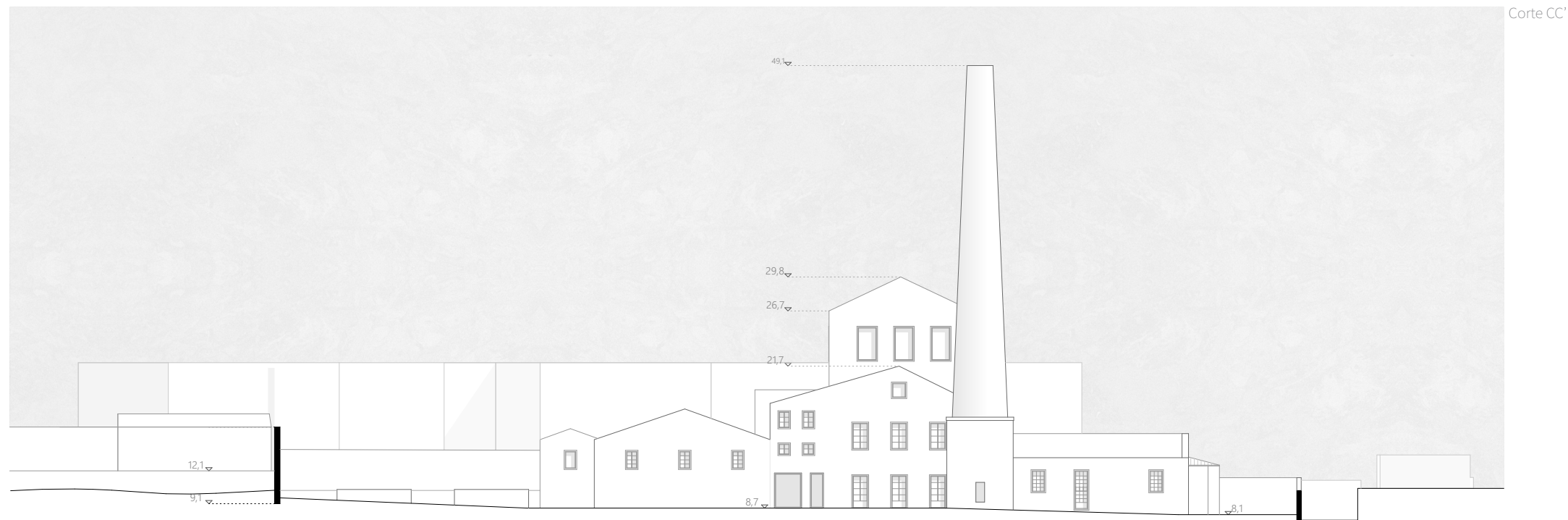
[93.] e [94.] Silos exteriores de armazenamento de batata.

2.3. Desenhos de levantamento

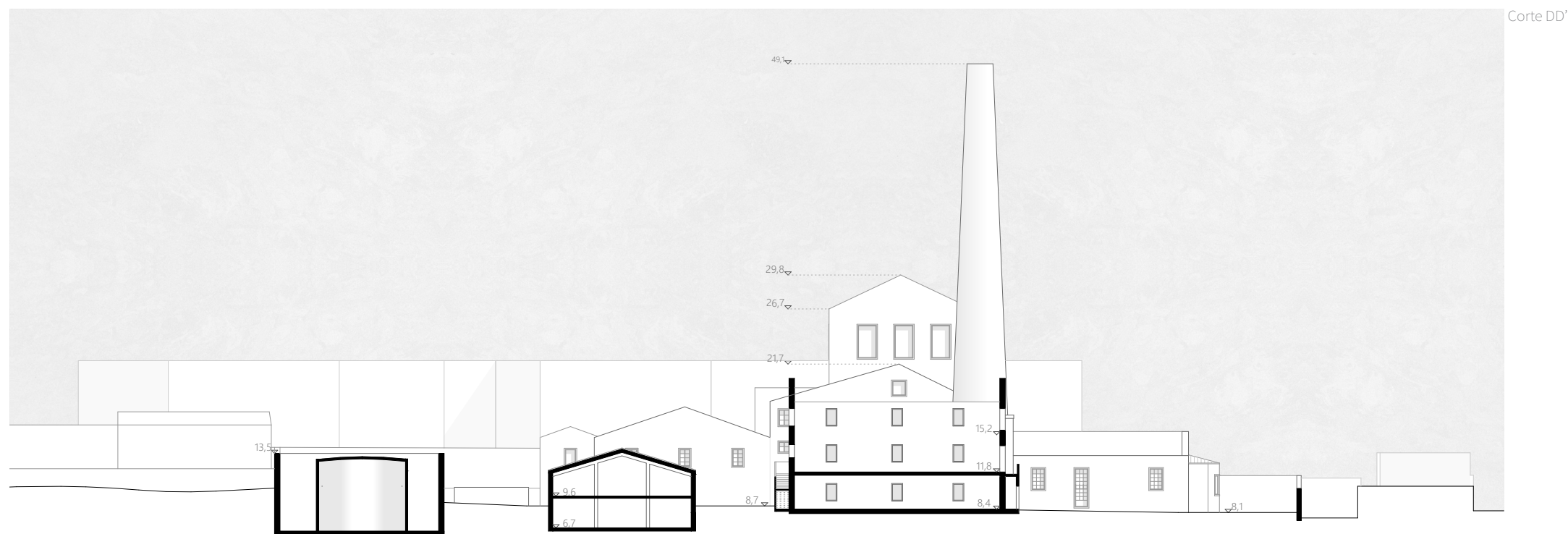
Desenhos vetoriais do autor



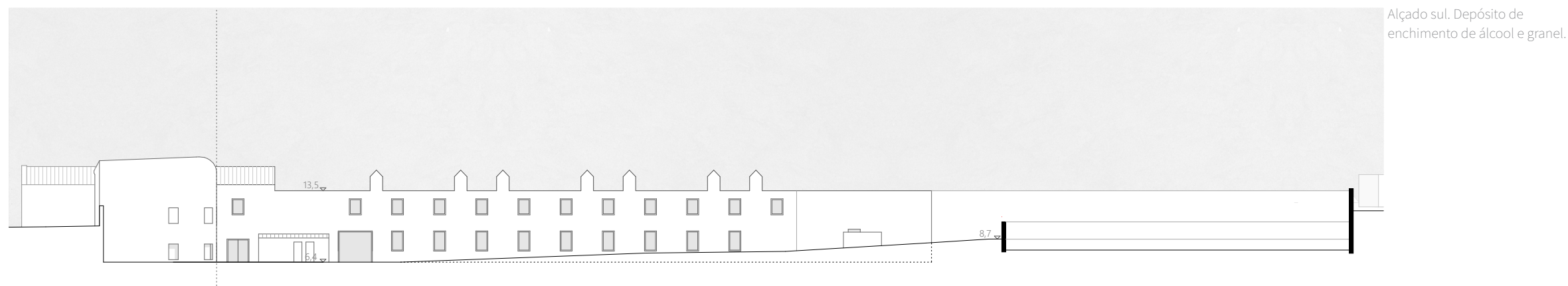




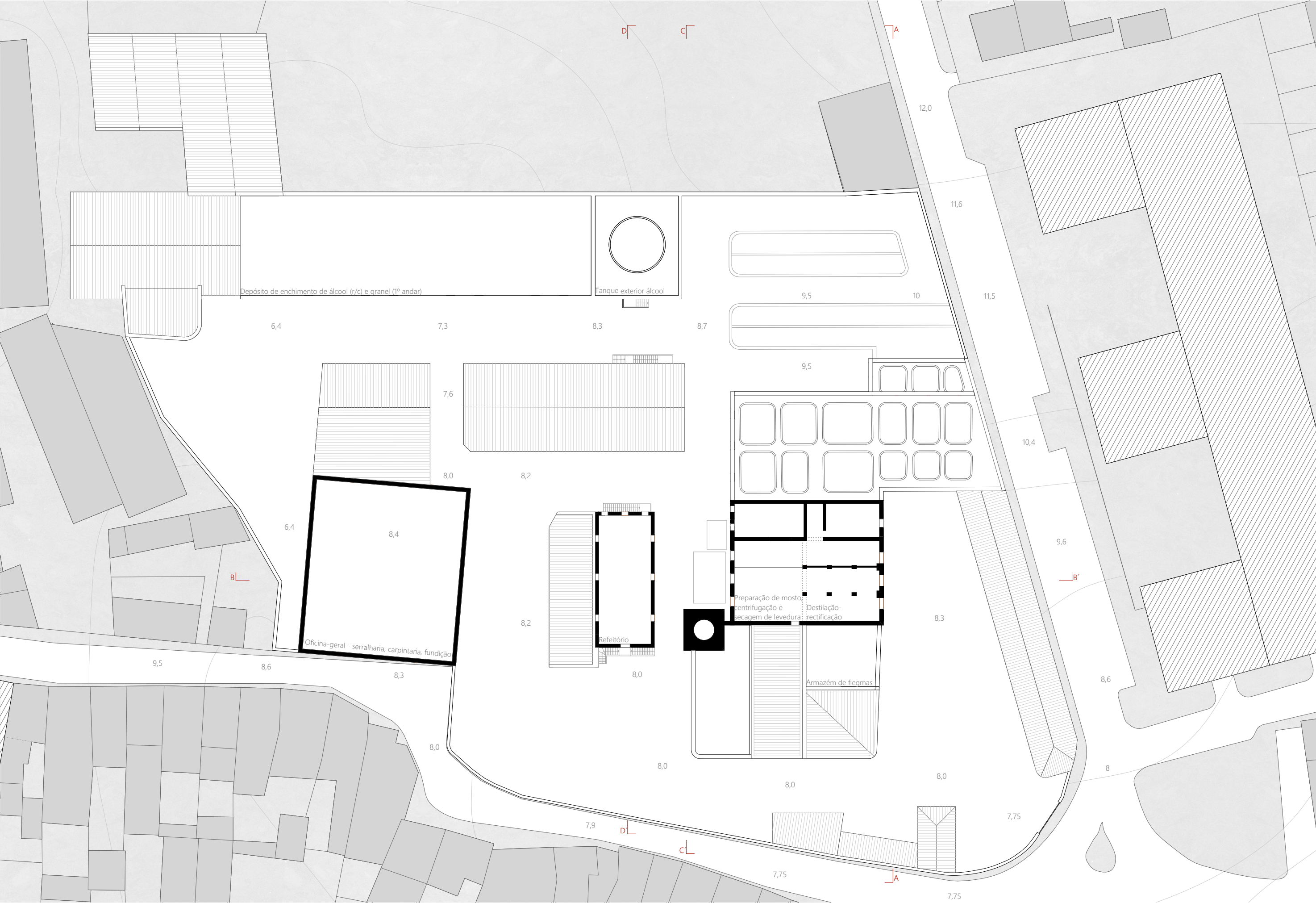
Corte CC'

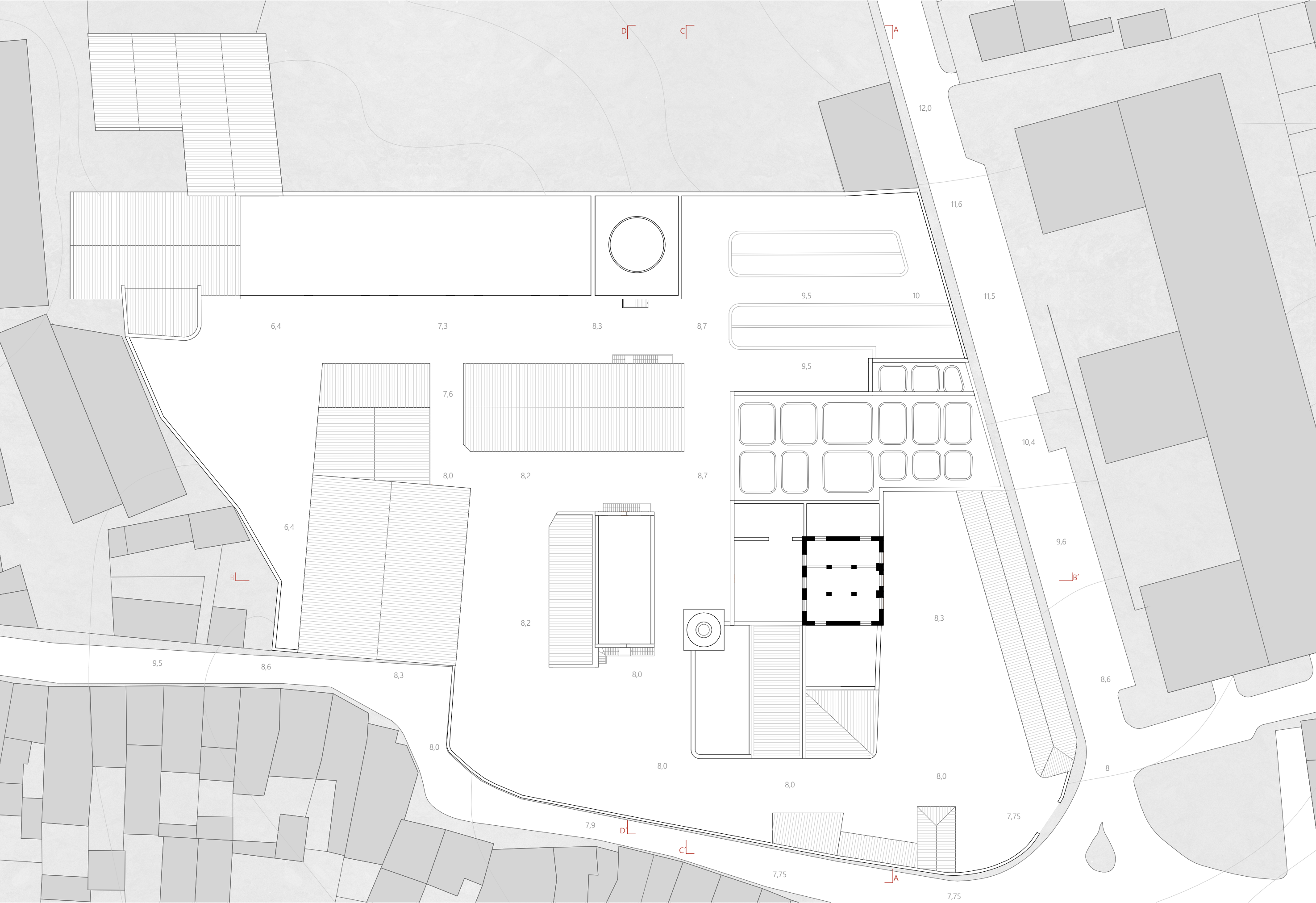


Corte DD'



Alçado sul. Depósito de enchimento de álcool e granel.





3. O projeto

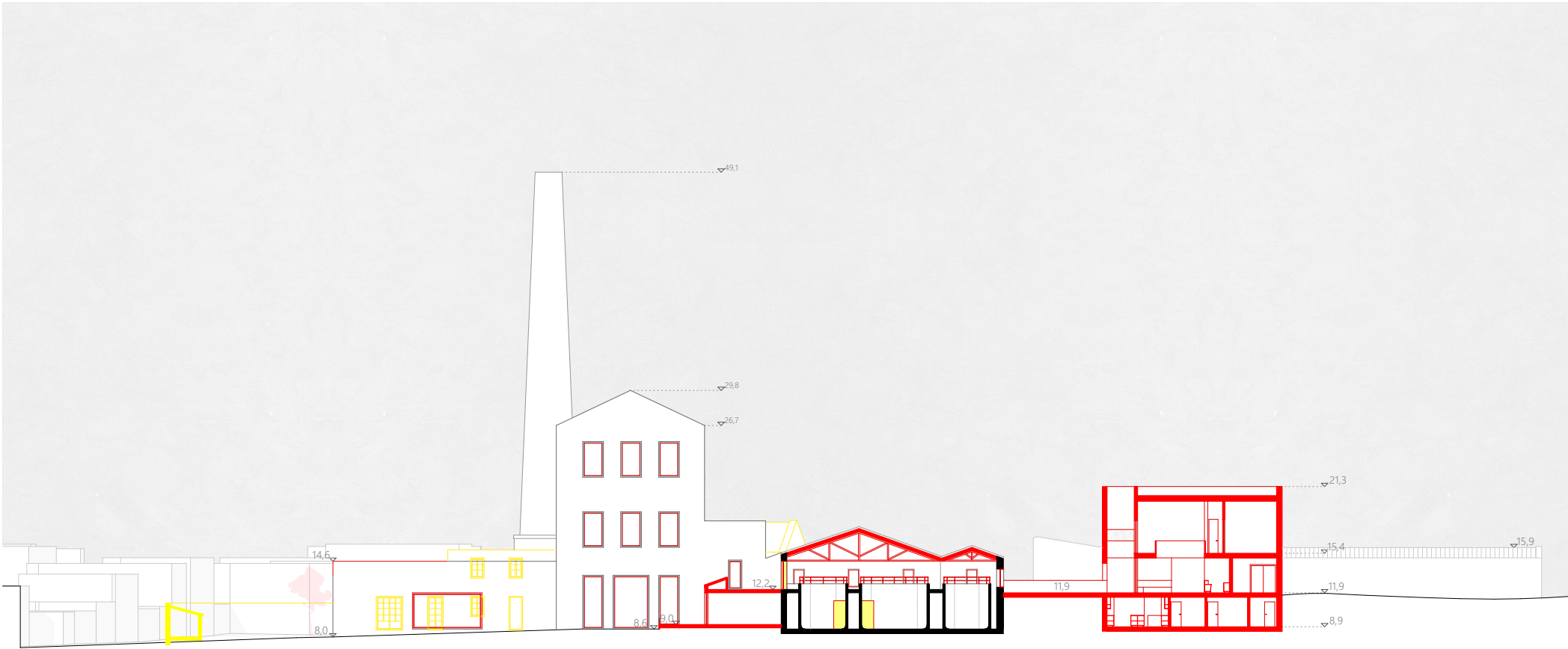
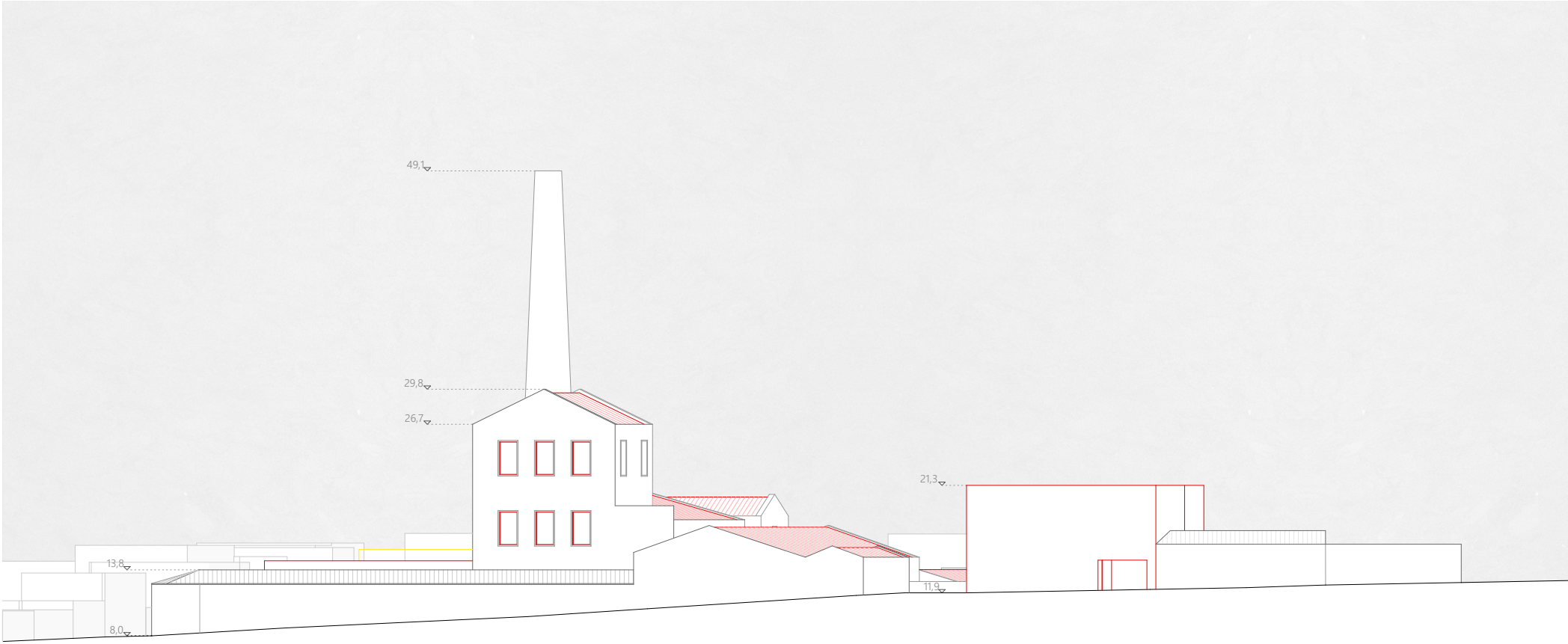
ERPI		
Átrio de recepção		100 m²
	I.S.	4 m²
Administração		
	Gabinete 1	12 m²
	Gabinete 2	12 m²
	Sala de reuniões	12 m²
	I.S.	3 m²
Sala polivalente		90 m²
	I.S.	18 m²
Serviços		
	Arrumos	24 m²
	Lavandaria	24 m²
	Lixo	15 m²
	Sala pessoal	22 m²
	I.S.	3 m²
Sala de refeições		200 m²
	I.S.	18 m²
	Cozinha	85 m²
Cafeteria		
	Sala	45 m²
	Copa	10 m²
	I.S.	3 m²
"Deambulatório" (3 pisos)		450 m²
Módulo quartos (21)		
	Quarto	22,4 m²
	I.S.	5,2 m²
Módulo apartamentos (6)		
	Sala c/ kitchenette	30 m²
	Quarto	19,2 m²
	I.S.	6,2 m²
Posto de enfermagem (2)		25 m²
	I.S.	4 m²

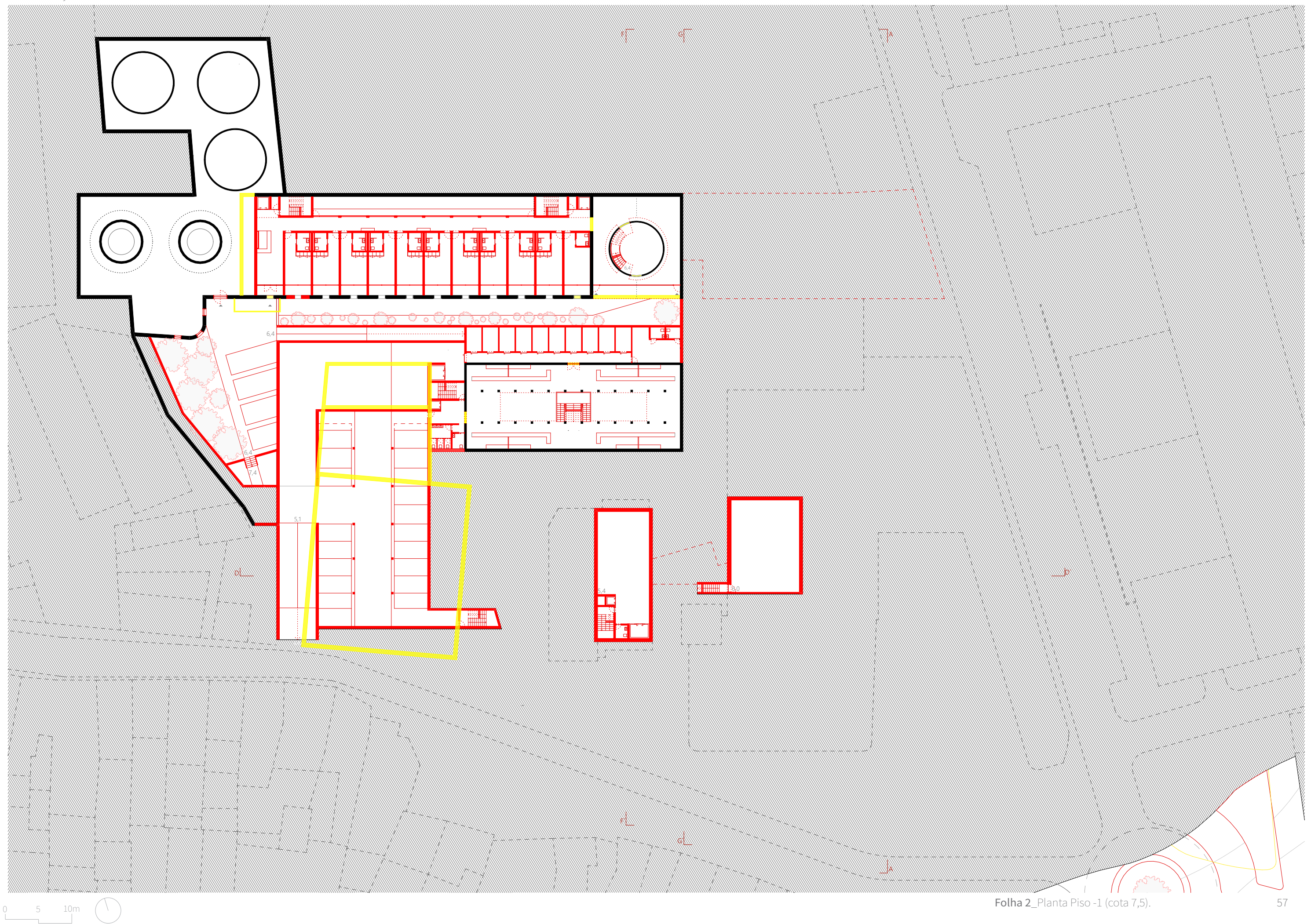
3.1. Mapa de áreas

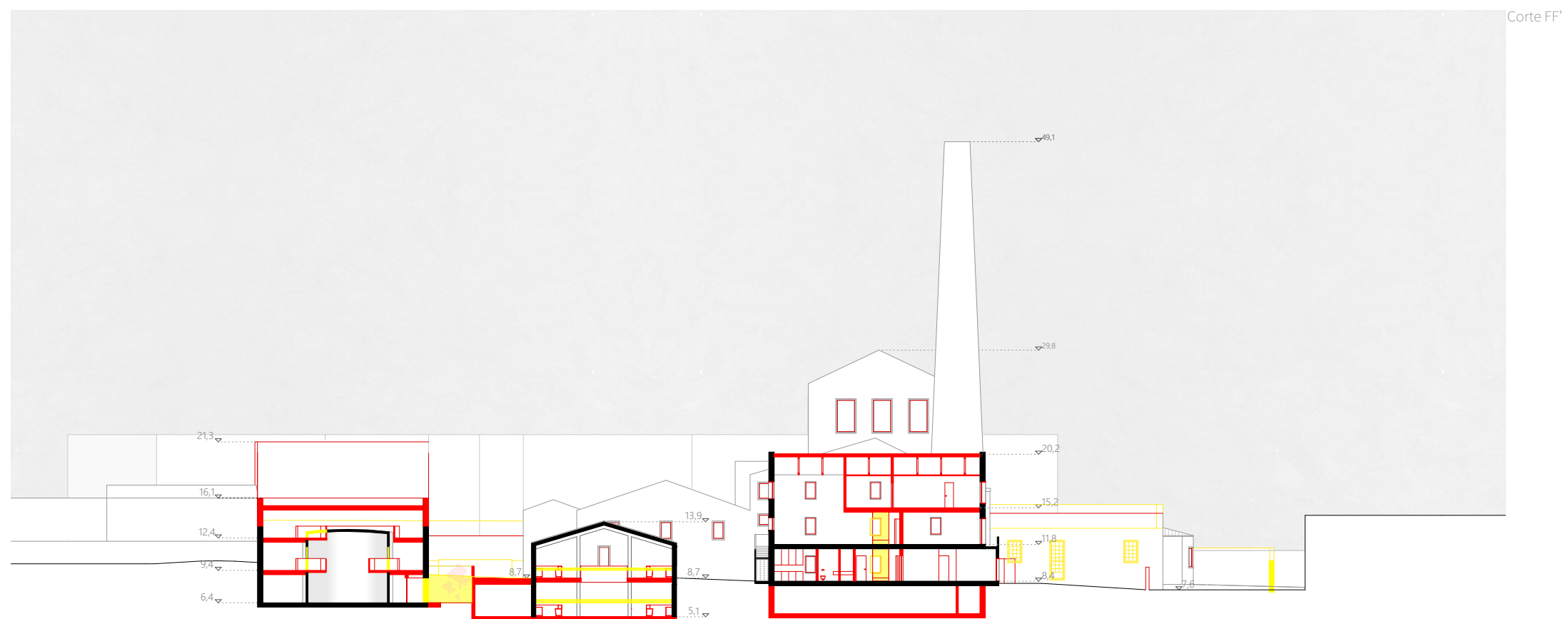
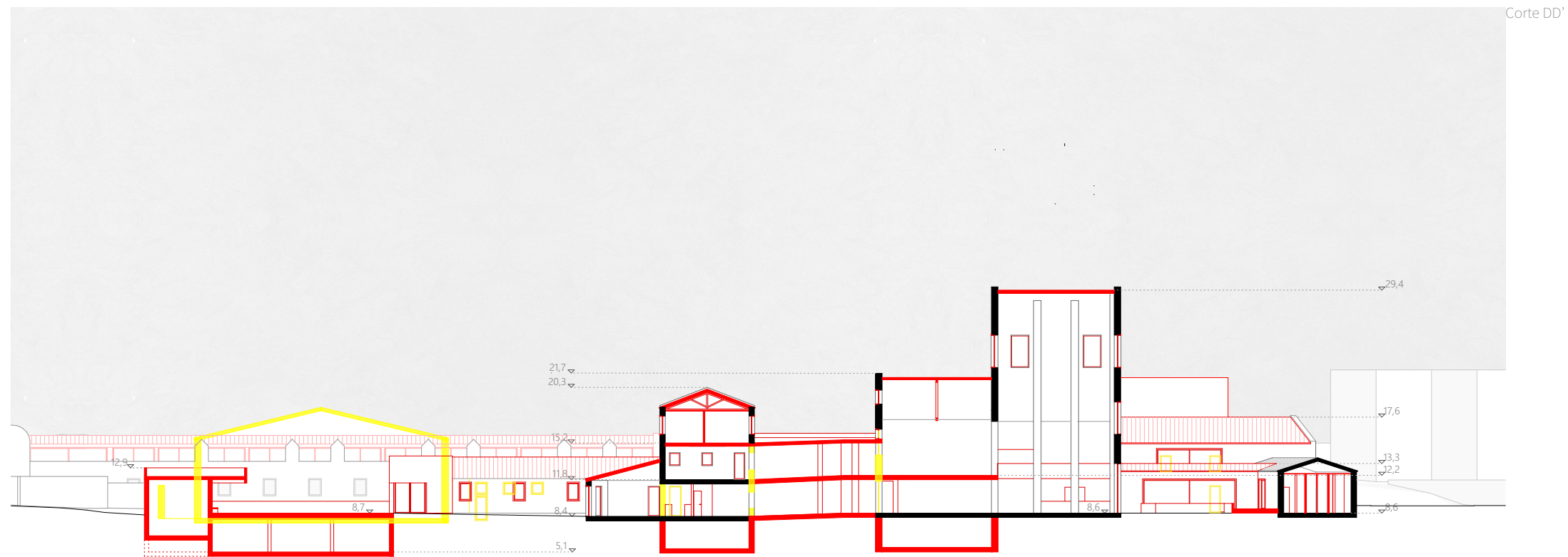
Centro Cultural		
Grande átrio de entrada		250 m ²
	Sala apoio receção	12 m ²
	Bengaleiro	12 m ²
	I.S.	46 m ²
Administração		
	Gabinete 1	15 m ²
	Gabinete 2	15 m ²
	I.S.	4 m ²
Auditório		250 m ²
	Régie	8 m ²
	Camarim f.	18 m ²
	Camarim m.	18 m ²
	I.S.	5 m ²
Restaurante		
	Sala	140 m ²
	Copa	120 m ²
	I.S.	24 m ²
Cafetaria		
	Sala	70 m ²
	Copa	40 m ²
	I.S.	14 m ²
Loja		70 m ²
Serviços		
	Sala pessoal	18 m ²
	Arrumos	120 m ²
	Casa das máquinas	140 m ²
Exposições		
	Exposição permanente: "tinas de fermentação"	600 m ²
	Sala exposição 1	240 m ²
	Sala exposição 2	90 m ²
Mercado		
Área de vendas		310 m ²
	I.S.	18 m ²
Serviços		
	Sala pessoal	30 m ²
	I.S.	7 m ²
	Armazenagem	85 m ²

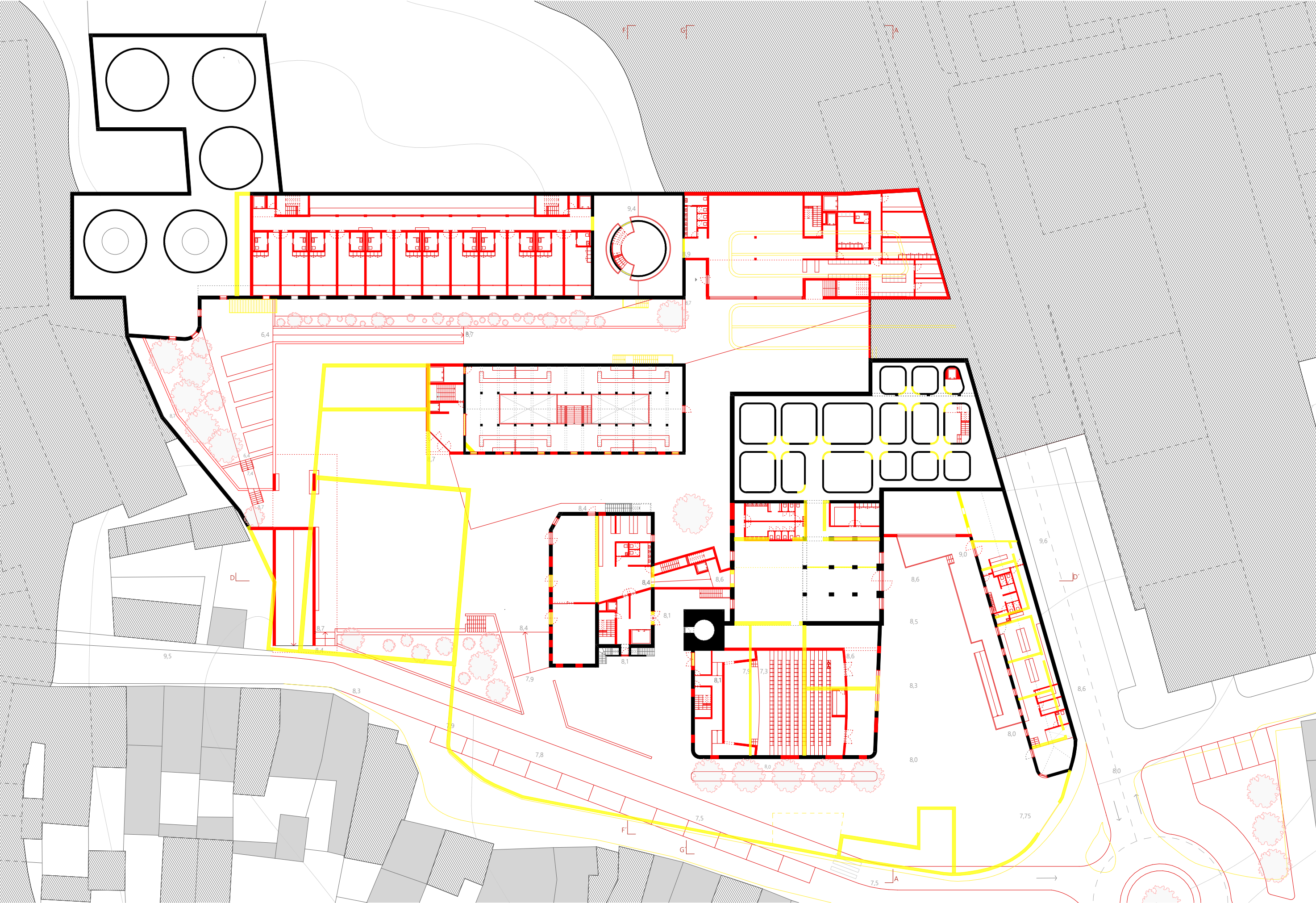
3.2. Desenhos de vermelhos e amarelos

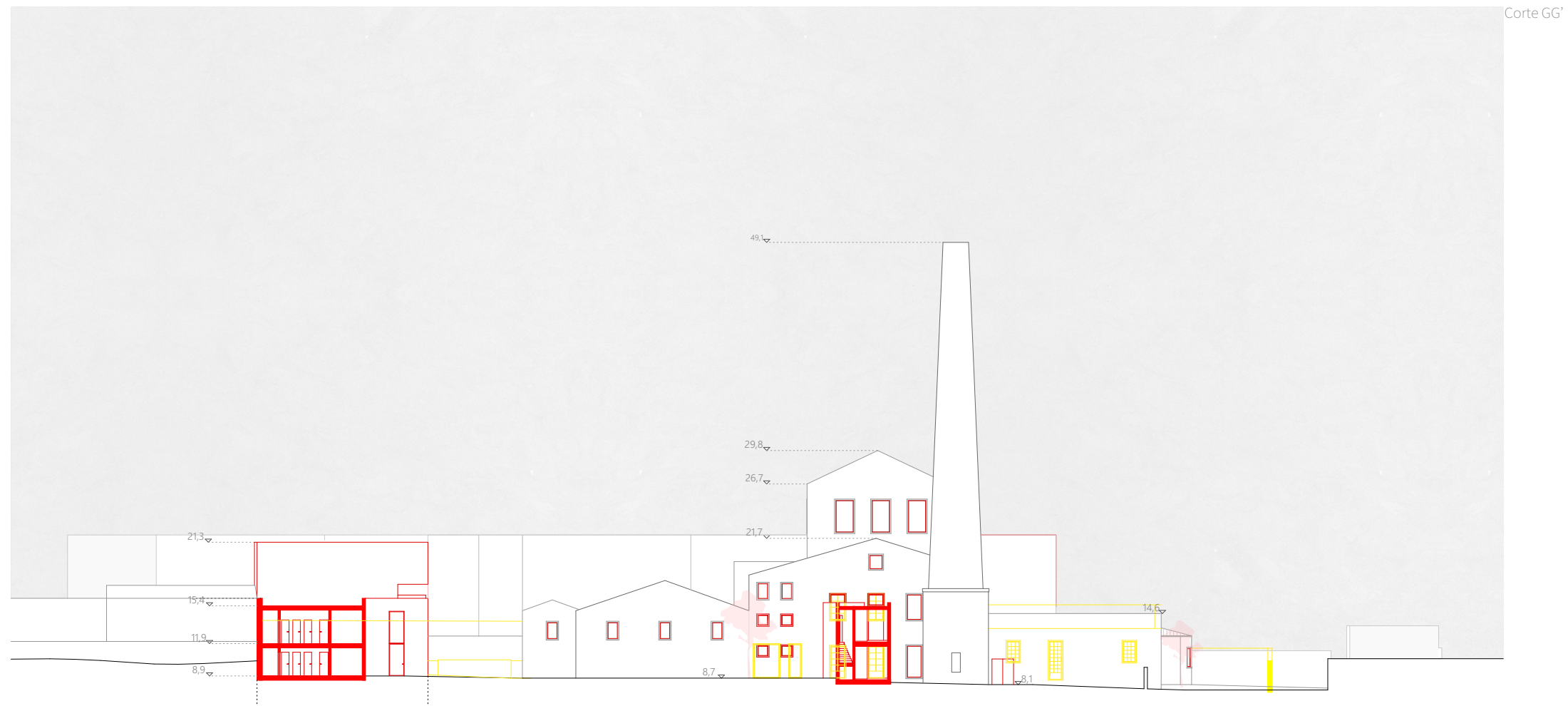
Desenhos vetoriais do autor



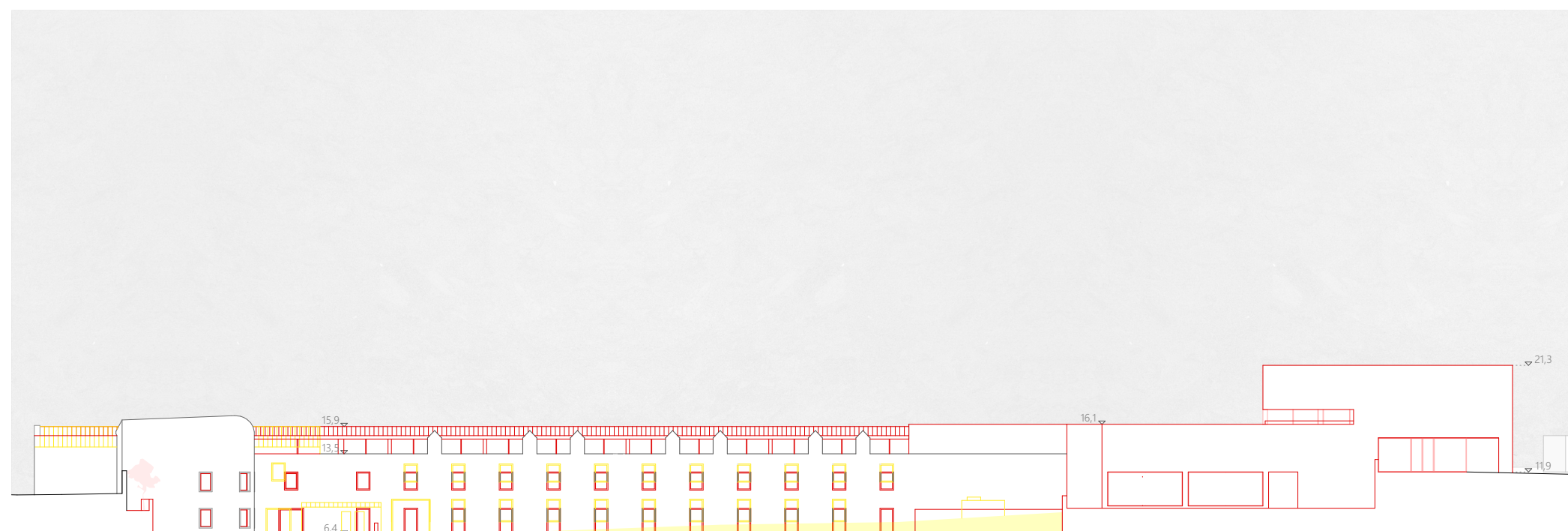








Corte GG'



Alçado sul ERPI

